

Professor Renato Aragão: o Ceará sob o olhar ambiental

Nájila Rejanne Alencar Julião Cabral

COLEÇÃO
MULHERES
NA CIÊNCIA
VOLUME 1



INSTITUTO FEDERAL
Ceará

alias

Nájila Rejanne Alencar Julião Cabral

Professor Renato Aragão:
o Ceará sob o olhar ambiental

2ª edição
Fortaleza
2021

Instituto Federal de Educação, Ciência
e Tecnologia do Ceará – IFCE

Pró-Reitoria de Pesquisa,
Pós-Graduação e Inovação – PRPI

Reitor

José Wally Mendonça Menezes

Pró-Reitor de Administração e Planeja-
mento

Reuber Saraiva de Santiago

Pró-Reitora de Ensino
Cristiane Borges Braga

Pró-Reitora de Extensão
Ana Claudia Uchoa Araújo

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas
Marcel Ribeiro Mendonça

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação
e Inovação

Joélia Marques de Carvalho

Editora-Chefe

Anna Érika Ferreira Lima

Conselho editorial

Anna Érika Ferreira Lima (IFCE)
Auzuir Ripardo de Alexandria (IFCE)
Joelia Marques de Carvalho (IFCE)

Antônia Lucivânia de Sousa Monte
(IFCE)

Cassandra Ribeiro Joye (IFCE)

Cidclei Teixeira de Souza (IFCE)

Elias Teodoro da Silva Júnior (IFCE)

Francisco José Alves de Aquino (IFCE)

Gilberto Andrade Machado (IFCE)

Glória Maria Marinho Silva (IFCE)

Ialuska Guerra (IFCE)

Kelly de Araújo Rodrigues Pessoa
(IFCE)

Marcus Tullius Soares Falcão (IFCE)

Maria de Lourdes Macena Filha (IFCE)

Maria Lindalva Gomes Leal (IFCE)

Paulo César Cunha Lima (IFCE)

Rinaldo dos Santos Araújo (IFCE)

Mesa editorial

Anna Érika Ferreira Lima (IFCE)

Micélia de Oliveira Silva (IFCE)

Secretaria editorial

Sara Maria Peres de Moraes (IFCE)

Diagramação

Aliás Editora

Instituto Federal de Educação, Ciência
e Tecnologia do Ceará – IFCE

© 2021 Aliás Editora
© 2021 Instituto Federal do Ceará
© 2021 Nájila Rejanne Alencar Julião Cabral

Edição executiva
Anna K. Lima
Isabel Costa

Revisão Textual e Normativa
Manuel Gonçalves Silva
Paula Pinheiro da Nóbrega

Diagramação e projeto gráfico
Jéssica Gabrielle Lima

Todos os direitos desta edição reservados à Aliás Editora
www.aliaseditora.com
@aliaseditora
/aliaseditora

Catálogo na publicação
Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

N162p

Professor Renato Aragão: o Ceará sob o olhar ambiental. 2ª edição/
Nájila Rejanne Alencar Julião Cabral – Fortaleza : Aliás, 2021.
(Mulheres na Ciência, volume 1)

pdf

220 p.

ISBN 978-65-86800-10-4

1. Meio ambiente. 2. Política ambiental. 3. Biografia I. Cabral, Nájila
Rejanne Julião II. Título.

577

Índice para catálogo sistemático
I. Meio ambiente

Dedico esse livro a todos os cearenses, para que, um dia, ao lerem-no, possam inspirar-se na pessoa do Prof. Renato Aragão e transformar para melhor sua realidade de vida.

Dedico de maneira especial ao meu filho, Gabriel, e ao meu marido, Adeildo, os quais, assim como eu, são cearenses de coração e de alma.

Dedico aos meus pais, Julião e Zuleide (*in memoriam*), que me trouxeram a esse mundo.

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, a Deus, que me permitiu estar nesse mundo, nesse período, pelo dom da vida e por todos os milagres que tem realizado, do qual sou testemunha. A Ele, toda honra, toda glória e todo louvor.

Agradeço ao Prof. Renato Aragão por absolutamente tudo, principalmente, por ser professor e ambientalista. Grata por permitir entrar em sua vida, ser sua colega de trabalho e sua amiga; por confiar em mim o tesouro de sua vida: seu trabalho e sua trajetória de luta em prol da proteção dos recursos ambientais do Ceará.

À Eulália Aragão, querida amiga, que foi a ponte e a interlocutora para viabilizar este estudo. Sem você, certamente, eu ainda estaria com este livro apenas no meu imaginário.

Algumas pessoas importantes na minha vida e na vida do Prof. Renato partiram, mas deixaram suas marcas neste livro: Prof. Manuel Gonçalves e Prof. Paulo Nogueira-Neto, a quem agradecemos

pela apresentação/revisão e pelo prefácio, respectivamente.

Às pessoas que tornaram possível a realização deste livro, em especial à Diretoria da FIEC, nas pessoas do seu Presidente Dr. José Ricardo Montenegro Cavalcante e seu ex-Presidente Dr. Jorge Alberto Vieira Studart Gomes. Também sou grata à Elaine Pereira, do Núcleo de Meio Ambiente (NUMA), e à Paula Pinheiro Nóbrega, pela revisão normativa.

Ao IFCE campus Fortaleza pela viabilização da segunda edição deste livro em E-book, como premiação por eu ter tirado primeiro lugar no Prêmio “Mulheres na Ciência”, do IFCE, ano 2019. Nesta segunda edição do livro, os fatos históricos e a trajetória ambiental do Prof. Renato Aragão seguem até outubro de 2019.

Sumário

Agradecimentos	7
Mulheres na Ciência	11
As flores de maio	14
Apresentação.....	15
Prefácio	20
Introdução.....	25
Capítulo 1	33
A década de 1960: o Ceará e a interface com a política ambiental internacional e nacional.....	33
Capítulo 2	42
Década de 1970: atuação proativa na área ambiental.....	42
Capítulo 3	64
Década de 1980 – O Brasil e o Ceará implementam sua política ambiental	64
Capítulo 4	90
Década de 1990: o Ceará como vitrine do Brasil em questões ambientais	90
Áreas protegidas do Ceará: um capítulo à parte na vida do Prof. Renato Aragão	102
Capítulo 5	121
Década de 2000: o Ceará no novo milênio ..	121
Capítulo 6	152
Do lado do Verde – Parque do Cocó.....	152

Capítulo 7	164
Década de 2010: manutenção da qualidade do meio ambiente e promover o desenvolvimento: desafio contínuo e primordial.....	164
Capítulo 8.....	183
ANEXO A - Iconografia	201
ANEXO B – Fotos da família.....	209
Sobre a autora	218

Mulheres na Ciência

Transformar as vidas das pessoas, essa é a principal incumbência do IFCE que, há 111 anos, desenvolve essa salutar missão. E eu - enquanto reitor dessa tão acolhedora instituição de ensino – não medirei esforços para valorizar, estimular, criar e conectar pontes que possam conduzir os resultados positivos a toda a comunidade por meio de diálogo e formação de políticas estratégicas que atendam as pessoas.

Os desafios são muitos, mas não nos contentaremos, enquanto pessoas em processos constantes de evolução, a buscarmos políticas de acolhimento, acompanhamento e ações a fim de diminuirmos os impactos históricos que a não-valorização da mulher ainda nos estigmatiza. Em nosso planejamento há a criação de uma Diretoria de Direitos Humanos, Políticas Afirmativas e Cidadania. O IFCE quer ser e será um marco nesse sentido. Ao mesmo tempo, estamos trabalhando na representatividade e protagonismo feminino. Dos cinco pró-reitores da

nossa equipe, três são mulheres: Cristiane Borges Braga, na Pró-reitoria de Ensino (Proen); Joelia Marques de Carvalho, na Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação (PRPI); e Ana Cláudia Uchôa, na Pró-reitoria de Extensão (Proext). Elas foram escolhidas não só por serem mulheres, mas principalmente por suas habilidades e pela integração que elas têm entre si. Além disso, nós temos hoje mais diretoras na frente dos campi.

A coleção Mulheres na Ciência, resultante da 1ª edição do prêmio de mesmo nome e chamada pública interna é um desses passos iniciais que damos em direção à transformação: incentivar que nosso corpo de servidoras tenha suas pesquisas publicadas em formato de livro digital, de modos que o alcance ao conhecimento desses saberes seja amplamente democratizado, como deve ser.

A coleção Mulheres na Ciência, como nos disse a Profa. Dra. em Ciência e Tecnologia de Alimentos Ana Cristina da Silva Moraes em sua apresentação em nossa revista Conexões tem o objetivo de valorizar, elevar, estimular e reconhecer o protagonismo feminino nas diversas ações de ensino, pesquisa, extensão e gestão realizadas na instituição, além de buscar equalizar os diversos indicadores, onde a presença das mulheres é significativa, contudo as posições de maior destaque e produ-

tividade ainda são ocupadas por homens mesmo tendo as mulheres uma maior participação nas publicações científicas. Esse contexto é um reflexo do que acontece na nossa sociedade, onde o número de mulheres no Brasil com ensino superior completo é maior que o de homens, porém ainda ocupamos áreas de menor remuneração, como as de serviço e atenção, que na ciência são as áreas de menor possibilidade de captação de recursos para financiamento das pesquisas. As áreas como engenharias e ciências da computação, que estão entre as de maior remuneração e captação de recursos, ainda são predominantemente masculinas. Conforme a ONU Mulheres (2017), representamos somente 18% dos títulos de graduação em Ciências da Computação do mundo e apenas 25% da força de trabalho da indústria digital. Destaca-se que também somos minoria nas ciências exatas. No entanto, temos grandes descobertas e avanços da ciência que foram protagonizados por mulheres.

E é nessa aposta, nesse compromisso, que queremos continuar o caminhar em busca da construção, todos juntos, dos territórios mais livres e juntos. As mulheres sabem e fazem muita ciência.

José Wally Mendonça Menezes

Reitor IFCE

As flores de maio

Mulheres na Ciência, mulheres na Política, mulheres nas ruas, mulheres em todos os espaços! Para ocuparmos e nos apossarmos do que também é nosso, porque somos nós aquelas que estávamos esperando¹.

Essa publicação celebra e imprime no mundo as vozes e os fazeres de mulheres que insistem, resistem, se reconhecem e se colocam como protagonistas em suas realizações, feitos esses provenientes de seus mergulhos em pesquisas e vivências cotidianas, reforçando que faz-se necessário e urgente que – cada vez mais – iniciativas que estimulem e valorizem o fazer científico sejam democratizadas nos espaços acadêmicos.

Micélia de Oliveira Silva

Coordenadora de Publicações Científicas e Tecnológicas

¹ Fragmento da oração dos antigos Hopituh Shi-Nu-Mu, povos originários da América do Norte, considerados os mais velhos povos nativos da América do norte

Apresentação

Não serei repetitivo, para não ser vulgar. Não direi que o aparecimento de um novo livro me comove, me alegra, rejubila. Porém, sinto-me impelido declarar que a monografia da pesquisadora Nájila Rejanne Alencar Julião Cabral intitulada Professor Renato Aragão: o Ceará sob o olhar ambiental, me impressionou fortemente, pela singularidade de vários de seus aspectos.

Começa que o livro é escrito por uma cientista, biografando um cientista e descrevendo a implantação de uma ciência, a Ecologia, especificamente no Ceará, com intensos reflexos no Brasil e repercussões no exterior.

É um estudo sério, criterioso e até meticuloso, pelo excesso de zelo com que os assuntos são tratados.

Os intelectuais brasileiros sabem que, anualmente no Brasil, centenas de livros são lançadas, sortindo as livrarias, enchendo os braços de leitores obsessivo-compulsivos e ocupando os espaços das bibliotecas públicas e particulares. Sabem também que grande parte dessas publicações não atinge o objetivo primordial do livro, que é a trans-

missão do pensamento, nas suas três modalidades de: expressão, conação e representação. Convindo observar, por oportuno, que este fenômeno encerra altos riscos para a formação cultural do país e está ocorrendo com assustadora frequência porque, surpreendentemente, o basto instrumental tecnológico posto, atualmente, à disposição dos que desejam operar no campo literário (como igualmente em outros campos da atividade humana) favorece que pessoas sem vocação, sem preparo e, às vezes, sem a necessária responsabilidade profissional se aventurem a escrever, desenvolvamente.

Após essa breve digressão, praticamente exigida pelo contexto, prossigo na apreciação da obra Professor Renato Aragão: o Ceará sob o olhar ambiental, para acrescentar que a escritora Nájila Rejanne Alencar Julião Cabral, além de arquiteta e urbanista, possui Mestrado em Saneamento Ambiental, Doutorado em Ciências da Engenharia Ambiental, Pós-Doutorado em Engenharia Civil e é Professora Titular de várias disciplinas, entre as quais, Análise e Gestão Ambiental, Gestão de Resíduos Sólidos e Gestão de Áreas Protegidas; já tendo publicado os livros: *Área de Proteção Ambiental: planejamento e gestão de paisagens protegidas* e *Planeamiento de Unidades de Conservación de Cara al Establecimiento de Limites Geográficos*. Esta vivência acadêmica densa e extensa explica a metodologia didático-pedagógica da pesquisa, toda elaborada dentro de um plano

esquemático e sistemático que permite, de saída, apreendê-lo no seu todo, inclusive os objetivos a serem alcançados.

A autora dividiu o estudo em décadas, começando pela década de 1960, indo até 2010; e, vinculando a vida do Professor Renato Aragão à implantação da política ambiental no Estado do Ceará, com intensos reflexos no Brasil e repercussões no exterior, como foi referido antes, relacionou nesse decurso de tempo as ações axiais que resultaram na concretização das grandes ideias, sonhos e projetos ambientalistas, que se transformaram em leis, decretos, resoluções, formando uma legislação abrangente, capaz de criar uma estrutura organizacional vigorosa com o conseqüente surgimento de uma mentalidade (e ação continuada) de defesa e proteção da natureza, envolvendo pessoas e instituições, crianças e adultos, ricos e pobres, estudantes do ensino fundamental e doutores da Universidade, agricultores subalternos e proprietários rurais, todos em atitude consciente e patriótica de respeito ao solo, à água e ao ar, todos falando em ecossistema, bioma, RIMA, Caatinga, biota, queimadas, poluição de rios, lagos, mares... e, como que englobando o vocabulário ecológico, exaltam a palavra basilar – sustentabilidade.

Considero oportuno explicitar que este novo comportamento coletivo no trato com o meio ambiente expandiu-se também, alvissareiramente, para o mundo empresarial, onde o segmento indus-

trial, representado pela Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC), vem assumindo uma posição preponderante, nesta campanha geral de transformação, visando a preservar a natureza e os seus recursos, para o bem-estar da humanidade.

Atualmente, a política ambiental do Ceará é conduzida, basicamente, pela Secretaria do Meio Ambiente, com atribuições deliberativas e a Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Ceará (SEMACE), com atribuições executivas. Esses órgãos são responsáveis pela sustentação e manutenção dos resultados até aqui obtidos, pelo Governo e pela Sociedade, os quais, ainda distante do que queremos e do que precisamos, colocam nosso Estado em situação de superioridade em relação a outras unidades da Federação.

Este favorável estágio de desenvolvimento, que possibilitará grandes avanços em futuro próximo, a biógrafa Nájila Cabral o consagra ao professor Renato Aragão, *homo unius libri* da Ecologia, um especialista experiente, uma autoridade respeitada, o qual, por sua atuação diuturna, ao longo de 40 (quarenta) anos, seu idealismo e persistente obstinação, foi sempre protagonista direto ou indireto de todas as ações que redundaram em perenes conquistas para a causa ambiental.

Os romanos censuravam as pessoas presunçosas, arrogantes, através do seu provérbio bastante conhecido: *Ne sutor ultra crepidam* (Não vá o sapateiro além da chinela).

Pois bem, eu não quero posar de sapateiro que vai além da chinela. Por isso, encerro este depoimento acerca do livro em análise, fazendo apenas mais uma observação que imagino útil.

Ao contrário de outros escritores, que abusam de estrangeirismos, de termos esnobes, herméticos, quase esotéricos, a doutora Nájila Cabral adota um estilo correto, claro e preciso, que torna a leitura correntia, rápida e agradável, levando o leitor a atingir, naturalmente, os graus do saber – sentir, entender e compreender –, sem cansaço ou desalento, sem esforço mental desnecessário.

Pela realização de um trabalho de tamanha relevância para o povo cearense, merecem felicitação o Governo do Estado do Ceará, o Professor Antônio Renato Lima Aragão, a Professora Nájila Rejanne Alencar Julião Cabral e o leitor, à cuja inteligência esclarecida é destinada esta obra imperecível.

Prof. Dr. Manuel Gonçalves Silva

(in memoriam)

Julho/2015

Prefácio

O Professor Renato Aragão é um cidadão fora do comum. Trabalha há muitos anos em assuntos ligados ao meio ambiente, principalmente no Estado do Ceará. Em fins de 1973, fui procurado por Henrique Brandão Cavalcanti, que era então o secretário executivo do Ministério do Interior. Ele havia sido diretor da delegação brasileira que compareceu e atuou na Reunião Ambiental que reuniu delegações de 16 países apenas, em 1972. Foi a primeira reunião ambiental oficial desses países. Tratou-se da chamada Conferência de Estocolmo.

Na volta desta Delegação à Federação Brasileira, o Secretário Henrique Brandão Cavalcanti conseguiu a aprovação de uma Secretaria Especial do Meio Ambiente Federal, a SEMA. Ele me convidou a falar sobre o assunto com ele, em Brasília. Atendi ao pedido. Fui à Brasília, li o projeto aprovado e fiz várias críticas a ele. Achei o teor do projeto muito fraco, mas não sabia que tinha sido o máximo que o Henrique tinha conseguido. Quando terminei de fazer as minhas críticas, ele me convidou para ser o Secretário Especial do Meio

Ambiente. Eu deveria ser o responsável pelas atividades ambientais federais oficiais no Brasil.

Para isso me deram 6 (seis) funcionários, mas, evidentemente, os problemas ambientais brasileiros eram imensamente maiores que as suas possíveis atividades. Achei, de saída, que a SEMA só poderia ser eficiente se tivesse amplo apoio nos Estados e Municípios da Federação Brasileira. Portanto aceitei o convite e saí logo em atividade, viajando pelos Estados, para ajudar a organizar a defesa conjunta do meio ambiente na nossa Federação.

Numa dessas viagens ao Ceará, fiquei conhecendo uma pessoa ambientalista, que foi logo incorporada à SEMA. Essa pessoa chama-se Professor Renato Aragão. Ele tem o mesmo nome que um artista famoso, o que proporcionou situações curiosas. Certa vez, ele mandou dizer que a tantas horas chegaria de avião a uma certa cidade. Quando ele chegou foi recebido por um grande número de pessoas, que pensavam ser ele o artista.

O Professor Renato Aragão sabe como conversar com todas as pessoas, sejam elas os governantes, sejam os humildes trabalhadores braçais. Certa vez, quando estudávamos as possibilidades de adquirir uma nova unidade de conservação com uma vegetação de caatinga típica, fomos eu e ele, almoçar com o Prefeito de Aiuaba, bem no interior do Ceará. O Prefeito local nos convidou para um almoço em sua casa. Aceitamos o convite.

Fiquei conhecendo como vivem as pessoas do interior cearense. À mesa estavam os convidados. Todos masculinos. O almoço foi realizado no andar térreo da casa. As mulheres não participaram. Contudo estavam de pé olhando do lado de fora para dentro das janelas abertas da casa. Assim todas assistiram o que se passava na mesa de almoço. A comida estava excelente e abundante. Havia porém um prato com carne de animal, que, prudentemente, não comemos.

A conversa foi cordial e o Prefeito ficou satisfeito porque iria ter em seu território uma Estação Ecológica e também nos apoiou. Foi um fruto da atividade intensa de Renato Aragão. Aiuaba tem agora uma joia ambiental, ou seja, uma Estação Ecológica. Não foi fácil, porém, obter as verbas para sua aquisição e levou algum tempo para ser implantada, sob a sábia supervisão do Professor Renato Aragão.

Na viagem de volta, num avião bimotor pequeno, fomos pilotados por um piloto que ainda estava aprendendo a voar. O seu instrutor dava instruções a ele em voz alta. Cito esse caso para mostrar os riscos que, às vezes, precisamos correr nas nossas atividades.

O Professor Renato Aragão fez amizades com diversos governadores. Isso facilitou muito nossas atividades ambientais. Devemos a ele, entre outras atividades, a criação pelo Estado do Parque Botânico do Ceará, próximo a Fortaleza e de grande valor ambiental.

Eram terras que pertenciam à Marinha Brasileira, que generosamente também concordou com a transferência.

A história da escolha de Jericoacoara, hoje praia famosa e área protegida, teve a influência e decisão do Professor Renato Aragão. A mim sempre me despertou a necessidade de preservar uma área com palmeiras de uma espécie produtora de uma cera muito valiosa nas suas folhas, antes que estes bosques fossem destruídos.

Renato Aragão encontrou um desses bosques em um lugar onde ainda estavam guardados e produzindo cera, no Ceará. Contudo, ele e eu achávamos que esse bosque não podia ser escolhido sem prejudicar a fonte de renda de uma comunidade que já era bem protegida por um Padre. Em vista disto, resolvemos escolher outra área mais ao Norte, para ser preservada, pois esta já era bem cuidada. Indicou-me o nome da outra área: Jericoacoara. Obteve, também, o uso de um helicóptero para irmos até lá. Descemos junto a uma pequena escola, cujos alunos saíram alegres para ver de perto o helicóptero. Logo vimos também que Jericoacoara era um local maravilhoso. Não tardamos em declarar a região como área protegida oficial. Logo ela se tornou uma das melhores áreas costeiras protegidas do Estado do Ceará e da nossa República Federativa, por sua grande beleza natural e sua preciosa natureza, o que deu margem a um intenso turismo.

Aqui tratei apenas de algumas das áreas que percorri e examinei junto com o Prof. Renato Aragão. Quero prestar homenagem a esse grande brasileiro conservacionista, defensor do Meio Ambiente e meu amigo pessoal. É um exemplo para todos nós.

Prof. Titular Paulo Nogueira-Neto¹

27/04/2015

¹ Professor Titular de Ecologia, da Universidade de São Paulo. Professor Titular Emérito do Instituto de Biologia (USP). Fundador do Departamento de Ecologia Geral, do Instituto de Biociências da USP. Membro Honorário do Instituto de Estudos Avançados, da USP. Presidente da Associação de Defesa do Meio Ambiente (ADEMA/SP), sendo esta a mais antiga entidade ambientalista do Brasil. Organizou e dirigiu a Secretaria de Meio Ambiente (SEMA), de 1974-1986, no âmbito do Ministério do Interior. Estabeleceu, na SEMA, 26 Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental e Reservas Ecológicas Federais, com total de 3.200.000 hectares. Secretário de Meio Ambiente do Distrito Federal, SEMATEC, por 2 anos. Membro da Comissão Brundtland das Nações Unidas, de 1983 a 1986, onde foi um dos dois representantes da América Latina. Foi duas vezes Vice-Presidente do Programa O Homem e a Biosfera - *Man and Biosphere* (MAB), da UNESCO. Recebeu o Prêmio Duke of Edinburgh 1997, em Londres e a Comenda da Arca Dourada 1983, nos Países Baixos. Fundador do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Membro do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) até 2018. Foi Vice-presidente da SOS Mata Atlântica e Vice-Presidente do International Bee Research Association. Foi Conselheiro da Câmara de Compensação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo e Consultor do Conselho Estadual do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. Faleceu em 25 de fevereiro de 2019.

Introdução

A segunda edição do livro “Professor Renato Aragão: o Ceará sob o olhar ambiental” decorre da demanda de pessoas e instituições que não tiveram a oportunidade de ler o registro da história ambiental do Ceará e do reconhecimento do papel protagonista do Prof. Renato na promoção das políticas ambientais. Muitas foram, também, suas contribuições nesses cinco anos passados da primeira edição deste livro.

Assim, senti a necessidade de atualizar as informações e deixá-las registradas nesta segunda edição. No entanto, é importante relatar que faz algum tempo que penso em escrever este livro, por entender que os cearenses têm o direito de conhecer sua história relativa às questões ambientais, cujas fontes de informações para a elaboração do texto fossem fontes primárias, seguras, sem meandros ou interpretações de personagens secundárias.

A política ambiental cearense, sua instituição e execução, se confunde com a vida do Prof. Antônio

Renato Lima Aragão. Então, alimentei durante muito tempo, de maneira silenciosa e solitária, o sonho de conversar com o Dr. Renato e pedir-lhe para abrir seu coração e sua vida, seus arquivos e sua história profissional e pessoal, para que eu pudesse, com a ajuda de Deus, transformá-los em textos que retratassem a História Ambiental do Ceará.

Minha timidez só permitiu que, em 2013, eu me encorajasse a solicitar-lhe tamanha ousadia; não sem antes ter conversado com Eulália, sua filha, para sondá-lo a respeito desta ideia, ainda em 2012.

Quando o Dr. Renato me recebeu em sua sala, na FIEC, com tão grande disponibilidade e disse-me que aceitaria e que traria o material para que eu pudesse ler e escrever, uma alegria e emoção me tomaram a mente e o corpo. Ao ter o acervo em minhas mãos, no dia 22 de fevereiro de 2013, com a recomendação expressa de que tomasse cuidado com os documentos, pois era sua vida, o Dr. Renato não sabia que, para mim, eu estava segurando um tesouro. Tesouro que a gente preserva com carinho e cuidado, zelo e proteção.

Não sei se foi perceptível aos outros, mas desci o elevador da FIEC e saí agarrada aos documentos apertando-os contra meu peito, ao mesmo tempo em que agradecia a Deus o dom da vida e de poder, de alguma maneira, estar permitindo realizar meu

sonho: o de transmitir aos cearenses, os desta geração e os que muito provavelmente não conhecerei, um Ceará sob o olhar ambiental.

Este livro é também uma homenagem ao Dr. Renato Aragão: um homem à frente de seu tempo, que com sua força, dedicação, empenho e inteligência transformou o Ceará no quesito ambiental. Um homem que não mediu esforços para implementar a política estadual do meio ambiente, ainda na década de 1980. Um homem que lutou ao lado do Dr. Paulo Nogueira Neto para implantação efetiva da Política Nacional do Meio Ambiente.

Numa de nossas primeiras conversas, Dr. Renato contou-me um “causo” muito bonito, que traduz bem a alma deste senhor que permanece ativo e atuante na área ambiental em nosso Estado e no Brasil.

Numa época em que instituir Unidades de Conservação era um desafio muito maior do que hoje, em que o homem do campo não tinha a informação e o conhecimento necessários ao entendimento de que a proteção das áreas, destinadas às reservas públicas ou privadas, era benéfico a todos, o Dr. Renato Aragão, conhecedor da biodiversidade importante e significativa de ser protegida na Região dos Inhamuns, iniciou uma batalha para implementar a primeira Estação Ecológica do Ceará.

Como convencer então os moradores da Região dos Inhamuns da importância da Estação Ecológica de Aiuaba? Sabiamente, o Dr. Renato Aragão segue até Assaré e encontra-se com o poeta maior dos sertões, homem respeitado por todos: Patativa do Assaré. Tirando do próprio bolso a quantia de cinco contos de réis pede que Patativa do Assaré escreva uma oração a São Francisco, o padroeiro da Ecologia, pois o sertanejo daquela região dos Inhamuns é devoto deste santo.

A oração, traduzida na poesia, tinha por tema a Estação Ecológica de Aiuaba. Com a ajuda do Dr. Renato Aragão, administrador da Estação Ecológica de Aiuaba, seus conhecimentos e muitas de suas palavras, Patativa do Assaré escreveu, em 26 de novembro de 1982, na cidade de Assaré, “Estação Ecológica de Aiuaba: o pedido de um poeta”.

Como a poesia foi feita por encomenda, não está publicada em nenhum dos livros do poeta. Foi publicada em cartaz formato A3, com autorização de uso de imagem de São Francisco pela Editora Vozes Ltda., e, ainda, com financiamento do Banco do Nordeste, à época Banco do Nordeste do Brasil S.A., para comemorações do Dia Mundial do Meio Ambiente, em 05 de junho de 1983.

Estação Ecológica de Aiuaba **O pedido de um poeta**

Sertanejo, meu amigo,
A floresta é um abrigo
Onde a fauna sempre mora
E nós temos o dever
De com amor defender
Nossa fauna e nossa flora

Sertanejo caçador,
Defendamos com amor,
As riquezas naturais
Queira ouvir o meu apelo,
Vamos preservar com zelo
As árvores e os animais.

Foi vendo por esta lógica
Que esta Estação Ecológica
No Ceará foi criada,
São privilégios comuns
Das terras dos Inhamuns
Onde ela está situada.

A grande área reservada
Que breve estará cercada
De arame e madeira grossa,
Bela maravilha encerra
E a grande faixa de terra
Não é do governo, é nossa.

Pois é ela um bem comum
Que pertence a cada um
E é fonte que não se acaba,
É de riqueza um celeiro
Pertence ao Brasil inteiro
E ainda mais a Aiuaba

Depois da terra cercada
E por todos respeitada,
Cada vez mai evolui
E as futuras gerações
Vão ver com justas razões
O que o Ceará possui.

Os angicos abatidos
E os animais perseguidos,
Agora tendo defesa,
Com este sonho seguro
Nós teremos no futuro
Um primor de natureza

Meu sertanejo querido,
Aqui fica o meu pedido
Nestes simples versos meus
E lhe digo com verdade,
Fazendo a minha vontade
Faz a vontade de Deus

Patativa do Assaré

Na década de 1970, enquanto Diretor da Divisão de Geografia e Cartografia da Superintendência de Desenvolvimento do Estado do Ceará (SUDEC), Prof. Renato Aragão, comprometido com as questões ambientais e convencido da necessidade de se instituir, no âmbito do Estado do Ceará, um conselho de meio ambiente; sugeriu ao chefe de Gabinete da Superintendência, o prof. Geraldo da Silva Nobre, que colaborasse com sua intenção; o que resultou na Portaria nº 265/1974, autorizando-o a criar o pretendido conselho.

Surgia ali, na gestão do então governador César Cals Neto, em uma época em que o Brasil vivenciava um regime militar, a primeira ideia da criação de um espaço colegiado e descentralizado de gestão participativa, na área ambiental, que viria a ser; mais tarde, o Conselho Estadual do Meio Ambiente – COEMA.

Interessante perceber que o Estado do Ceará possui uma bonita história na área ambiental que, certamente, não teria acontecido sem personagens importantes e protagonistas de uma luta em prol da proteção dos recursos naturais. Talvez a personagem de maior vulto nesta história e que merece nosso respeito, admiração e reconhecimento é o Prof. Antônio Renato Lima Aragão. Sua vida pessoal e profissional se mescla com a trajetória da política ambiental do Ceará e do Brasil.

O Dr. Paulo Nogueira Neto, sumidade em matéria ambiental no Brasil, refere-se em seu livro “Diário de Paulo Nogueira Neto”, ao seu “dedicado amigo” Antônio Renato Lima Aragão como uma das pessoas que sobressaíram no Ceará, concernente às questões ambientais.

Essa história começa em 1934, no dia 03 de outubro, quando nascia em Ibiapina, na Serra de Ibiapaba, no Ceará, o menino Antônio Renato Lima Aragão. Filho de Maria Eulália Lima Aragão e Pedro Aragão Ximenes, proprietário de loja de tecidos.

Filho de pais católicos, o Prof. Renato Aragão, juntamente com seus 12 irmãos e pais rezavam o terço todos os dias, antes de dormir.

Segundo o Prof. Renato Aragão conta no livro “Seminário de Betânia – 90 anos”:

“A minha mãe tinha um grande desejo de ter um filho padre, daí por que colocou quatro deles no seminário. Mas, apesar dos esforços, nenhum seguiu a vocação sacerdotal a ponto de tornar-se padre”.

Assim, aos treze anos, o Prof. Renato Aragão entrou para o Seminário Diocesano de Sobral, em 1947, permanecendo até 1948; local em que recebeu ensinamentos religiosos, morais e humanos. Certamente essa herança religiosa permeou todos os caminhos desse cearense, cujas ações para com o

meio ambiente sempre foram de respeito e consideração.

Foi aluno do Colégio Sobralense, ao sair do Seminário e quando foi morar em Fortaleza, estudou no Liceu do Ceará. Aos vinte e nove anos, graduou-se, pela Faculdade Católica de Filosofia, Bacharel em Geografia, em 1963, e Licenciado em Geografia, na mesma Instituição, em 1964. Iniciava ali uma vida profissional comprometida com o desenvolvimento do Ceará e a proteção dos seus recursos naturais, notadamente, da Caatinga.

Na sua vida pessoal, ainda na década de 1960, mais precisamente em 08 de maio de 1967, casou-se com Betty Costa Aragão, natural do estado de Roraima, com quem teve dois filhos: Maria Eulália Costa Aragão (17 de julho de 1968) e Raphael Costa Aragão (21 de fevereiro de 1982), ambos nascidos em Fortaleza. Eulália Aragão é casada com Washington de Aguiar Soares. Raphael Aragão é casado com Ronara Marques Ribeiro de Sousa Aragão.

Casado há mais de 50 anos, o Prof. Renato Aragão tem atualmente dois netos: Eduardo Aragão Quintella (22 de abril de 1987), que é filho da Eulália Aragão. O neto mais novo, Gabriel Sousa Aragão (16 de dezembro de 2009), é filho do Raphael Costa Aragão. Em 06 de abril de 2019, Eduardo Aragão Quintella se casou com Carina Guida Graça Quintella, em Petrópolis, no Rio de Janeiro.

Capítulo 1

A década de 1960: o Ceará e a interface com a política ambiental internacional e nacional

No período de junho de 1953, quando contava 19 anos, até junho de 1964, Renato Aragão trabalhou para o Ministério da Agricultura, concomitantemente ao tempo de dedicação aos estudos de formação profissional em Geografia.

Concernente ao planejamento no Estado do Ceará, foi na era do governo estadual de Parsifal Barroso (março/1959 a março/1963) que se iniciou a montagem das bases para o início da era de planejamento formal do Estado (BARBOSA, 1986).

Eleito em outubro de 1962, o Governador Virgílio Távora, iniciou, conforme Barbosa (1986), uma nova era de planejamento no Estado. As Leis estaduais nº 6.022 e nº 6.083, ambas de 08 de novembro de 1962, criaram a Superintendência do Desenvolvimento Econômico e Cultura do Estado do Ceará (SUDEC), a Companhia de Desenvolvimento do Ceará (CODEC) e o Banco do Estado do Ceará (BEC). A SUDEC, órgão autônomo, tinha por finalidade, planejar e orientar o desenvolvimento

econômico e social do Estado (BARBOSA, 1986). A SUDEC se constituiu no embrião do que, mais tarde (em 1987), veio a ser o órgão ambiental do estado do Ceará: a Superintendência Estadual de Meio Ambiente do Ceará, SEMACE.

Na esfera internacional, no âmbito das questões ambientais, o livro *Silent Spring* (Primavera Silenciosa), de Rachel Carson, de 1962, dava início ao despertar do mundo inteiro para a relevância em se discutir o modelo exploratório dos recursos naturais, o uso intensivo de pesticidas, a exemplo do Dicloro-Difenil-Tricloroetano (DDT), e suas consequências adversas para os ecossistemas e para todos os seres vivos.

O Estado do Ceará empenhou-se, em 1963, num trabalho de articulação com os órgãos do Governo Federal e com organismos estrangeiros como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD) para trazer investimento destinado à melhoria das condições de vida do homem, incluindo água, esgoto e saneamento, saúde pública e assistência social (BARBOSA, 1986).

Segundo Ceará (1963), dentro do Plano de Metas Governamentais (PLAMEG), a SUDEC, responsável pelo planejamento, controle e coordenação do desenvolvimento, formou uma equipe de jovens economistas, engenheiros, dentre outros

profissionais; bem como incentivava e apoiava a qualificação de recursos humanos por meio de cursos no Brasil e no exterior, a exemplo dos cursos da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL).

Em 26 de janeiro de 1966, já formado, o Prof. Renato Aragão passou a integrar, no cargo de Geógrafo SU/12, o quadro da SUDEC, tendo tomado posse em fevereiro de 1966. No entanto, já prestava serviços à SUDEC na condição de servidor contratado no regime da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), desde 18 de fevereiro de 1964.

Em 1965, o geógrafo Renato Aragão fez dois cursos de aperfeiçoamento: o de Informações Geográficas, no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Rio de Janeiro/RJ, e outro em Planejamento de Recursos Humanos, na Organização dos Estados Americanos (OEA)/Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em Recife/PE. De março de 1965 a dezembro de 1966, Renato Aragão exerceu o ofício de professor lotado na Secretaria de Educação do Estado do Ceará, no Colégio Estadual Justiniano de Serpa, ministrando a disciplina de Organização Social e Política Brasileira (OSPB).

Em 1967, o Prof. Renato Aragão realizou, em setembro daquele ano, o curso de aperfeiçoamento

da CEPAL/BNDE intitulado “XXI Curso Intensivo de Treinamento em Problemas de Desenvolvimento Econômico”, no qual foi aprovado com distinção (Figura 1). A iniciativa de qualificação de recursos humanos do pessoal do quadro da SUDEC fazia parte do PLAMEG, conforme mencionado anteriormente.



CENTRO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO CEPAL/BNDE

Av. Graça Aranna, 174 - salas 905/912

Rio de Janeiro - Brasil

Cable: CEPALBRAS

Telefone: 22-1285

Rio de Janeiro, 14 de setembro de 1967.

Prezado Senhor,

Tenho em vista sua participação no XI Curso Intensivo de Treinamento em Problemas de Desenvolvimento Económico, ministrado por este Centro CEPAL/BNDE sob a égide do Instituto Latino Americano de Planejamento Económico e Social e com o copatrocinio da SUREMS e SILEB, tenho o prazer de comunicar que V.Sa. foi aprovado com distincão, com as seguintes notas finais:

Estatística	9,0
Introdução à Análise Económica ...	6,0
Contabilidade Social	8,8
Desenvolvimento Económico	8,5
Sociologia	10,0
Técnicas de Planificação	8,3
Política Económica	6,7
Projetos	8,0
Programação Agrícola	8,5
Média Final	<u>8,2</u>

O correspondente diploma ser-lhe-á remetido no prazo mais breve possível.

Atenciosamente,

Alceu Sanchez
Alceu Sanchez
Diretor Dept. Cursos

Ilmo. Sr.
Antonio Renato Lima Aragão
rua Pereira Filgueiras, 1138
FORTALEZA - Ce.

Figura 1 – Certificado CEPAL, 1967
Fonte: Arquivo pertencente ao Professor Renato Aragão.

Para Barbosa (1986, p.34), o período do PLAMEG foi “o mais ‘planejamentista’ da história administrativa do Ceará; tendo cumprido seus objetivos e se constituído no marco referencial na história da Administração Estadual”.

Com o impacto positivo, advindo da execução do PLAMEG, um segundo plano é estabelecido no âmbito do Estado do Ceará: o Plano de Ação Integrada de Governo (PLAIG 1967-1971), do então Governador Plácido Aderaldo Castelo, elaborado em um período em que o regime autoritário estava em vigor no Brasil desde 1964.

A SUDEC promoveu a interiorização do planejamento, conforme preconizava o PLAIG (CEARÁ, 1967), colocando em prática a política de cooperação com os municípios. É nessa época que foi construída a Estrada do Algodão, oficialmente denominada Estrada Presidente Costa e Silva, responsável por atravessar os municípios de produção algodoeira (BARBOSA, 1986).

Ao olharmos para o mundo, estaremos vivendo uma época de enfrentamento de novos desafios, assim como no Ceará. Ignacy Sachs estava delineando, já em 1967, as premissas do ecodesenvolvimento (mais tarde denominado desenvolvimento sustentável) em seu livro *Obstacles to growth: demographic, economic and social (studies*

on development countries) vol. 3, que teve a contribuição de Teresa Kozak.

O final da década de 1960 foi particularmente importante para as questões ambientais mundiais, pois, a partir desse momento houve o entendimento do Planeta como sistema. Diversos movimentos impulsionaram, então, a discussão de um novo modelo de desenvolvimento. É dessa época, especificamente 1968, a instituição do Clube de Roma, liderado por Donella Meadows, o qual pontua cinco grandes problemas mundiais: crescimento populacional, finitude dos recursos naturais, poluição, modo de produção agrícola e industrial. O relatório final deste grupo ficou conhecido com Relatório Meadows e tinha como título Limites para o Crescimento (*Limits to Growth*).

Foi no ano de 1968 que houve a publicação do livro *Population Bomb* (Bomba Populacional), de Paul Ehrlich, que estabelecia uma conexão entre a população humana, a super exploração dos recursos naturais e o meio ambiente. É desse ano, também, a realização da Conferência Intergovernamental para o Uso Racional e a Conservação da Biosfera, que foi o fórum das primeiras discussões do conceito do desenvolvimento ecologicamente sustentável.

Na área pessoal, em 1968, nascia a primeira filha do Prof. Renato Aragão, Eulália, que recebeu o

nome de sua avó paterna.

Em 1968, ainda, a Assembleia Geral das Nações Unidas autorizou a realização da Conferência sobre o Ambiente Humano, que se realizaria em 1972 em Estocolmo. Em 1969, de maneira pioneira no mundo, os Estados Unidos da América criou sua Agência de Proteção Ambiental - *Environmental Protection Agency* (EPA), bem como as primeiras normas sobre questões ambientais, dentre estas a de Avaliação de Impacto Ambiental (*Environmental Impact Assessment*).

Todas essas novas ideias auxiliaram para que o início da década de 1970 vivenciasse o despertar mundial para a real necessidade de se promover o desenvolvimento socioeconômico em consonância com a manutenção da qualidade ambiental.

Referências

BARBOSA, Arnaldo Parente Leite. **Planejamento Governamental**: aspectos teóricos e uma análise das experiências mundial, brasileira e cearense. 1986. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Fundação Getúlio Vargas, Escola Brasileira de Administração Pública, Rio de Janeiro, 1986.

CEARÁ. Governo do Estado do. **Plano de Metas Governamentais**: PLAMEG. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1963.

_____. **Plano de Ação Integrada do Governo**: PLAIG. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1967.

Capítulo 2

Década de 1970: atuação proativa na área ambiental

O que se busca, finalmente, é que cada um faça a sua parte e isto é muito mais positivo que esperar que os outros ou o governo façam aquilo que pregam.

Renato Aragão

A Conferência Mundial sobre o Ambiente Humano, que aconteceu em Estocolmo na Suécia, em 1972, deu início a grandes transformações globais com relação a inserir a variável ambiental na pauta de discussão do planejamento e desenvolvimento socioeconômico.

No Ceará, o PLAIG (CEARÁ, 1967) do Governo Estadual impulsionava o desenvolvimento, cujas decisões governamentais eram precedidas de consultas, mesmo estando em um período autoritário, o que segundo Barbosa (1986) “lhe valeu certo cunho democrático”. Ainda conforme Barbosa (1986), o Ceará passou a ter na década de 1970, assim como em outros Estados, o centralismo emanado do poder federal, representado pelo

sistema técnico-militar e que determinou uma perda de poder de decisão estadual, no que se refere a seus problemas específicos.

A Superintendência de Desenvolvimento do Estado do Ceará (SUDEC) era localizada inicialmente na Avenida Santos Dumont, em Fortaleza. Depois sua sede foi transferida para a Rua Sena Madureira e, finalmente, para a Rua Silva Jardim e Rua Jaime Benévolo. Na Foto 1, é possível visualizar o prédio que abrigava o Grupo Interinstitucional de Energia Solar (GIES), no Campus do Pici, da Universidade Federal do Ceará. A SUDEC fazia parte das atividades deste Grupo.



Foto 1 – Grupo Interinstitucional de Energia Solar

Fonte: Foto de Nelson F. Bezerra, 1977, pertencente ao Arquivo do Professor Renato Aragão.

Conforme Ato de 13 de abril de 1970 (Figura 2), publicado no Diário Oficial do Município de Fortaleza, Renato Aragão foi nomeado professor de Ensino Secundário no dia 01 de março de 1970, exercendo a atividade de magistério no município por 14 anos e 11 meses, até 31 de janeiro de 1985. O Prof. Renato Aragão foi aprovado em primeiro lugar no concurso de provas e títulos para Geografia a que se submeteu para exercer o cargo de professor de ensino secundário no Colégio Municipal Filgueiras Lima.

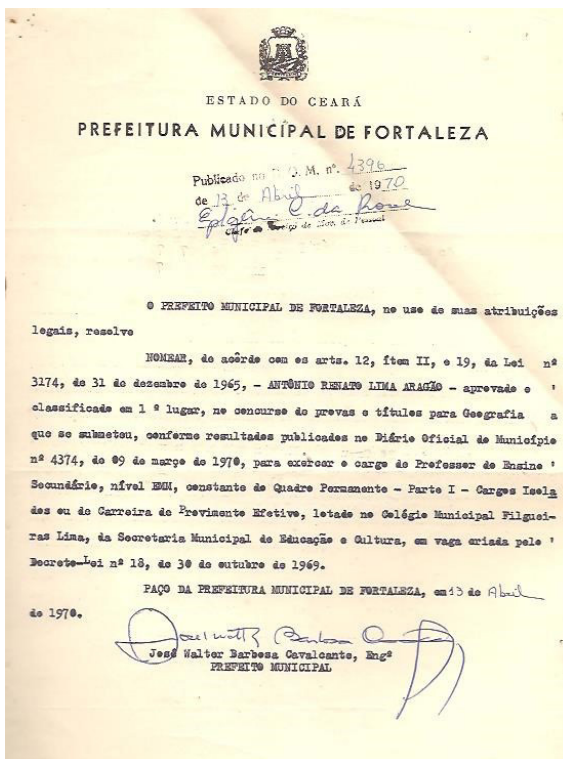


Figura 2 – Nomeação do cargo de Professor da Prefeitura de Fortaleza.

Fonte: Arquivo pertencente ao Professor Renato Aragão.


Em 1970, Renato Aragão assumiu na Universidade Federal do Ceará (UFC) o cargo de auxiliar de ensino da Geografia, ministrando como professor no magistério superior diversas disciplinas: Geomorfologia (1974), Geografia de regiões subdesenvolvidas (1971 - 1975), Geografia Econômica (1976) e Geografia aplicada ao planejamento regional (1971 - 1976), todas na Faculdade de Filosofia.

O Prof. Renato Aragão renunciou, em 29 de setembro de 1971, ao cargo de Presidente da Comissão Executiva da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Ceará, para o qual tinha sido eleito em maio daquele ano, em virtude da não disponibilidade de tempo que o cargo exigia. Cômico de sua missão na SUDEC de agente transformador da realidade vigente, o Prof. Renato Aragão sabia que o tempo é valioso e deveria ser despendido em favor da proteção dos recursos ambientais e do novo modelo de desenvolvimento que, em terras distantes, começava a ser desenhada.

A Conferência Mundial sobre o Ambiente Humano, realizada em Estocolmo na Suécia, em 1972, marca profundamente a discussão global sobre as questões ambientais, estabelecendo a necessidade de se redirecionar o desenvolvimento com outro olhar e outro fazer, desta vez considerando a inserção da variável ambiental, tanto no processo de

decisão como no processo de planejamento.

É neste ano, especificamente em 01 de fevereiro de 1972, que o geógrafo Renato Aragão, por meio de processo seletivo, iniciou suas atividades de magistério na Fundação Universidade Estadual do Ceará (UECE), permanecendo no cargo até 13 de novembro de 1992 (Figura 3).

ESTADO DO CEARÁ		QUADRO DISCRIMINATIVO DE TEMPO DE SERVIÇO	
 ÓRGÃO: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ			
NOME	CARGO	NÍVEL	MATRÍCULA
ANTONIO RENATO LIMA ARAGÃO	PROFº ADJUNTO	IV	000530
DEPTº GEOCIÊNCIAS - CCT			
ANO	HISTÓRICO	DIAS EFETIVO EXERCÍCIO	DEDUÇÕES
	TEMPO DE SERVIÇO PRESTADO À SECRETARIA DE EDUCAÇÃO De acordo com a certidão datada de 27.10.92 nº 416/92, fornecida pela Secretaria de Administração, o requerente exerceu a função de Professor do Colégio Estadual Justiniano de Serpa durante o período de 01.03.65 a 31.12.66, no total de 671 dias ou seja 01 ano 10 meses e 02 dias.....	671	
	TEMPO DE SERVIÇO PRESTADO À UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE Mediante verificação nas fichas funcional e financeira, o requerente ingressou na UECE em 01.02.72 para exercer o cargo de Professor, permanecendo até a presente data. De: 01.02.72 a 13.11.92..... Fortaleza, 13 de novembro de 1992.	7.590	
PARA EFEITO DE AVERBAÇÃO		TOTAL	8.261
		TOTAL LÍQUIDO	8.261
RESUMO EM ANOS - MESES - DIAS 22 anos, 07 meses e 19 dias.		PERÍODO	01 / 03 / 65, 13 / 11 / 92
EMITENTE	CONFERENTE	CHEFE	DATA
Ana Karla	<i>[Signature]</i>	<i>[Signature]</i>	

A-4 IMPRESSO PADRONIZADO

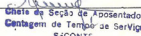

 Departamento de Servidores Aposentados
 Contagem de Tempo de Serviço
 SUCONTE

Figura 3 – Quadro discriminativo de tempo de serviço de Professor da Fundação Universidade Estadual do Ceará
 Fonte: Arquivo pertencente ao Professor Renato Aragão.

O Brasil participou ativamente da Conferência de Estocolmo, de 1972, e teve um papel fundamental, de liderança, na discordância de um modelo de crescimento zero que alguns países de primeiro mundo insistiam em tentar obrigar aos países, ditos de terceiro mundo, a aceitar. A comitiva brasileira protagonizou um ato corajoso em discordar do que ali se configurava como algo perverso aos países de terceiro mundo (hoje denominamos países em desenvolvimento).

Os primeiros passos do desenvolvimento sustentável (que naquele momento ainda se delineava como ecodesenvolvimento) já estavam sendo trilhados, desde o final da década de 1960, por Ignacy Sachs e Maurice Strong. Assim, o discurso brasileiro se aproximava do pensamento do então presidente da Conferência de Estocolmo, Maurice Strong, e, portanto, a comitiva brasileira encontrou a possibilidade de ter sua voz ouvida por todos.

No ano seguinte à Conferência de Estocolmo, o Brasil instituiu a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), como um dos seus desdobramentos positivos. O convite para presidir a SEMA foi feito ao Prof. Paulo Nogueira-Neto. Nogueira-Neto (2010), em seu livro, lembra o nome do Prof. Renato Aragão como uma das pessoas, em esfera nacional, que por volta de 1974, já atuavam em prol

da proteção ambiental e no combate à poluição. Nogueira-Neto (2010) reconhece o apoio pessoal e decisivo do Prof. Renato Aragão para a manutenção de suas atividades federais ao longo de todo o tempo até aquela presente data (2009), a que se referia.

Em termos de produção científica, a década de 1970 foi de profícua atuação do Prof. Renato Aragão, cujos trabalhos publicados auxiliaram o planejamento de assuntos estratégicos para o Estado. Citam-se os seguintes: “A Cuesta da Ibiapaba”; “A Industrialização do Caju no Ceará – Implantação e Ampliação da Cultura do Caju no Ceará”; “A Nova Divisão Regional do Ceará”; “Delimitação da Micro Região do Plano do Cariri – Capítulo 2”, todos publicados em 1971; “Recursos Hídricos do Ceará”, publicado em 1972; “Considerações sobre a Cultura de Cana de Açúcar no Ceará”, “Considerações sobre a Cultura da Banana no Ceará” e “Considerações sobre a Cultura da Pimenta do Reino no Ceará”, todos estes publicados pela SUDEC, em 1973.

No ano de 1973, por ter lecionado no curso de Agrologia da UFC como técnico da SUDEC, recebeu do chefe de departamento, Prof. Fernando Andrade, carta de agradecimento em reconhecimento aos ensinamentos de suas aulas.

Em 1974, o Prof. Renato Aragão propôs ao então Governador César Cals a criação de um

Conselho Estadual de Preservação Ambiental (CEPRAM), embrião do atual Conselho Estadual de Meio Ambiente (COEMA), instituído 13 anos após, em 1987.

No mesmo ano de 1974, realizou na cidade de São José dos Campos, em São Paulo, dois cursos: um de Engenharia de Sistema e o outro de Sensoriamento Remoto, no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), no qual tirou excelentes notas e cujo trabalho final foi destacado com louvor (Figura 4). Fez estágio no INPE também em fevereiro de 1974.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE PESQUISAS
INSTITUTO DE PESQUISAS ESPACIAIS
São José dos Campos - Est. de S. Paulo - Brasil

4 de março de 1974

Ilmo.Sr.
Antônio Renato Lima Araújo
Superintendência para o
Desenvolvimento do Ceará (SUDEC)
Fortaleza - CE

Ref.: C.153-DG/74

Prezado Araújo:

Li seu relatório sobre os resultados de interpretação de imagens do ERTS, feito após seu estágio. Achei-o muito interessante. Sugiro fazer algumas cópias e distribuí-las por outros órgãos no Ceará.

Aqui sempre ao seu dispor.

Cordialmente,


Fernando de Mendonça
Diretor Geral

FM/mir

Figura 4 – Documento do INPE

Fonte: Arquivo pertencente ao Professor Renato Araújo.

Em 04 de setembro de 1974, recebeu a comunicação do Conselho Nacional de Pesquisas (sigla, à época, CNPq) que seu pedido de bolsa de Pesquisador Assistente foi aceito, sendo concedida

por um ano para a realização da pesquisa intitulada “Interpretação Geográfica de Imagens produzidas pelo ERTS-1”, vinculada a um orientador do INPE. Mencionada pesquisa tinha como lócus de atuação o Estado do Ceará. Sua dedicação às causas ambientais do Estado era algo incontestável.

Profundo conhecedor da causa e dos problemas ambientais, o Prof. Renato Aragão já exercia com maestria a vanguarda necessária à mudança de paradigma no trato das questões ambientais. Por isso, já no ano de 1975, quando assumiu a Diretoria do Departamento de Recursos Naturais (em 09 de abril de 1975), o Prof. Renato Aragão introduziu na SUDEC as atividades de proteção do meio ambiente. Na SUDEC foi Chefe do Setor de Geografia (período 1964-1966), Chefe do Departamento de Administração (1967), Chefe da Divisão de Documentação (1967-1970), Chefe da Divisão de Geografia e Fotointerpretação (1970-1975) e Diretor do Departamento de Recursos Naturais (a partir de 1975 até 1988).

É de 1975, a instituição do Laboratório de Controle de Princípios Ativos e de Resíduos de Pesticidas, na SUDEC, iniciativa única no Estado do Ceará. Após a extinção da SUDEC, a experiência de se controlar resíduos de pesticidas no Estado não teve continuidade.

Ainda no ano de 1975, o Prof. Renato Aragão realizou o curso “VI Ciclo de Estudos de Segurança e Desenvolvimento”, promovido pela Escola Superior de Guerra. A partir de dezembro de 2003, com a aprovação de um novo estatuto, os Ciclos de Estudos passaram a se chamar Cursos de Estudos de Política e Estratégia (CEPE).

É também deste ano, 1975, a proposta do Prof. Renato Aragão endereçada ao Prof. Paulo Nogueira-Neto, então Secretário da SEMA, para implantação de uma Estação Ecológica nos Inhamuns. Em conjunto com mais duas personagens, Prof. Davi Felinto Cavalcanti, da Escola de Agronomia do Ceará (UFC) e Prof. Dárdano de Andrade Lima, expoente pesquisador em Botânica, o Prof. Renato Aragão escolheu a área de caatinga em Aiuaba/CE. Nascia ali a ideia da implantação da Unidade de Conservação denominada Estação Ecológica (ESEC) de Aiuaba, cuja criação oficial se deu por meio do Decreto nº 81.218, de 16 de janeiro de 1978, declarando a área como de utilidade pública para fins de desapropriação. O Prof. Renato foi seu primeiro administrador. Anos mais tarde, em 2001, a ESEC de Aiuaba foi reconhecida como Estação Ecológica pelo Decreto sem N°, de 6 de fevereiro de 2001, com perímetro aproximado de 72,77 km (MMA, 2006).

Interessado em permanecer estudando e adquirindo novos conhecimentos, o Prof. Renato Aragão se submeteu a processo seletivo do Mestrado em Geografia, na Universidade Federal de Pernambuco, cujo edital foi divulgado no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, em 9 de dezembro de 1975, e as provas ocorreram no período de 16 a 19 de fevereiro de 1976.

Conforme declaração, assinada pelo então Coordenador do Curso de Mestrado, Prof. Manuel Correia de Oliveira Andrade, dos trinta e um candidatos, o Prof. Renato Aragão obteve o 2^o lugar (Figura 5). Trancou sua matrícula no curso por um ano, em virtude da dificuldade em se deslocar para Recife, onde o curso seria ministrado.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS

CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA.

DECLARAÇÃO

Declaro para os fins de Direito que o Licenciado Antônio Renato de Lima Aragão se inscreveu nos exames de seleção para ingresso no Curso de Mestrado em Geografia, e, dentre trinta e um candidatos obteve a classificação em 2º lugar, perfazendo um total de 32,77 (trinta e dois pontos e 77 centesimos). Estes pontos se distribuíram em quatro itens: Prova escrita de Geografia Física, Humana e Regional; Entrevista com a Comissão Examinadora em que se avaliava inclusive a capacidade de leitura em francês ou em inglês; Exame do Curriculum Vitae e do Histórico Escolar e Exame Psicotécnico.

Uma vez classificado o candidato se matriculou nas disciplinas Matemática e História e Rumos do Conhecimento Geográfico, oferecidas no primeiro semestre de 1976, requerendo em seguida o trancamento de sua matrícula por um ano, face a dificuldades de se instalar no Recife, em 1976. O trancamento de matrícula foi examinado e concedido por esta Coordenação.

Manuel Correia de Oliveira Andrade
Coordenador.

REF. 209

Figura 5 – Documento da Universidade Federal de Pernambuco
Fonte: Arquivo pertencente ao Professor Renato Aragão.

Em 1976, surgia em Fortaleza, a primeira Organização Não Governamental (ONG), a Sociedade Cearense de Defesa da Cultura e Meio Ambiente (SOCEMA), que, segundo Nottingham (2006) foi fruto da luta contra a capinação química e da preservação dos coqueiros da Beira Mar em Fortaleza. Mencionada ONG, oficialmente criada em 06 de novembro de 1976 (NOTTINGHAM, 2006), tinha como um dos seus sócios fundadores o Prof. Renato Aragão.

Como Diretor de Recursos Naturais da SUDEC, em 1976, o Prof. Renato Aragão integrou o Grupo de Trabalho (GT) convocado pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) Seção Ceará, para discutir o Código Florestal, elaborando sugestões à reformulação, à época, da Lei Federal nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. O convite aos membros do GT se deu em virtude de serem estas pessoas de renomado conhecimento técnico-silvicultural e sobre a região nordestina. Integravam o GT além do Prof. Renato Aragão, o engenheiro Joaquim de Castro Feitosa (*in memoriam*), Prof. Afrânio Gomes Fernandes (Instituto de Biologia/UFC), Prof. Esmerino Gomes Parente, Engenheiro Luiz Lima Verde (INCRA) e Prof. José Guimarães Duque. Por seu trabalho de destaque frente ao GT recebeu agradecimentos do Delegado Estadual do IBDF no

Ceará, o Sr. Francisco Alberto Ramos de Souza.

Não é fácil conseguir avançar em uma área em que são poucos os que militam, são menos ainda os que nela acreditam e são mais reduzidos ainda os que aprovam a mudança de paradigma. Nogueira-Neto (2010, p.413) escreve em seu diário, no dia 18 de agosto de 1977, parte da luta em prol da criação da Estação Ecológica de Aiuaba:

De manhã fomos (Elisimar e PNN), visitar Paulo Lustosa, secretário do Planejamento. Ele vai nos proporcionar todo o apoio moral do Governo do Ceará à ideia de criação da Estação Ecológica de Aiuaba. Estamos precisando disso, para que o Decreto a ser levado pelo ministro (do Interior Rangel Reis) não venha eventualmente a ser vetado pelo presidente.

As figuras 6 e 7, com letra do Prof. Renato Aragão, rememoram o histórico de sua atuação em favor da proteção ambiental no Ceará e da criação da Estação Ecológica (ESEC) de Aiuaba, no Ceará.

HISTÓRICO

- 1) Encontro no Jlela - 1974
- 2) ENCONTRO DO ENTÃO SUPER DA SUDREC c/ DR. PAULO.
- 3) OUTUBRO DE 1974 - ENCONTRO C/ DR. PAULO / Cal. Acato Bogue.
- 4) EM SAPEIRO/FEVEREIRO/75 - EM AVIÃO DO DPOCS - DR. PAULO, EU O PROF. DAVID FILIPE FOLLOS ADO INHAMUS -
- 5) EM AGOSTO/SETEMBRO 75 - EU, PROF. JARDANO - SOBREVÔO - 8to. 2AS.
- 6) EM ~~NOVEMBRO~~ 75 - ~~CONTEI~~ EM AVIÃO DO DPOCS, EU/DR. PAULO VISITAMOS A ÁREA DE AIVABA.
- 7) JANEIRO > 26 - COMEÇAMOS PARA DEMONSTRAÇÃO DA ÁREA, TUDO GRATUITA.

Figura 6 – Anotações do Prof. Renato Aragão
Fonte: Arquivo pertencente ao Professor Renato Aragão

EM 1977 - EU, DR. PAULO, DR.
EDUARDO NOBILIZA, EM
AVIA FRETADA DA SUDCO,
FOMOS A AIVABA, VIA
CAMPOS SALES.

- COMUNIDADE PEDIU P/
QUE A LOCALIZAÇÃO
DA SEDE

- CIDADANIA DE AIVABA.

9) - CONSEGUI QUE A PREF. DE AIVABA
DOASSE A SENA 4 km. para
a SEDE.

10) 1977 - DR. PAULO E EU, VISITAMOS O
M^o NEITOR, PEDRO BOMAS.

11) 1978 - CONSTRUIMOS TODA
SEDE POR MENOS DE 6.000.000.

- COM VIAGEM QUINZENAIS, A
SENTE IMÓSPITO.

12) A PROF. ANGÉLICA, POR RECORRER
DA SENA. ESTOUO COMIGO,
QUANTO FICOU BEM DEFINIDA A

13) Quando iniciado de a ida
DOS PROF. A ESTAR, SURTI-
RAM ALGUNS PROBLEMAS.

Figura 7 - Continuação das anotações do Prof. Renato Aragão
Fonte: Arquivo pertencente ao Professor Renato Aragão.

No dia 29 de março de 1978, Nogueira-Neto (2010) escreveu em seu diário sobre a mata densa e fechada da ESEC de Aiuaba:

É preciso lembrar que a caatinga, ao contrário do cerrado e do campo-cerrado, não é uma savana. É uma floresta de características especiais, bastante densa e fechada, apesar do porte geralmente baixo (2 a 4 m de altura). Um dos motivos da caatinga ser predominantemente desse porte é o fato de que a agricultura regional está baseada na rotação cultura-descanso da terra. Ecologicamente isso é bom, pois enquanto a terra se recupera, cresce a caatinga e volta a sua fauna. Sob o aspecto agrícola também parece que os resultados são satisfatórios, pois as culturas que vi, embora individualmente pequenas, estavam geralmente em bom estado.

O Ceará, sempre de vanguarda, teve o primeiro Conselho Municipal de Meio Ambiente implantado no território nacional, em Sobral, sendo a ideia do Prof. Renato Aragão em conjunto com o General Nova da Costa. A implantação do Conselho Municipal de Meio Ambiente em Sobral aconteceu, através da Lei Municipal nº 017, antes mesmo da efetiva vigoração da Lei Federal nº 6.938/1981, que criou o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), do qual os conselhos municipais de

meio ambiente fazem parte.

Em 1978, o Prof. Renato Aragão propôs ao então Secretário para Assuntos Municipais (1978) e depois prefeito de Fortaleza (1979 – 1982), Dr. Lúcio Alcântara, a criação de seu Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA), tendo sido nomeado pelo prefeito como representante do Governo do Estado do Ceará, com o mandato de dois anos (Figura 8).

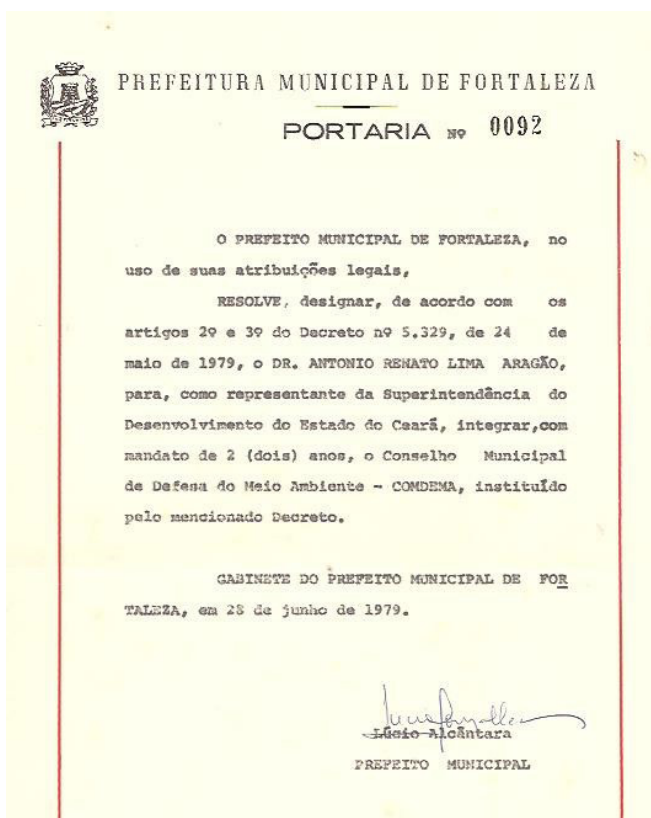


Figura 8 – Portaria nº 002/1979, da Prefeitura Municipal de Fortaleza.

Fonte: Arquivo pertencente ao Professor Renato Aragão.

A criação do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente aconteceu por meio do Decreto Municipal nº 5.329, de 24 de maio de 1979, na gestão do então prefeito Lúcio Alcântara.

Preocupado com a necessidade de proteção ambiental dos recursos naturais e reconhecendo o valor do ecossistema na Serra de Guaramiranga, o Prof. Renato Aragão sugeriu, em 1978, ao então Governador do Estado do Ceará, Waldemar Alcântara (1978-1979), a criação do Parque Ecológico de Guaramiranga, por meio do Decreto nº 13.129, de 20 de fevereiro de 1979, nos municípios de Guaramiranga e Pacoti.

Incansável guerreiro, o Prof. Renato Aragão propôs, ainda no ano de 1978, ao Secretário da SEMA, Prof. Paulo Nogueira-Neto, que criasse a Área de Proteção Ambiental de Jericoacoara, fato que ocorreu cinco anos mais tarde em 1983. Também em 1978, foi nomeado representante da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), cargo em que permaneceu até 1985.

O mundo, inclusive o Brasil, ainda vivenciava os efeitos da agitação da Conferência de Estocolmo, assimilando aos poucos sua inovação e sua mudança de paradigma, a serem implementadas considerando o Plano de Ação para o Meio Ambiente Humano, resultado da Conferência Mundial, de 1972... ...e

o Ceará, por meio de pessoas de coração nobre e pensamentos de vanguarda, atuavam no território estadual de maneira proativa, cumprindo seu papel na História, tanto no âmbito do Estado quanto na esfera federal.

Referências

BARBOSA, Arnaldo Parente Leite. **Planejamento Governamental**: aspectos teóricos e uma análise das experiências mundial, brasileira e cearense. 1986. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Fundação Getúlio Vargas, Escola Brasileira de Administração Pública, Rio de Janeiro, 1986.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Plano operativo de prevenção e combate aos incêndios florestais da Estação Ecológica de Aiuaba**. Aiuaba, 2006.

CEARÁ. Governo do Estado do. **Plano de Metas Governamentais**: PLAMEG. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1963.

_____. **Plano de Ação Integrada do Governo**: PLAIG. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1967.

NOGUEIRA-NETO, Paulo. **Diário de Paulo Nogueira-Neto**: uma trajetória ambientalista. São Paulo: Empresa das Artes, 2010.

NOTTINGHAM, Patrícia Carvalho. **Tempos Verdes em Fortaleza**: experiências do movimento ambientalista (1976-1992). 2006. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

Capítulo 3

Década de 1980 – O Brasil e o Ceará implementam sua política ambiental

O progresso, com a urbanização e a industrialização, não é inimigo da natureza; pelo contrário, o desenvolvimento econômico e a proteção ambiental devem marchar unidos, já que se destinam à mesma meta final, que é a melhoria da qualidade de vida do homem.

Renato Aragão, em 05/06/1983

A década de 1980, para o Brasil e também para o Ceará, foi um período que deve ser lembrado em matéria das questões relacionadas ao meio ambiente. Foi a partir desta década que os brasileiros tiveram, legalmente, a possibilidade do desenvolvimento nacional pautado nas premissas de sustentabilidade. Indubitavelmente, um avanço sem precedentes na história do Brasil.

O prof. Paulo Nogueira-Neto foi o maior responsável pela implementação da Política Nacional

do Meio Ambiente, instituída por meio da Lei Federal nº 6.938, em 31 de agosto de 1981. A partir desse marco legal, que instituiu o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), os estados brasileiros e os municípios puderam se organizar, de maneira efetiva, para a necessária gestão ambiental descentralizada.

No Ceará, o Prof. Renato Aragão trilhava seu caminho de luta em favor da proteção dos recursos naturais. Por meio da Portaria SEMA nº 007, de 29 de abril de 1980, o Secretário do Meio Ambiente credenciou o Prof. Renato Aragão para representar a mencionada SEMA nos assuntos da Estação Ecológica de Aiuaba.

Em 1982, o Prof. Renato Aragão administrava, enquanto representante legal indicado pela SEMA, a Estação Ecológica de Aiuaba. É dele a iniciativa de solicitar ao poeta Patativa do Assaré, a poesia “Estação Ecológica de Aiuaba: o pedido de um Poeta”, pagando com seus próprios recursos financeiros. A ideia era conseguir chegar ao sertanejo e tocá-lo para que este fizesse sua parte: protegesse a caatinga, a flora, a fauna e os demais elementos naturais daquela área protegida.

Verifiquei que o povo gostava muito de cantadores e tinha muita devoção por São Francisco de Canindé. Tive a ideia de ir a Assaré, procurei Patativa, passei

um dia com ele explicando o que era e para que servia uma Estação Ecológica. Por fim, pedi-lhe que fizesse uns versos para distribuir aos moradores de Aiuaba (Renato Aragão).

A figura 9 traz a poesia assinada pelo Sr. Antonio Gonçalves da Silva, o Patativa do Assaré.

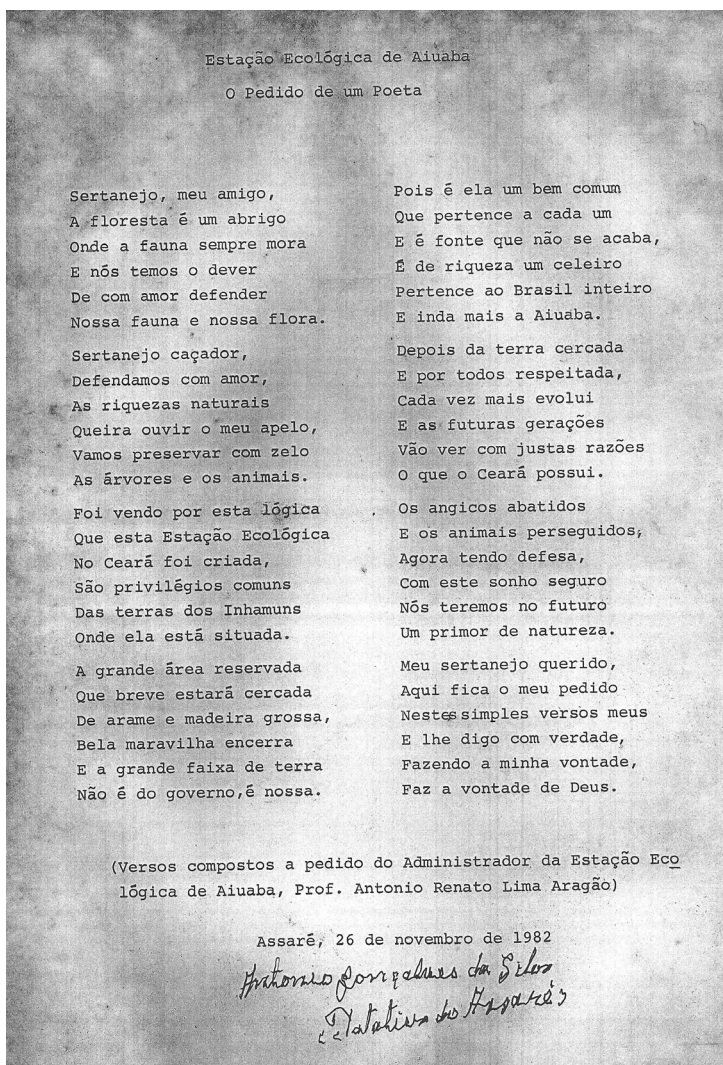


Figura 9 – Poesia assinada por Patativa do Assaré
Fonte: Arquivo pertencente ao Professor Renato Aragão.

Em carta endereçada ao Prof. Renato Aragão, datada de 11 de abril de 1983, o então Deputado Federal Lúcio Alcântara, após receber a poesia de São Francisco escrita por Patativa do Assaré, menciona: “Você não pára... É mesmo um lutador pelas questões do meio ambiente. Estive com o Paulo Nogueira-Neto e estamos acertando alguns pontos para continuação da mesma luta em defesa do meio ambiente”.

Em outra carta, datada de 25 de junho de 1984, esta endereçada ao Prof. Paulo Nogueira-Neto, o então Deputado Federal pelo Ceará, Lúcio Alcântara, encaminha a sugestão do Prof. Renato Aragão para se instituir um número telefônico nacional com o intuito de receber denúncias sobre os danos causados ao meio ambiente e sobre infrações legais. Menciona o Dr. Lúcio Alcântara em sua carta: “Creio que seria interessante um estudo sobre a viabilidade da sugestão. Afinal, cada dia cresce mais a consciência e o interesse das pessoas pelas questões ligadas ao ambiente”.

No mundo, em matéria de política ambiental, a década de 1980 foi decisiva, pois durante o período de 1983 a 1987, a Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento produziu um dos documentos mais importantes sobre as questões ambientais: o Relatório Nosso Futuro Comum

(*Our Common Future*), conhecido também como Relatório Brundtland, pois mencionada Comissão era presidida pela então Primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland. Importante mencionar que o representante do Brasil nessa Comissão Mundial era o Prof. Paulo Nogueira-Neto.

Em 1980, existiam mais pessoas com fome no mundo do que em toda a história da humanidade e os números estavam crescendo. Eram 340 milhões de pessoas em 87 países em desenvolvimento sem terem acesso a mínima quantidade de calorias, com consequentes e sérios riscos à saúde (BRUNDTLAND, 1987).

Um dos maiores trunfos da Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento não foi apenas o de conceituar o desenvolvimento sustentável. Seu maior trunfo foi diagnosticar os problemas ambientais e orientar os países do mundo inteiro a reorientar suas políticas públicas por meio de significativas mudanças nas atitudes e no estilo de vida; mudanças na maneira como essas políticas públicas eram formuladas e aplicadas; mudanças para a necessária cooperação internacional de auxílio a países menos desenvolvidos e mudanças, acima de tudo, de entendimento e acordos entre pessoas, instituições e governos.

Antes de tudo, porém, nossa mensagem se dirige às pessoas, cujo bem-estar é o objetivo último de todas as políticas referentes ao meio ambiente e desenvolvimento. De modo especial, a Comissão se dirige aos jovens. Aos professores de todo o mundo cabe a tarefa crucial de levar a eles este relatório (BRUNDTLAND, 1987).

É nesse período, década de 1980, que se envidaram esforços para o aumento do número de áreas protegidas no Estado do Ceará, com o auxílio, importante e fundamental, da SEMA (Secretaria Especial do Meio Ambiente), na pessoa do Prof. Paulo Nogueira-Neto e dos governadores do Estado, Lúcio Alcântara e Tasso Jereissati.

A Área de Proteção Ambiental (APA) de Jericoacoara é uma dessas áreas protegidas que nasceu da preocupação do Prof. Renato Aragão em salvar aquela área. Houve o apoio fundamental da Prefeitura Municipal de Acaraú, identificado no Parecer nº 47, datado de 19 de julho de 1984 (figura 10), para a formalização de mencionada área enquanto Unidade de Conservação, criada em âmbito federal por meio do Decreto Federal nº 90.379, de 29 de outubro de 1984.



PARECER TÉCNICO Nº 47

Cabinete

Faço ao pedido de criação da APA de Jericoacoara enviado ao Sr. Secretário do Meio Ambiente pela Prefeitura Municipal de Acaraú (of. nº 087/83 da folha:01), a CAP desenvolveu os trabalhos referentes à criação desta APA. Foram realizadas viagens para reconhecimento da área, contatos com a prefeitura e comunidade local e delimitação da área mediante levantamento topográfico com o apoio da representação SEMA/CE e SUDEC.

Além disso a CAP com o auxílio de técnicos da CTR adequou os dados de levantamento enviados, completando os "rumos" e "segundos" visando uma maior precisão da delimitação (folha 17).

A minuta de decreto por nós elaborada foi enviada à SUDEC e ao representante da Prefeitura de Acaraú para apreciação e encaminhamento de sugestões. Ressaltamos a inclusão do parágrafo 3º do art. 4º devido a reiteradas solicitações da própria Prefeitura e sua Câmara de Vereadores. Outras sugestões constam do of. 47/RS (folhas 15,16).

É importante salientar que a pedido da citada prefeitura algumas medidas já foram tomadas por esta Secretaria visando a proteção da área, conforme teléx, nº 406 (folha 14).

Ressaltamos o apoio e o enorme interesse demonstrado por parte do Sr. Prefeito de Acaraú e sua Câmara de Vereadores para concretização da criação da APA, através dos contatos mantidos com esta coordenação e dos documentos das folhas 02, 06 e 12.

Em vista do acima referido julgamos imprescindível e urgente a decretação desta APA, portanto solicitamos especial atenção na agilização deste processo.

Brasília, 19 de julho de 1984.

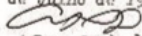

Cláudio Dias
Coordenador de Áreas e Recursos Naturais
SEMA/SEC. PAM

Figura 10 – Parecer Técnico nº 47/1984, da SEMA
Fonte: Arquivo pertencente ao Professor Renato Aragão.

O Prof. Renato Aragão, enquanto Diretor do Departamento de Recursos Naturais da SUDEC, representou a SEMA no Estado do Ceará para assuntos relacionados àquela Secretaria, conforme

Portaria SEMA nº 22, de 01 de fevereiro de 1984 (Figura 11), publicada no DOU em 03 de fevereiro de 1984 e Portaria SEMA nº 51, de 29 de março de 1984, publicada no DOU em 30 de março de 1984.

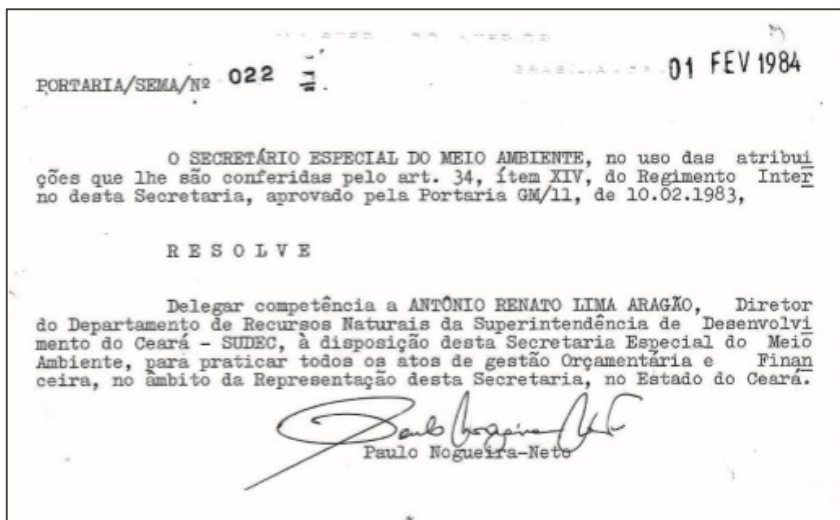


Figura 11 – Portaria nº 22/1984, da SEMA
Fonte: Arquivo pertencente ao Professor Renato Aragão.

Foi também na década de 1980, mais especificamente em 1983, que o Prof. Renato Aragão insistiu na criação do Conselho Estadual do Meio Ambiente, considerando que sua pretensão de se criar um conselho deste tipo e porte na década de 1970 não foi exitosa.

O texto, a seguir, traz na íntegra as palavras do Prof. Renato Aragão sobre a história da criação do Conselho Estadual do Meio Ambiente do Ceará. Essa história precisa ficar registrada:

Frustrados na primeira pretensão, não desistimos e em 07 de fevereiro de 1983, enviamos ao Dr. Osmundo Rebouças, à época coordenador do Plano de Metas do futuro governador Gonzaga Mota, outra proposta para a criação do Conselho. Infelizmente, não tivemos o apoio esperado... Mas não perdemos o estímulo e através de contatos com então Capitão dos Portos do Ceará, conseguimos fazer chegar a ideia ao Governador Gonzaga Mota (Renato Aragão).

Impressionante como a bravura do Prof. Renato Aragão guarda semelhança com a de seu amigo Prof. Paulo Nogueira-Neto, concernente a insistência em se traduzir em realidade sonhos que muitas vezes ficavam frustrados no meio do caminho, seja por entaves burocráticos, seja pelo desconhecimento das instâncias superiores de quão benéfica para o desenvolvimento e bem-estar de toda população seria a implantação de um conselho como este. É nesse lócus (conselho participativo e paritário) onde se é possível darem-se voz e vez à sociedade, para que esta empoderada de seus deveres e direitos tenha efetivamente participação na tomada de decisão.

Mas a história de frustrações na implementação do Conselho ainda não terminou. Continua o Prof. Renato Aragão:

Em 03 de outubro de 1985, demos entrada na Secretaria de Administração do estado, protocolo nº 1.176, na proposta de criação já com o nome Conselho Estadual do Meio Ambiente. Infelizmente, a mensagem não chegou a ser enviada à Assembleia e até hoje não conseguimos saber onde ficou encalhada e quais os motivos, já que aparentemente tínhamos o aval do Governador (Renato Aragão).

O Conselho Estadual do Meio Ambiente (COEMA) só foi instituído no Governo Tasso Jereissati, após aprovação da Assembleia Legislativa, atendendo à mensagem nº 5.788, datada de 14 de outubro de 1987. Nesta mensagem, o governador encaminhava ao então presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Antônio Câmara, a proposta elaborada pelo Prof. Renato Aragão da criação da Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Ceará (SEMACE) e do COEMA.

Quando de sua criação o COEMA era composto pelas seguintes instituições:

- Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SDU);
- SEMACE;
- Secretaria da Indústria e Comércio;
- Secretaria de Recursos Hídricos;
- Secretaria da Agricultura;

- Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA)
- Universidade Federal do Ceará (UFC);
- Universidade Estadual do Ceará (UECE);
- Universidade de Fortaleza (UNIFOR);
- Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF);
- Sociedade Cearense para defesa da Cultura e Meio Ambiente (SOCEMA);
- Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC);
- Associação das Prefeituras do Estado do Ceará (APRECE);
- Associação dos Geógrafos do Brasil (AGB);
- Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB);
- Procuradoria da República do Estado do Ceará;
- Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental;
- Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE); e
- Ministério Público Estadual.

O avanço em matéria de instituição da política ambiental no Ceará foi possível em virtude de, em 1986, o Prof. Renato Aragão ter sido convocado para coordenar o Grupo de Trabalho de Meio Ambiente do Plano do Governo Tasso Jereissati. Conforme

menciona o Prof. Renato Aragão:

O convite partiu do ambientalista Juarez Coutinho e tivemos todo o apoio do Coordenador Geral do Plano, Dr. Magalhães (Prof. Antônio Rocha Magalhães), futuro Secretário de Planejamento. Gostaria de lembrar aos cearenses que o Governador Tasso foi o primeiro neste Estado a incluir a variável ambiental no Plano de Governo (Renato Aragão).

Assim em 28 de dezembro de 1987, após seis anos da Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, foi instituída a Lei Estadual nº 11.411 (publicada no Diário Oficial do Estado em 04 de janeiro de 1988) que implementou a Política Estadual do Meio Ambiente; que criou o COEMA enquanto órgão colegiado, com o objetivo de assessorar o Chefe do Poder Executivo Estadual em assuntos de política ambiental (Art. 2º, CEARÁ, 1987) e que criou a SEMACE, enquanto órgão integrante do Sisnama na qualidade de órgão seccional (Art. 8º, CEARÁ, 1987) com a finalidade de executar a política ambiental no Estado (inciso I, Art. 8º), por intermédio dos diversos instrumentos de gestão ambiental.

Que interessante! O ano de 1987 é um marco na história mundial concernente às questões ambientais por ser o ano da publicação do Relatório Brundtland e é o ano em que o Estado do Ceará

implementa sua política estadual. Mais do que coincidência, são os esforços de pessoas comprometidas com o desejo de se estabelecer nessa terra um lugar melhor de se viver, investindo-se no nosso futuro comum.

Cavalcante (2013) menciona que a missão da SEMACE, associava-se à defesa do meio ambiente, com vistas a assegurar a melhoria da qualidade de vida das gerações presente e futuras e, tendo como visão de futuro, alcançar a excelência na gestão da qualidade dos recursos ambientais.

Os bens patrimoniais da Divisão de Patrimônio Ambiental da SUDEC foram transferidos para a SEMACE (Art. 22, CEARÁ, 1987) e o Prof. Renato Aragão assumiu o posto de Superintendente da SEMACE, durante o período de 1987 a 1991. Assumiu também, pelo mesmo período, a Secretaria Executiva do COEMA. Durante todo o período em que esteve como Superintendente da SEMACE, o Prof. Renato Aragão foi também representante do Governo do Estado do Ceará junto ao Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), portanto de 1988 a 1991 e de 1995 a 2001, visto que, anos mais tarde, o Prof. Renato Aragão assumiu, novamente, o posto de Superintendente da SEMACE, no período de 1995 a 2001.

A conjuntura brasileira da década de 1980 favorecia um novo *modus operandi* no trato das questões ambientais. O regime militar instaurado no País em 1964 perdeu suas forças em 1985 com o final do Governo de João Batista Figueiredo. Neste período, havia quatro anos da instituição inovadora da Política Nacional do Meio Ambiente. Inovadora por seu caráter de vanguarda, trazendo em seus objetivos, as premissas do desenvolvimento sustentável, cujo conceito oficial só seria divulgado posteriormente, em 1987, no Relatório Brundtland, como resultado final da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1983-1987), comentado anteriormente.

O mundo vivenciava um período de discussões e debates em torno, principalmente, do desenvolvimento econômico e da necessária distribuição de renda para minimizar os quadros de miséria e desigualdades existentes em vários países, notadamente os países mais pobres como os da América Latina e da África.

O Ceará, mais próximo do final da década de 1980, implementou sua Política Estadual de Meio Ambiente, e a partir daí, entra no cenário nacional como um Estado que se destaca no pioneirismo de implementação de políticas afeitas ao meio ambiente, a exemplo da Política Estadual de

Recursos Hídricos, instituída pioneiramente no Brasil, em 1992.

O Quadro 1, a seguir, traz a evolução histórica de implementação de diplomas legais ou programas e projetos concernentes às questões ambientais, considerando os diferentes gestores do Executivo Estadual, a partir da instituição da Lei Estadual nº 11.411/1987, a Política Estadual do Meio Ambiente.

Governo Tasso Jereissati (15/03/1987 a 15/03/1991)	
Ano	Diploma legal/política, plano, programa, projeto ou resolução
1987	Política Estadual de Meio Ambiente, Lei Estadual nº 11.411, de 28/12/1987, criação da Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Ceará (SEMACE) e do Conselho Estadual do Meio Ambiente (COEMA)
1988	Lei Estadual nº 11.492, de 23/09/1988, estabelece tópicos de programação em Educação Ambiental da Rede Pública Estadual
1989	Constituição do Estado do Ceará, de 05/10/1989.
1990	Decreto Estadual nº 20.764, dispõe sobre padrões de qualidade do ar.
Governo Ciro Gomes (15/03/1991 a 01º/01/1995)	
1992	Lei Estadual nº 11.996, de 28/07/1992, que estabeleceu a Política Estadual de Recursos Hídricos (revogada em 2010, por meio da nova Política Estadual de Recursos Hídricos, Lei Estadual nº 14.844, de 28/12/2010)
1994	Lei nº 12.367, de 18/11/1994, regulamenta o Artigo 215 e o Art. 263 da Constituição Estadual que institui as atividades de Educação Ambiental.
Governo Tasso Jereissati (01º/01/1995 a 01º/01/1999)	
1999	Plano de Desenvolvimento Sustentável do Ceará 1999-2002
2000	Lei nº13.077, de 13/12/2000, autoriza a Secretaria de Educação a instituir a Semana Educacional de Proteção de Animais.

2001	Lei nº 13.103, de 24/01/2001, institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos (revogada pela Lei Estadual nº 16.032, de 20/06/2016, instituiu a nova Política Estadual de Resíduos Sólidos)
2001	Decreto Estadual nº 26.465, de 11/12/2001, cria a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEA)
Governo Lúcio Alcântara (01º/01/2003 a 01º/01/2007)	
2003	Programa Selo Município Verde, Lei Estadual nº 13.304; de fortalecimento institucional do SISNAMA
2003	Decreto Estadual nº 27.215, institui a Conferência Estadual do Meio Ambiente
2003	Decreto Estadual nº 27.028, de 02/05/2003, aprova o Regimento Interno da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do estado do Ceará
2004	Decreto Estadual nº 27.434, cria o Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Caatinga
2004	Lei Complementar nº 48, de 19/07/2004, cria o Fundo e o Conselho Estadual Gestor do Meio Ambiente (revogada)
2004	Lei Estadual nº 13.497, de 06/07/2004, que instituiu a Política Estadual de Desenvolvimento da Pesca e Aquicultura
2005	Decreto Estadual nº 27.482, de 14/07/2005, altera dispositivos do Decreto Estadual nº 26.465, de 11/12/2001, que cria a CIEA.
2005	Decreto Estadual nº 27.747, institui o Grupo de Trabalho (GT) para elaborar Projeto de Conservação e Gestão Sustentável do Bioma Caatinga.
2005	Decreto Estadual nº 27.760, de 12/04/2005, cria o Grupo de Articulação Interinstitucional Permanente para Convivência e Desenvolvimento Sustentável do Semiárido
2006	Lei nº 13.796, de 30/06/2006, institui a Política Estadual de Gerenciamento Costeiro e o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências.
2006	Decreto Estadual nº 28.383, de 08/09/2006, institui o GT para combate às causas e efeitos da Desertificação no Ceará

Governo Cid Gomes (01º/01/2007 a 01º 01/2011)	
2007	Decreto Estadual nº 13.875, de 7 de fevereiro de 2007, instituiu o Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente (CONPAM), revogado pela Lei Estadual nº 15.733, de 10 de março de 2015.
2007	Lei Estadual nº 14.023, de 17/12/2007, que instituiu o ICMS Socioambiental no Ceará, que alterou a Lei Estadual nº 12.612, de 07/08/1996.
2007	Projeto Mata Branca – GEF Caatinga
2008	Lei nº 14.198, de 05/08/2008, instituiu a Política Estadual de Combate e Prevenção à Desertificação
2008	Decreto Estadual nº 29.272, de 25 de abril de 2008, instituiu o Fórum Cearense de Mudanças Climáticas, de Biodiversidade e de Combate à Desertificação.
2009	Lei Estadual nº 14.390, de 07/07/2009, que instituiu o Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza (revogada pela Lei nº 14.950/2011).
2010	Pacto das Águas
2010	Lei Estadual nº 14.844, de 28/12/2010, que instituiu a nova Política Estadual de Recursos Hídricos (atualizada com a Política Nacional de Recursos Hídricos, 1997)
2010	Programa de Ação Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos efeitos da Seca – PAE/CE
Governo Cid Gomes (01º/01/2011 a 01º/01/2015)	
2011	Lei Estadual nº 14.892, de 31/03/2011, que instituiu a Política Estadual de Educação Ambiental.
2011	Lei nº 14.950, de 27/06/2011, que instituiu o Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza
2011	Pacto pela Convivência com o Semiárido Cearense: bases para a formulação de uma política estadual de convivência com o semiárido cearense.
2013	Subsídios à elaboração de Diretrizes Estaduais em Educação Ambiental para a Rede Estadual de Ensino Ceará (Documento CODEA/SEDUC)
2013	Orientações Estaduais para as Escolas Sustentáveis, na rede pública estadual do Ceará (Documento CODEA/SEDUC)

2014	Decreto nº 31.405, de 27/01/2014, que regulamenta a Lei Estadual nº 14.892, de 31/03/2011, que instituiu a Política Estadual de Educação Ambiental.
Governo Camilo Santana (01º/01/2015 a 01º/01/2019)	
2015	Lei Estadual nº 15.733, de 10/03/2015, que criou a Secretaria do Meio Ambiente (Sema) e extinguiu o CONPAM.
2015	Plano Estadual de Convivência com a Seca: ações emergenciais e estruturantes, de 25 de fevereiro de 2015.
2015	Lei Estadual nº 15.910, de 11/12/2015, dispõe sobre a criação da Política de Aquisição de alimentos da agricultura familiar do Estado do Ceará.
2016	Lei Estadual nº 16.032, de 20/06/2016, instituiu a nova Política Estadual de Resíduos Sólidos
2016	Lei Complementar nº 162, de 20/06/2016, estabelece a Política Estadual de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado do Ceará.
2016	Lei Estadual nº 16.033, de 20/06/2016, dispõe sobre a Política de Reúso de Água não Potável no âmbito do Estado do Ceará.
2016	Lei Estadual nº 16.146, de 14/12/2016, dispõe sobre a Política Estadual sobre Mudanças Climáticas – PEMC.
2017	Lei Estadual nº 16.290, de 21/07/2017, dispõe sobre o Programa Selo Escola Sustentável e concede o Prêmio Selo Escola Sustentável
2018	Lei Estadual nº 16.603 de 09/07/2018, dispõe sobre o reúso da água proveniente de aparelhos de ar condicionado no Estado do Ceará.
Governo Camilo Santana (01º/01/2019 a ----)	
2019	Lei Estadual nº 16.966, de 24/08/2019, Institui a Semana Estadual de proteção dos Manguezais.
2019	Lei Estadual nº 17.066, de 23/10/2019, declara como locais de destacada relevância histórica, turística e cultural do Estado do Ceará os sítios paleontológicos localizados nos municípios do Estado do Ceará.

Quadro 1 – Evolução da Política Ambiental do Ceará
Fonte: atualizado de Ceará (2012) e de Cabral (2015).

Em 1987, ano da criação da SEMACE, iniciou-se o trabalho de articulação por parte do Prof. Renato Aragão e estudos necessários à implementação da Área de Proteção Ambiental (APA) da Serra de Baturité, que veio a ser criada, em 1990, por meio do Decreto Estadual nº 20.956/1990.

Cavalcante (2013) lembra que a SEMACE sempre esteve vinculada a uma Secretaria de Governo ou a órgão similar. Da sua criação, em dezembro de 1987 até 03 de novembro 1999, ficou vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente - SDU. No período de 04 de novembro de 1999 a 07 de janeiro de 2001, a SEMACE esteve vinculada à Secretaria da Infraestrutura; de 08 de janeiro de 2001 a 06 de fevereiro de 2007 à Secretaria da Ouvidoria Geral e do Meio Ambiente (SOMA) e a partir de 07 de julho de 2007 ao Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente (CONPAM).

Em 10 de março de 2015, a Lei Estadual nº 15.733 criou a Secretaria de Meio Ambiente (Sema), extinguindo o CONPAM. A SEMACE passou a estar vinculada citada secretaria, até os dias atuais.

Em sua dissertação de mestrado, Cavalcante (2013) recorda os esforços empreendidos na gestão primeira do Prof. Renato Aragão, no sentido de implementar os procedimentos necessários à

execução do monitoramento, da fiscalização e do licenciamento ambiental das atividades potencialmente poluidoras e modificadoras do meio ambiente.

Recorda mencionada autora que os procedimentos eram realizados de maneira manual, em outras palavras, “datilografados, não havendo, portanto, o registro do processo formado em outro meio que não, exclusivamente, o físico”. Ademais, os procedimentos seguiam orientação de um documento normativo interno da SEMACE, que tinha por base a legislação do estado do Rio de Janeiro, o Decreto nº 1633, de 21 de dezembro de 1977, que instituiu o Sistema de Licenciamento de Atividades Poluidoras (CAVALCANTE, 2013).

O Estado do Ceará, portanto, na década de 1980 iniciava, legalmente, a implementação da política ambiental, inclusive de Educação Ambiental, conforme dispõe seu texto: “desenvolver programas educativos que concorram para melhorar a compreensão social dos programas ambientais” (CEARÁ, 1987, p. 69). A Política Estadual do Meio Ambiente criou, como um dos departamentos técnicos da SEMACE, a Divisão de Educação Ambiental.

Em 05 de outubro de 1989, era promulgada a Constituição Estadual que trouxe o capítulo VIII, do Título VIII, dedicado ao Meio Ambiente. Mencionada Constituição Estadual “abraçou” o diploma legal da

Política Estadual do Meio Ambiente. O texto constitucional, em seu Art. 259 diz:

O meio ambiente equilibrado e uma sadia qualidade de vida são direitos inalienáveis do povo, impondo-se ao Estado e à comunidade o dever de preservá-los e defendê-los (CEARÁ, 1989).

Mais adiante, no inciso II, do Art. 259, o texto declara: “manter o Conselho Estadual de Meio Ambiente”. Iniciada ainda na década de 1970, a luta do Prof. Renato Aragão está, finalmente, sedimentada como inciso constitucional; que foi possível por intermédio da Lei de Emenda Constitucional nº 13.297, de 07 de março de 2003.

Essa conquista (Conselho Estadual) para a participação pública na tomada de decisão é mais enfática no Art. 264, em que o texto constitucional menciona:

Qualquer obra ou atividade pública ou privada, para as quais a Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMACE, exigir Estudo de Impacto Ambiental, deverá ter o parecer técnico apreciado pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente – COEMA, com a publicação da resolução, aprovada ou não, publicada no Diário Oficial do Estado (CEARÁ, 1989).

Na segunda metade da década de 1980, estava como chefe do Poder Executivo Estadual, o hoje Senador Tasso Jereissati, a quem o Prof. Renato Aragão atribui uma série de conquistas na área ambiental.

Decerto, é verdade. Mas tenho forte impressão de que sem a assessoria direta e coerente do Prof. Renato Aragão para assuntos relacionados ao meio ambiente os avanços nesta época não teriam sido tão vultosos. É mister exemplificar também que foi no período do primeiro mandato do Governador Tasso Jereissati que houve a proibição de disposição de rejeitos radioativos no território cearense, por meio da Lei Estadual nº 11.423, de 08 de janeiro de 1988, e da proibição do uso de sprays que contenham clorofluorcarbono (CFC), por meio da Lei nº 11.482, de 20 de julho de 1988.

A coerência da política ambiental cearense com os compromissos internacionais e acordos multilaterais ambientais, bem como seu protagonismo de vanguarda, está demonstrada por meio da mencionada proibição do uso de sprays que contivesse clorofluorcarbono (CFC); isso porque este era o compromisso firmado no Protocolo de Montreal, assinado pelos Países membros das Nações Unidas (incluindo o Brasil), em 16 de setembro de 1987.

Como informação adicional, o Brasil foi o primeiro país no mundo a atingir as metas acordadas no Protocolo de Montreal. O anúncio dessa importante realização para o Brasil foi feito pelo Programa das Nações Unidas pelo Desenvolvimento (PNUD) no dia 14 de setembro de 2014. O Brasil conseguiu, por meio de suas ações, suspender o consumo anual de 10 toneladas de CFCs (CABRAL, 2014).

Em 1989, por meio da Lei Estadual nº 11.564, de 26 de junho de 1989, foi instituída a Medalha Chico Mendes, a ser outorgada a personalidades ou instituições que tenham prestado relevantes serviços à Ecologia e ao Meio Ambiente no Estado do Ceará. A medalha é concedida no Dia Mundial do Meio Ambiente pela Assembleia Legislativa do Estado. Essa é outra importante legislação estadual do período.

No âmbito nacional, o final da década de 1980 anunciava um cenário de visibilidade do Brasil em matéria ambiental, pois desde 1989, por meio da resolução A/RES/44/228 (da 85ª Sessão Plenária, datada do dia 22 de dezembro de 1989), a ONU aceitou o convite feito pelo Brasil para sediar a 2ª Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (*United Nations Conference on Environment and Development – UNCED*), a chamada Rio 92, “com duração de duas semanas e

com o mais alto possível nível de participação” (ONU, 1989).

Era o prenúncio de uma nova era de avanços em matéria ambiental no Ceará...

Referências

BRUNDTLAND, Gro Harlem et. al. **Report of the World Commission on Environment and Development: our common future**. New York: ONU, 1987.

CABRAL, Nájila. Brasil atinge metas de redução acordadas no Protocolo de Montreal. **Tribuna do Ceará**, Fortaleza, 18 set. 2012. Disponível em <<http://tribunadoceara.uol.com.br/blogs/blog-verde/meio-ambiente/brasil-atinge-metas-de-reducao-acordadas-no-protocolo-de-montreal/>>. Acesso em: 02 nov 2014.

CABRAL, Nájila Rejanne Alencar Julião. **Professor Renato Aragão: o Ceará sob o olhar ambiental**. Fortaleza: Federação das Indústrias do Estado do Ceará, 2015.

CAVALCANTE, Antônia Ervânia Souto Guerra. **Análise dos procedimentos do licenciamento ambiental no estado do Ceará**. Dissertação (Mestrado em Tecnologia e Gestão Ambiental) - IFCE, Fortaleza, 2013.

CEARÁ. Lei Estadual nº 11.411, de 28 de dezembro de 1987. Dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente. **Diário Oficial do Estado**, Fortaleza, 4 out. 1988.

CEARÁ. Constituição (1989). **Constituição do Estado do Ceará**. Fortaleza: [s.n.], 1989.

CEARÁ. Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente. **Relatório do Ceará**. Fortaleza, 2012. Disponível em <<http://www.conpam.ce.gov.br/Relatorio%20do%20Ceara.pdf>>. Acesso em 05 jan. 2012.

ONU. **Resolução A/RES/44/228**: resolutions adopted on the reports of the Second Committee. New York, 1989, p. 151-153.

Capítulo 4

Década de 1990: o Ceará como vitrine do Brasil em questões ambientais

As classes produtoras do Ceará, principalmente os grandes empresários, já compreenderam que o binômio ecologia x economia, caminha em paralelo. Os recursos naturais devem ser usados de maneira racional e em proveito da população como um todo e não em benefício de alguns.

Renato Aragão, em 05/08/1991

Não seria um equívoco afirmar que uma das décadas mais ricas em produção de conhecimento concernente às questões ambientais e que deu visibilidade do Brasil para o Mundo foi a década de 1990. Não tenho dúvidas em afirmar também que foi essa década que projetou o Ceará como vitrine em questões ambientais para o País, notadamente por sua vanguarda em introduzir a variável ambiental no processo de planejamento estadual.


No ano de 1990, ainda no Governo Tasso Jereissati, iniciaram-se as reuniões preparatórias para atender ao que a Organização das Nações

Unidas (ONU) pedia em relação ao estado atual das questões ambientais (pobreza, saneamento, abastecimento de água, esgoto, coleta e destino de resíduos sólidos, drenagem, ensino básico e superior, dentre outras variáveis), que deveriam ser discutidas na Rio 92. Os países realizavam seus encontros para discussão, debate e formulação dos relatórios oficiais. O Ceará também fazia seu “dever de casa” para entregar suas informações, que iriam integrar o Relatório do Brasil. Além disso, por meio de ampla participação da sociedade civil, construía seu planejamento estadual.

É do Prof. Renato Aragão a ideia de que a árvore símbolo do Ceará fosse o Juazeiro (*Ziziphus joazeiro*). Em 09 de abril de 1990, ele recebeu uma carta assinada pela Sra. Valmira Vieira Mecnas (Figura 12), Diretora do Departamento de Política Ambiental, da Secretaria de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Distrito Federal comunicando que no Parque Ecológico Norte figuraria o Juazeiro como árvore símbolo do Estado do Ceará, por sugestão do Prof. Renato Aragão.

Em 1990, o Prof. Renato Aragão, aceitando convite da Fundação Konrad Adenauer-Stiftung, participou do Seminário sobre a Alemanha para 16 ecologistas do Brasil; seminário este que ocorreu de 25 de março a 07 de abril de 1990, em Bonn,

Alemanha.



DISTRITO FEDERAL

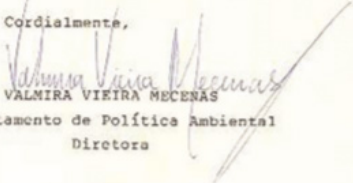
OF.
N.º 05 /90-DPA/SEMATEC Brasília, 07 de abril de 1990

Senhor Superintendente:

Em anexo, estou encaminhando a V. Sa. um folheto sobre o PARQUE ECOLÓGICO NORTE e a relação das espécies representativas dos Estados, Territórios e Distrito Federal, cujo marco foi inaugurado no dia 7 de março passado durante cerimônia oficial.

Conforme sugestão de V. Sa. o Juazeiro (Zizyphus *loazeiro*), é a espécie que representa o Estado do Ceará.

Portanto, sugiro a V. Sa. fazer gestões junto a S. Ex.ª e Governador Tasso Ribeiro Jereissati, visando decretar o Juazeiro como árvore símbolo do Estado do Ceará, por tudo que esta planta representa no contexto regional e cultural do Nordeste.

Cordialmente,

VALMIRA VIEIRA MECENAS
Departamento de Política Ambiental
Diretora

Ilm. Sr.
Dr. ANTONIO RENATO LIMA ARAGÃO
MD. Superintendente da SEMACE
Fortaleza - CE
VVM/rgn

Figura 12 – Ofício nº 5/1990, da SEMATEC
Fonte: Arquivo pertencente ao Professor Renato Aragão.

O Ceará entrava ainda no início da década de 1990, em termos de gestão estadual, em um novo ciclo; mas que dava continuidade ao “Governo das Mudanças”, que o Governador Tasso Jereissati havia iniciado: o Governo de Ciro Ferreira Gomes, período 1991 a 1994.

Uma das importantes reuniões que aconteceram no Ceará, mais especificamente em Fortaleza, com significativos resultados, foi a Conferência Internacional sobre Impactos de Variações Climáticas e Desenvolvimento Sustentável em Regiões Semiáridas (ICID), realizada no período de 27 de janeiro a 02 de fevereiro de 1992.

Ressalta-se que anterior a ICID, houve de 23 a 25 de setembro de 1991 o Seminário Internacional de Desenvolvimento Sustentável: Conceitos, Teorias e Implicações para o Planejamento, realizado em Fortaleza/CE. Os resultados deste Seminário apontavam para que, resumidamente, o Desenvolvimento Sustentável deveria ser justo socialmente, economicamente distributivo, ecologicamente equilibrado e com continuidade em longo prazo (CEARÁ, 2012).

O então Governador do Estado do Ceará, Ciro Ferreira Gomes em seu pronunciamento na abertura da ICID, no Centro de Convenções de Fortaleza, com auditório lotado comentou:

Fiquei vivamente impressionado com o interesse e o conhecimento do Sr. Maurice Strong a respeito das regiões semiáridas e aceitei o seu desafio de fazer do nosso Estado um caso de compromisso com o desenvolvimento sustentável. O Ceará é o experimento que nós temos, pela mobilização do nosso povo, pela responsabilidade das suas lideranças e pela capacidade de implementar novas políticas. Apesar de uma política de desenvolvimento sustentável só se manifestar em médio e longo prazos, a sua execução deve iniciar-se de imediato, baseada na promoção do desenvolvimento econômico, respeitando o meio ambiente, e numa forte política de aperfeiçoamento dos nossos recursos humanos.

O canadense Maurice Strong havia sido o presidente da Conferência de Estocolmo, em 1972, e estava designado pela ONU para ser o presidente da Rio 92. Estava sedimentado naquele momento o compromisso do Estado do Ceará de pautar seu planejamento incorporando o viés ambiental. Compromisso este que pode ser comprovado pela implementação de políticas públicas estaduais, a exemplo da Política Estadual de Recursos Hídricos, em 1992, bem antes da implementação de uma política nacional.

Tasso Ribeiro Jereissati era o Presidente do Comitê Internacional da ICID, evento que reuniu mais de 50 países. No seu discurso na abertura do evento mencionou que:

Os problemas e os desafios das regiões semiáridas são muito severos e a necessidade da criatividade local e da cooperação internacional se fazem cada vez mais prementes. Muitas transformações precisam acontecer em cada um dos nossos países, de acordo com as peculiaridades de cada um, a fim de que sejam removidos os obstáculos políticos, culturais e de ordem social, que muitas vezes impedem o sucesso das estratégias de desenvolvimento. Precisamos ser corajosos, acreditando na força da livre iniciativa e nos mecanismos que a sociedade moderna nos proporciona para colocar o sistema de mercado a serviço do bem comum.

Apenas quatro meses após a realização da ICID, o Brasil sediou uma das mais importantes Conferências Mundiais sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio 92, que teve como resultados importantes documentos e Convenções, a saber: Declaração do Rio, a Agenda 21 (ambas constam no Volume 1 do Relatório da Conferência), a Convenção-Quadro das Nações sobre Mudanças do Clima (UNFCCC, sigla em inglês), a Convenção sobre Diversidade Biológica (CBD, sigla em inglês)

e a Convenção das Nações Unidas sobre Combate à Desertificação (UNCCD, sigla em inglês). Esta última, UNCCD, teve sua discussão e molde (*draft*) realizados na ICID.

Um dos resultados importantes também fruto da realização da ICID foi o Projeto Áridas, do qual o Prof. Renato Aragão foi parte integrante. O Projeto Áridas, que terminou oficialmente em 1995 (uma vez que toda a sua gestação inicial aconteceu desde 1990), desempenhou, papel decisivo na retomada, pelos Estados, do planejamento como instrumento estratégico e programático de gestão pública (IICA, 2014).

À época, os princípios neoliberais passaram a presidir e orientar a ação pública e privada, salientando-se as leis de mercado e a necessidade de encolhimento do Estado como balizadores gerenciais obrigatórios, o que acabou por relegar o planejamento a um plano secundário (IICA, 2014). O Projeto Áridas recolocou, no plano regional, a retomada do planejamento em novas bases conceituais e metodológicas, em que as organizações da sociedade foram protagonistas das ações (IICA, 2014).

Embora não tenha sido executado como estratégia de desenvolvimento sustentável regional, o Projeto Áridas teve desdobramentos importantes

como referencial para o planejamento regional e estadual (MIRANDA *et al.*, 1998)

Assim que o Projeto Áridas finalizou, o Ceará, incorporando todas as premissas discutidas neste âmbito e tendo como um dos consultores o Sr. Maurice Strong, implementou seu Plano de Desenvolvimento Sustentável 1995-1998, no segundo Governo Tasso Jereissati. Miranda *et al.* (1998) credenciam o pioneirismo do Estado do Ceará em estabelecer um Plano de Desenvolvimento Sustentável ao fato da realização da ICID e da criação do Pacto de Cooperação em 1991, que visava engajar parcelas cada vez mais significativas da sociedade no processo de construção de um Ceará moderno.

A discussão do planejamento, introduzida no Pacto de Cooperação 1991, vislumbrava um horizonte temporal de visão de futuro até 2020. O Plano de Desenvolvimento Sustentável, do qual o Prof. Renato Aragão era parte integrante da equipe no corpo técnico de elaboração, era o próprio Plano de Governo do Governador Tasso Jereissati. Segundo Miranda *et al.* (1998), o Plano de Desenvolvimento Sustentável, que teve um amplo processo participativo em sua construção, era sinônimo do Plano de Governo do Estado.

Percebe-se, então, a vanguarda do Estado do Ceará na introdução do viés ambiental no processo

de planejamento que foi resultado de uma série de boas discussões e do compromisso de atores sociais como o Prof. Renato Aragão e o Prof. Antônio Rocha Magalhães; certamente, com a chancela do Governador Tasso Jereissati.

Considerando a estrutura de planejamento, o Plano de Desenvolvimento Sustentável 1995-1998 estava estruturado da seguinte forma: I – Fundamentos; II – Plano de Desenvolvimento Sustentável 1995-1998; III – Programação 1995-1998 e IV - Gestão Pública (CEARÁ, 1996). Os seguintes vetores constavam na Programação 1995-1998: proteção do meio ambiente, reordenamento do espaço, capacitação da população, geração de emprego e desenvolvimento sustentável da economia; e desenvolvimento da cultura, da ciência, da tecnologia e da inovação.

É no Governo Tasso Jereissati, período 1995–1998, onde são instituídos planos e programas que vão intervir positivamente nas ações inerentes à área ambiental. Dentre estes, citam-se: Plano de Desenvolvimento Turístico do Ceará 1995-2015, Política Estratégica de Desenvolvimento Sustentável do Ceará 1995-2020, Programa de Educação Ambiental do Ceará (PEACE) e O Turismo: uma política estratégica para o Desenvolvimento Sustentável 1995-2020. Todos esses planos e programas

possuem a participação do Prof. Renato Aragão, enquanto Superintendente da SEMACE, cargo que exerceu de 1995 até o final de 2001, na gestão do Governo Tasso Jereissati (período 1999 – 2003).

No texto introdutório do PEACE é possível ressaltar que sua missão vincula-se ao Plano de Desenvolvimento Sustentável, conforme a seguir:

O Plano de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Ceará (CEARÁ, 1995), ao apontar para a necessidade de conservar, preservar os recursos hídricos, proteger o meio ambiente, combater a poluição urbana e rural, está promovendo a busca de uma nova forma de relacionamento da sociedade com a natureza. Nesse sentido, o Plano de Governo assume, como uma das estratégias, a capacitação da população, para compreender essa questão e responsabilizar-se pela qualidade do ambiente. É portanto missão do Programa de Educação Ambiental do Ceará (PEACE) contribuir para essa capacitação (CEARÁ, 1997).

O Prof. Renato Aragão, à frente da SEMACE teve papel fundamental na implementação da Educação Ambiental no Estado do Ceará. Mesmo antes da instituição do PEACE, a Divisão de Educação Ambiental do órgão atuava, de maneira proativa e eficiente, nas comunidades do Ceará, notadamente naquelas em que havia ações governa-

mentais, a exemplo das áreas de atuação do Projeto SANEAR e nas regiões onde se vislumbrava a possibilidade de criação de áreas protegidas, como o caso da Região do Maciço de Baturité. Importante mencionar que a Área da Proteção Ambiental (APA) da Serra de Baturité havia sido criada em 1990, por meio do Decreto nº 20.956.

Em 1998, com o patrocínio de empresas, inclusive da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC), o Prof. Renato Aragão publicou o livro “Um pequeno país verde: Serra de Baturité”, juntamente com Raquel de Queiroz e Tasso Ribeiro Jereissati (Foto 2). Na época, a Secretária de Turismo, Anya Ribeiro, solicitou cem (100) exemplares do livro para distribuir durante o evento da Organização Mundial do Turismo (OMT), que aconteceria em janeiro de 1999, por ocasião de sua participação na Mesa Redonda *Cómo Mejorar La comercialización de productos ecoturísticos de America Latina em Europa*.



Foto 2 – Na fazenda Não Me Deixes, em Quixadá, em 08 de dezembro de 1998, com a escritora Raquel de Queiroz, por ocasião da publicação do livro “Um pequeno País Verde: Serra de Baturité”

Fonte: Arquivo pertencente ao Professor Renato Aragão.

Áreas protegidas do Ceará: um capítulo à parte na vida do Prof. Renato Aragão

Era de se esperar que, com o espírito guerreiro de luta em prol da defesa dos recursos naturais, o prof. Renato Aragão empreendesse esforços para que áreas protegidas fossem criadas em todo o Estado do Ceará, sem depender necessariamente da intervenção da União no ato de criação.

Essa possibilidade se fez realidade durante a década de 1990, ainda durante o primeiro governo de Tasso Jereissati, quando se criou a primeira Unidade de Conservação do Estado: a Área de proteção Ambiental (APA) da Serra de Baturité, criada por meio do Decreto nº 20.956, de 18 de setembro de 1990 (Figura 13), alterado anos mais tarde pelo Decreto nº 24.958, de 05 de junho de 1998.

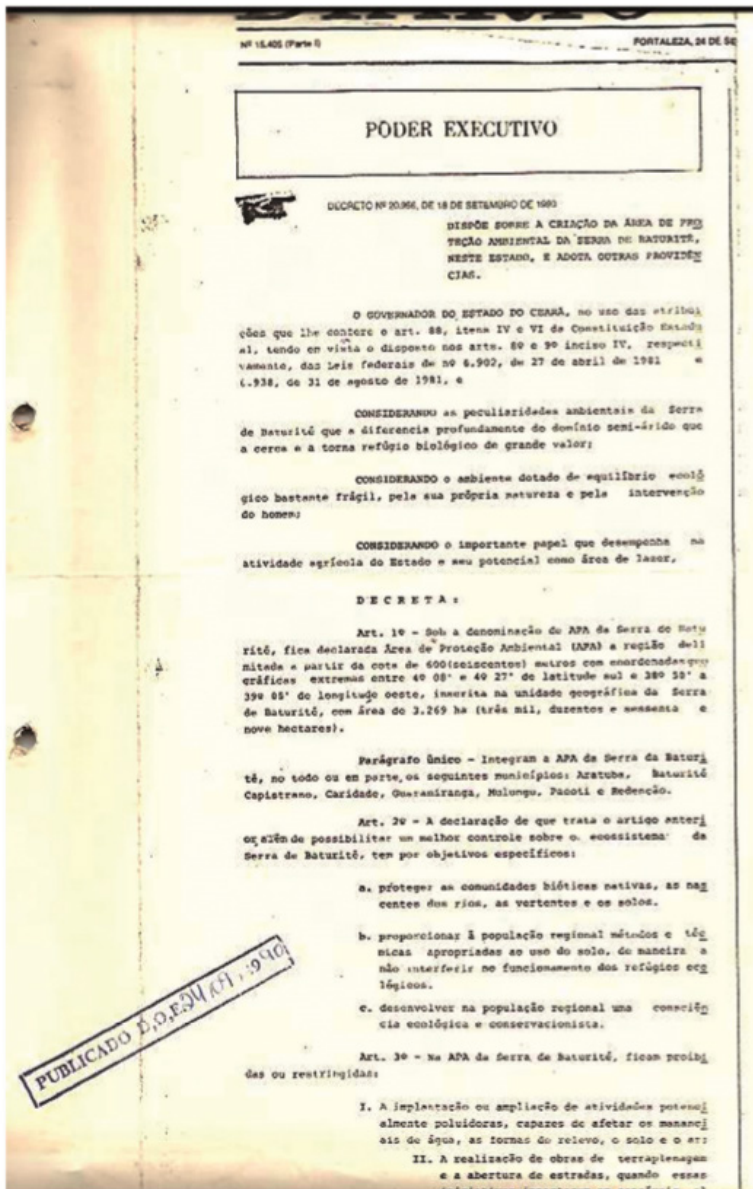


Figura 13 – Diário Oficial do Estado, com a publicação do Decreto nº 20.956, de 18/09/1990, que criou a Área de Proteção Ambiental da Serra de Baturité

Fonte: Arquivo pertencente ao Professor Renato Aragão.

O Decreto nº 24.220, de 12 de setembro de 1996 previa a possibilidade de serem criadas reservas privadas no território cearense por ato do poder público estadual. Mencionada área protegida era denominada Reserva Ecológica Particular (REP), que seguia as mesmas características jurídicas das Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) que, à época, eram regulamentadas pelo Decreto Federal nº 1.922, de 05 de junho de 1996, que revogou o Decreto Federal nº 98.914, de 31 de janeiro de 1990. As reservas privadas são criadas por portaria do órgão ambiental.

Nas duas últimas gestões do Governador Tasso Jereissati, período em que o Prof. Renato Aragão esteve como Superintendente da SEMACE, exercendo forte atuação neste âmbito, várias áreas protegidas foram criadas, dentre as quais, podem ser citadas, por ordem cronológica de criação:

- Parque Botânico do Ceará, no município de Caucaia (Fotos 3 e 4), por meio do Decreto nº 24.216, de 09 de setembro de 1996. Esta categoria de área protegida não está prevista na Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que criou o Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza.
- Parque Estadual Marinho Pedra da Risca do Meio, no município de Fortaleza, por meio

da Lei nº 12.717, de 05 de setembro de 1997;



Foto 3 – Inauguração do Parque Botânico do Ceará, em Caucaia, com a então Primeira Dama do Estado, Renata Jereissati

Fonte: Arquivo pertencente ao Arquivo do Professor Renato Aragão.



Foto 4 – Inauguração do Parque Botânico do Ceará, em Caucaia.
Fonte: Arquivo pertencente ao Arquivo do Professor Renato Aragão.

- Área de Proteção Ambiental do Lagamar do Cauípe, no município de Caucaia, por meio do Decreto nº 24.957, de 05 de junho de 1998;
- Área de Proteção Ambiental do Pecém, no município de São Gonçalo do Amarante, por meio do Decreto nº 24.957, de 05 de junho de 1998. (Um mesmo decreto criou duas Áreas de proteção Ambiental: APA do Lagamar do Cauípe e APA do Pecém);
- Área de Proteção Ambiental da Serra de Aratanha, nos municípios de Maranguape, Pacatuba e Guaiúba, por meio do Decreto nº 24.959, de 05 de junho de 1998;
- Área de Proteção Ambiental da Bica do Ipu,

- no município de Ipu, por meio do Decreto nº 23.354, de 26 de janeiro de 1999;
- Área de Proteção Ambiental da Lagoa do Uruaú, no município de Beberibe, por meio do Decreto nº 23.355, de 26 de janeiro de 1999;
 - Área de Proteção Ambiental do Rio Ceará, nos municípios de Caucaia e Fortaleza, por meio do Decreto nº 25.413, de 29 de março de 1999;
 - Área de Proteção Ambiental do Estuário do Rio Mundaú, nos municípios de Itapipoca e Trairi, por meio do Decreto nº 25.414, de 29 de março de 1999;
 - Área de Proteção Ambiental do Estuário do Rio Curu, nos municípios de Paracuru e Paraipaba, por meio do Decreto nº 25.416, de 29 de março de 1999;
 - Área de Proteção Ambiental das Dunas da Lagoinha, no município de Paraipaba, por meio do Decreto nº 25.417, de 29 de março de 1999;
 - Área de Proteção Ambiental das Dunas de Paracuru, no município de Paracuru, por meio do Decreto nº 25.418, de 29 de março de 1999;
 - Estação Ecológica do Pecém, nos municípios

de Caucaia e São Gonçalo do Amarante, por meio do Decreto nº 25.708, de 17 de dezembro de 1999. Mencionado decreto estadual fala da desapropriação. A ESEC do Pecém não possui decreto de criação;

- Corredor Ecológico do Rio Pacoti, nos municípios de Aquiraz, Itaitinga, Pacatuba, Horizonte, Pacujus, Acarape e Redenção, por meio do Decreto nº 25.777, de 15 de fevereiro de 2000. Esta categoria de área protegida não está prevista na Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que criou o Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza (SNUC). Mas, o SNUC menciona a necessidade de instituições de Corredores Ecológicos em unidades de Conservação - Art. 25 (BRASIL, 2000), de maneira a atuar como uma espécie de zona de amortecimento para as áreas protegidas.
- Área de Proteção Ambiental do Rio Pacoti, nos municípios de Fortaleza, Eusébio e Aquiraz, por meio do Decreto nº 25.778, de 15 de fevereiro de 2000;

O Prof. Renato Aragão é, também, autor da ideia de criação da Estação Ecológicas do Castanhão que foi criada pelo Decreto s/nº, de 27 de setembro

de 2001, nos municípios de Jaguaribe e Alto Santo, como uma medida compensatória da grande e necessária obra hídrica no estado do Ceará.

É também autor da ideia da criação da Estação Ecológica no entorno da Jazida de Itataia, no município de Itatira – Serra do Céu e da Estação Ecológica da Carnaúba que, na verdade, não foram criadas. Para a criação da Estação Ecológica da Carnaúba, o Prof. Renato Aragão, juntamente com o Prof. Paulo Nogueira Neto fizeram diversas viagens de campo no município de Acaraú, Russas e nas imediações de Fortaleza.

Durante o período do Governo Tasso Jereissati, em que o Prof. Renato Aragão era o Superintendente da SEMACE, foram criadas quatro Reservas Ecológicas Particulares (REP), a saber:

- REP de Sapiranga, no município de Fortaleza, por meio da Portaria SEMACE nº 031, de 03 de fevereiro de 1997;
- REP Fazenda Santa Rosa, no município de Santa Quitéria, por meio da Portaria SEMACE nº 176, de 13 de novembro de 1998;
- Fazenda Cacimba Nova, no município de Santa Quitéria, por meio da Portaria SEMACE nº 177, de 13 de novembro de 1998; e

- Fazenda do Sítio Olho D'Água, no município de Baturité, por meio da Portaria SEMACE nº 222, de 17 de outubro de 2000.

Ao longo de todos os anos como Superintendente da SEMACE O Prof. Renato Aragão participou ativamente do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), sendo autor e coautor de várias propostas apresentadas em mencionado Conselho e que foram aprovadas, corroborando, assim, para a execução da política ambiental em âmbito nacional.

Vamos abrir uns parênteses para falar também da generosidade do Prof. Renato Aragão, quando se constata sua narrativa sobre o Prêmio Jornalista Morais Né, quem era Morais Né e o que motivou o então vereador Samuel Braga a propor, em 1992, a instituição do prêmio (Figura 14). O Prêmio Jornalista Morais Né foi instituído pela Resolução nº 1.456, de 02 de maio de 1997 (Figura 15).



CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

RESOLUÇÃO Nº 008/92 DE 28 DE Fevereiro DE 1992.

Institui o Prêmio Jornalista Morais Né e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA DECRETA E EU PROMULGO A SEGUINTE RESOLUÇÃO:

Art. 1º - Fica criado o Prêmio Jornalista Morais Né, a ser concedido ao Industrial de Fortaleza, que a cada ano, tenha se destacado na execução de medidas preventivas, contra a poluição oriunda de sua atividade Industrial.

Parágrafo Único - A concessão do Prêmio depende da aprovação de 2/3 dos Vereadores.

Art. 2º - O Prêmio Jornalista Morais Né, será entregue anualmente, durante a Semana Nacional do Meio Ambiente, a somente um empresário, em Sessão conjunta e especial da Câmara Municipal de Fortaleza e da Federação das Indústrias do Estado do Ceará.

Art. 3º - A escolha do Industrial, a ser premiado, far-se-á, através de uma Comissão composta por representantes das seguintes instituições:

- a) Comissão de Meio Ambiente da CMF
- b) Comissão de Meio Ambiente da FIEC
- c) SEMACE
- d) SPLAN
- e) Associação Cearense de Imprensa
- f) Associação de bairros e Favelas de Fortaleza
- g) Fórum das ONGS de Fortaleza

Art. 4º - O Prêmio Jornalista Morais Né, será constituído de um Diploma e de uma medalha.

§ 1º - A medalha será cunhada em ouro e conterá numa face a efígie do Jornalista e na outra o nome do prêmio e o ano de concessão.

Rua José Barros de Alencar - Rua Antônio Bezerra, 280 - Fone: (085) 944-9477 - Caixa Postal 5011
CEP 40.700 - Fortaleza - Ceará

Figura 14 – Projeto de Resolução nº 008/1992, de autoria do vereador Samuel Braga, com a proposta do Prêmio Jornalista Morais Né, o qual foi, de fato, instituído em 1997
Fonte: Arquivo pertencente ao Professor Renato Aragão.

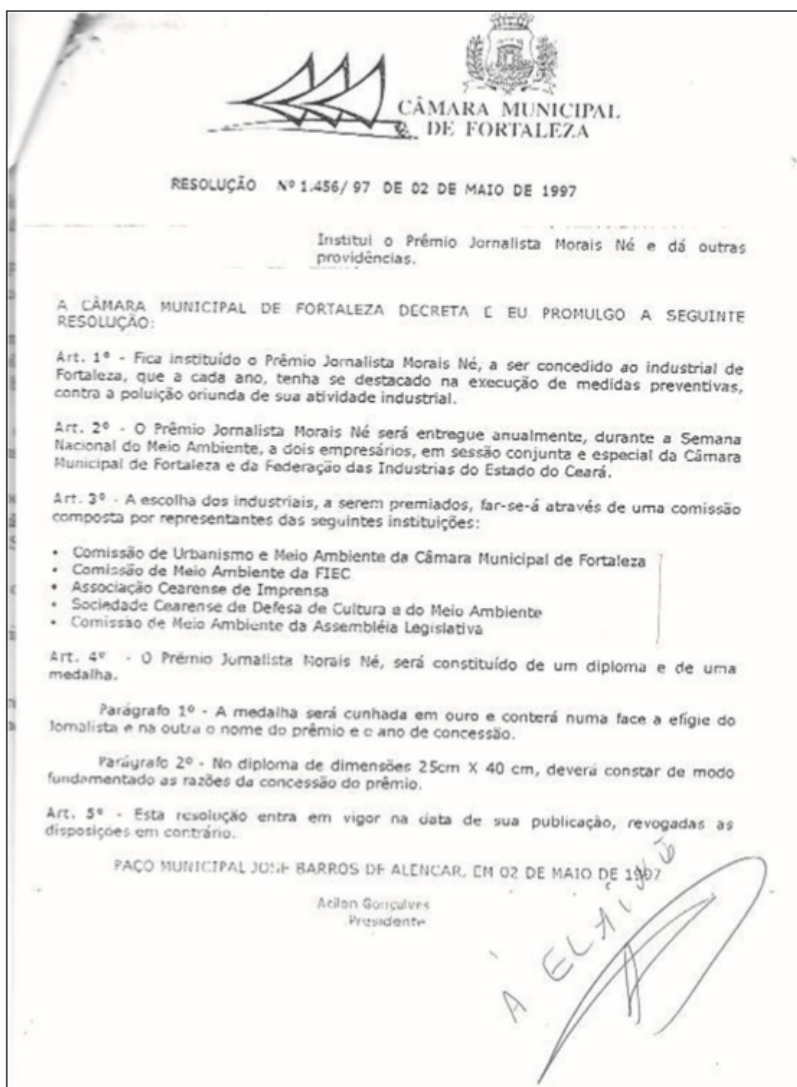


Figura 15 – Resolução nº 1.456/1997, que instituiu o Prêmio Jornalista Morais Né

Fonte: Arquivo pertencente ao Professor Renato Aragão.

A seguir, está o depoimento do Prof. Renato Aragão:

Temos que nos reportar ao ano de 1975, quando iniciamos as nossas atividades oficiais como defensor da natureza. Através da leitura diária dos jornais de Fortaleza, notei que no Jornal “O Povo”, vez por outra, levantavam algumas questões ligadas ao meio ambiente.

Procurei me informar e descobri que havia ali um jornalista, chamado Morais Né, e que tudo era fruto de sua lavra. Foi quando nos ocorreu a ideia de contar com a colaboração de Morais Né. A partir daí, sempre que necessário, passávamos nossos problemas e tínhamos, com segurança, um editorial do “O Povo” sobre o assunto. Morais Né foi, portanto, o primeiro jornalista ambiental do Ceará. Com seu falecimento, quisemos lhe prestar uma homenagem e contamos com a colaboração do vereador Samuel Braga, outro companheiro de lutas, propondo-lhe a instituição de um prêmio a ser concedido a um industrial que a cada ano se destacasse na execução de medidas de defesa do meio ambiente, sugerindo-lhe o nome de “Prêmio Jornalista Morais Né”. A proposta foi apresentada em fevereiro de 1992, pelo projeto de Resolução nº 008/92, de 28/02/1992.

Renato Aragão

Com indubitável contribuição para formulação e execução da política ambiental no Estado do Ceará, o Prof. Renato Aragão segue, na década de 1990, sua vida dedicada ao magistério no ensino superior. No período de 1991 a 1994, o Prof. Renato Aragão assumiu, também, atividades como Assessor para assuntos de meio ambiente na FIEC, colaborando com as empresas, por exemplo, nos procedimentos para obtenção de licenciamento ambiental, assessorando a Presidência da FIEC, participando ativamente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (COEMA) e Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA).

No 7º aniversário da SEMACE, em 28 de dezembro de 1994, o então Superintendente Antônio Cândido Neto faz uma homenagem ao Prof. Renato Aragão e a todos os fundadores daquele importante órgão executor de política ambiental no Estado.

No final da década de 1990, o então Governador Tasso Jereissati ganhou as eleições para um novo mandato, período 1999 a 2002. Em 1999, foi implementado o Plano de Desenvolvimento Sustentável 1999-2002, que deu prosseguimento às ações iniciadas no período anterior. O objetivo síntese de mencionado Plano de Desenvolvimento Sustentável 1999-2002 (CEARÁ, 1999) resume a trajetória a ser seguida: avançar no crescimento econômico com

desenvolvimento social, incorporando a melhoria da qualidade de vida, a proteção do meio ambiente, o acesso e humanização dos serviços de saúde, o acesso à moradia, a ampliação dos serviços de saneamento básico e potencialização dos valores culturais.

Em 1998, o Prof. Renato Aragão acompanha a Expedição Carnaúba, da *The Nature Conservancy* do Brasil, em que a ideia era a instituição de uma associação e a compra de duas áreas para se constituírem reservas privadas (Figura 16). Nascia ali o embrião da Associação Caatinga, da qual o Prof. Renato é Conselheiro até os dias atuais, e a Reserva Particular do Patrimônio Natural Serra das Almas I e II, criadas por meio da Portaria Ibama nº 51, de 08 de setembro de 2000.



Instituto de Conservação Ambiental
The Nature Conservancy do Brasil
5100A, QI-5, Caçuama 6, Casa 11
71200-703 Brasília-DF
telefone (061) 306-1826 306-1912

Sede Internacional
1812 North Lynn Street
Arlington, Virginia 22209, USA
fax: 703 841-4091
tel: 703 841-4900

Brasília, 21 de dezembro de 1998

Sr. ANTONIO RENATO LIMA ARAGÃO
Superintendente
SEMACE
Rua Jaime Benevolto, 1400
Bairro de Fátima
60.050-084 Fortaleza, CE

Prezado Sr. Superintendente,

Queremos agradecer sua presença no jantar realizado em Fortaleza, no dia 21 de novembro passado, para a Celebração da Expedição Carnaúba.

Na ocasião do evento, como V.Sa. se recorda, o Sr. Sam Johnson, e Sr. Alexander Watson da The Nature Conservancy, anunciaram o lançamento do Projeto Caatinga, que inclui a idéia da aquisição de duas áreas para serem transformadas em reservas, e a criação da Associação Caatinga, que será dirigida por um conselho formado por pessoas de diversos setores da sociedade Cearense.

Estamos dando continuidade as discussões sobre o projeto, e será um prazer mantê-lo informado das atividades em curso. Colocamo-nos à sua disposição para fornecer-lhe as informações que julgar necessárias.

Agradecendo uma vez honrosa presença no evento, despedimo-nos,

Atenciosamente,

7/12/98

Angela Tresinari
Diretora de Programas de Conservação

Figura 16 – Carta da *The Nature Conservancy* do Brasil agradecendo a Expedição Carnaúba e informando da aquisição de terras para a criação de reserva privada
Fonte: Arquivo pertencente ao Professor Renato Aragão.

A Foto 5 mostra a visita técnica do Prof. Renato Aragão com o Sr. Roberto Macedo, Sr. Fernando Cirino e Sr. Magalhães, no Parque Botânico de Caucaia, criado com o apoio da FIEC.



Foto 5 – Visita ao Parque Botânico do Ceará, em janeiro de 1998, na companhia do Sr. Fernando Cirino Gurgel, Sr. Magalhães e Sr. Roberto Macedo.

Fonte: Arquivo pertencente ao Arquivo do Professor Renato Aragão.

O Ceará entra no século 21 com uma história ambiental sólida, alicerçada em embasamento jurídico que se coaduna com a legislação correlata nacional e cumprindo os acordos multilaterais ambientais, assinados pelo País. Uma história de superação dos desafios, a exemplo da escassez hídrica, uma vez que promove ações, ao mesmo tempo, de garantir a segurança hídrica para todos os cearenses, por meio de uma gestão compartilhada de recursos hídricos, e de promoção de oportunidades

de emprego e renda aos cidadãos, considerando a necessária proteção ao meio ambiente.

Um dos exemplos exitosos é o projeto São José. Como ação de combate à pobreza no campo, o projeto São José teve prosseguimento no governo seguinte, do Governador Lúcio Alcântara (CEARÁ, 2002).

O Ceará tem em sua história ambiental a adoção paulatina e gradual de medidas preventivas e de proteção necessárias à repartição justa e equitativa dos benefícios dos recursos naturais, o bem comum, para esta e para as futuras gerações.

Referências

BRASIL. Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, Regulamenta o art. 225, § 10, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 19 jul. 2000.

CEARÁ. Secretaria de Planejamento do Estado do. **Plano de Desenvolvimento Sustentável 1995-1998**. Fortaleza, 1995.

CEARÁ. Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. **Programa de Educação Ambiental do Ceará**. Fortaleza, 1997.

CEARÁ. Secretaria de Planejamento do Estado do. **Plano de Desenvolvimento Sustentável 1999-2002: consolidando o novo Ceará**. Fortaleza, 1999.

CEARÁ. Governo do Estado do. **Balanco Social 2002**. Fortaleza: SEPLAN, 2002. Disponível em <http://www2.seplag.ce.gov.br/content/aplicacao/SEAD/seplan/balanco_social/CAPA.htm>. Acesso

em 06 nov. 2014.

MIRANDA, Carlos; GUIMARÃES Neto, Leonardo; BUARQUE, Sergio C.; ARAÚJO, Tânia Bacelar. **Planejando o desenvolvimento sustentado: a experiência recente do Nordeste do Brasil.** Brasília, DF: Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura (IICA), 1998. Disponível em <<http://orton.catie.ac.cr/repdoc/A8429P/A8429P.pdf>>. Acesso em 05 nov. 2014.

Capítulo 5

Década de 2000: o Ceará no novo milênio

Sempre acho que a globalização da economia é fruto da Ecologia, pois a terra, a Biosfera, não é propriedade privada, nem domínio exclusivo de países ou de grupos e sim o ambiente do Homem. Imagino até que, em um futuro próximo, a legislação ambiental será única para todo o Universo.

Renato Aragão, em 07/02/2002

O novo milênio trouxe esperança para o real despertar de toda a humanidade para os problemas ambientais emergenciais, notadamente, o combate à fome e à miséria. Em 2000, os países fizeram acordo multilateral se comprometendo a atender os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM) que, no Brasil, recebeu o nome de 8 Jeitos de Mudar o Mundo. O horizonte temporal para a consecução dos ODM era 2015.

O primeiro dos ODM era “Erradicar a extrema pobreza e a fome”. Os países, inclusive o Brasil, envidaram esforços para que pudessem trabalhar

nessa importante meta, que abrangia programas e projetos de transferência de renda, de qualificação de recursos humanos, de descentralização do ensino e da gestão ambiental compartilhada.

Conforme Cabral (2013), a excelente notícia em relação ao ODM 1 foi que a meta de redução da pobreza foi alcançada. O Brasil, em 2007, alcançou a meta de reduzir em ¼ do número de pessoas abaixo da linha da pobreza, dado este apresentado no Relatório Nacional do Brasil, em 1990.

O Ceará, na década de 2000 a 2010, teve avanços muito importantes em termos dos indicadores sociais e econômicos. Por meio dos dados estatísticos do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Estado do Ceará (IPECE) é perceptível os indicadores de redução da pobreza, sendo preocupantes os dados sobre percentagem de proporção de domicílios com acesso à rede coletora de esgoto (CEARÁ, 2012).

No início de 2000, o Brasil instituiu o seu Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), por intermédio da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que se constituiu no marco legal para a criação, implantação, consolidação e gestão desse tipo de área protegida.

O SNUC vem complementar a legislação correlacionada à proteção das florestas e da biodiver-

cidade, considerando outro significativo instrumento de proteção o chamado Código Florestal (naquela época regido pela Lei Federal nº 4.771, de 15 de setembro de 1965).

Em 2000, o Congresso Nacional estava discutindo a necessária reforma do mencionado Código Florestal e o Prof. Renato Aragão fez sugestões importantes para o texto, sugestões estas que foram encaminhadas à Câmara competente pelo então Senador Lúcio Alcântara. Em 25 de maio de 2000, o Senador Lúcio Alcântara envia ao Prof. Renato Aragão, Superintendente da SEMACE, o Estudo nº 81, de 2000 (Figura 17), elaborado pela Consultoria Legislativa do Senado Federal sobre o texto de Aziz Ab'Saber intitulado “Do Código Florestal para o Código das Biodiversidades: uma exigência da inteligência” com sugestões do Prof. Renato Aragão.



ESTUDO Nº 81, DE 2000

A respeito da solicitação do Senador Lúcio Alcântara, de uma "consulta escrita sobre o texto anexo – *Do Código Florestal para o Código das Biodiversidades: Uma Exigência da Inteligência* –, observando-se a sugestão do Sr. Renato Aragão".

O texto encaminhado ao Senador Lúcio Alcântara é um notável estudo realizado pelo eminente geógrafo Aziz Ab'Saber, sobre a preparação de um novo código florestal para o Brasil, no qual esse cientista descreve os mais importantes sítios fisiográficos do país e esboça, resumidamente, as principais medidas de conservação para cada uma dessas regiões.

A tese defendida pelo geógrafo é que atualmente não basta uma reforma perfunctória do Código Florestal de 1965, mas que se deve aprontar com urgência um Código das Biodiversidades para o Brasil, nos moldes que ele começa a desenhar no referido estudo. Seu texto é muito oportuno em face das alterações no Código Florestal, que vêm sendo propostas pelo Governo mediante a edição de medida provisória, e que têm sido objeto de debate com o conjunto de entidades representativas do setor na sociedade.

Essencialmente, se discutem com base na proposta do governo, entre outros temas, apenas os da diminuição da reserva legal nas diversas regiões do país, o seu agrupamento por mais de uma propriedade e os procedimentos de averbação cartorária. Não é preciso ressaltar que instaurou-se uma alentada polêmica entre os diversos segmentos, que se reflete na

Figura 17 – Estudo nº 81/2000, do Senado Federal, observando-se as sugestões do Prof. Renato Aragão
Fonte: Arquivo pertencente ao Professor Renato Aragão.

Neste período, o Prof. Renato Aragão era Superintendente da SEMACE tendo permanecido neste órgão até 2001, quando após sua aposentadoria, passou a integrar o corpo técnico do Núcleo de Meio Ambiente da FIEC, desempenhando papel fundamental no auxílio àquela Casa com relação às questões ambientais, considerando seu conhecimento na área.

Há de se destacar a história da SEMACE, considerando a relação deste órgão com a atuação profissional e de trajetória de vida pessoal do Prof. Renato Aragão. Ao longo de 32 anos, a SEMACE teve 11 gestões, tendo o Prof. Renato Aragão assumido por duas gestões em períodos diferentes: de 1988 a 1990 e de 1995 a 2001.

Após a saída do Prof. Renato Aragão, em 1990, da SEMACE, assumiram: o arquiteto Francisco Eduardo Araújo Soares (período 1991 a 1994), o engenheiro agrônomo Antônio Cândido Neto (1994 a 1995), novamente o Prof. Renato Aragão (período 1995 a 2001), a engenheira agrônoma Enílida da Cruz Moraes Braid (período 2001 a 2002), a advogada Michele Mourão Matos (período 2002 a 2003), o advogado Romeu Aldigueri de Arruda Coelho (período 2003 a 2006), o arquiteto Herbert de Vasconcelos Rocha (período 2007 a 2009), a advogada Maria Lúcia de Castro Teixeira (período

2009 a 2011), o engenheiro florestal José Ricardo de Araújo Lima (período 2011 a 2018) e, finalmente, até os dias atuais o tecnólogo em Saneamento Ambiental Carlos Alberto Mendes Júnior. O período de 2000 a 2010 foi o que mais houve troca de Superintendentes na SEMACE.

Cavalcante (2013) credita à primeira gestão do Prof. Renato Aragão os necessários avanços no procedimento do licenciamento ambiental dentro do órgão, sobretudo no que diz respeito às normas legais e procedimentos padronizados. É desse período (1990) a publicação da edição do manual Meio Ambiente Legislação Básica, fruto do trabalho realizado pela Procuradoria Jurídica da SEMACE e que reunia, além dos capítulos das Constituições Federal e Estadual relacionados ao meio ambiente, Leis e Decretos Federais e Estaduais, Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e outras normas expressas em atos administrativos (CAVALCANTE, 2013).

Em 2001, foi lançado o Guia do Licenciamento Ambiental, durante a segunda gestão do Prof. Renato Aragão, o qual trazia a sistematização dos procedimentos do licenciamento ambiental. As palavras do Prof. Renato Aragão em mencionado Guia destacam a preocupação em atender bem ao público, sendo o manual um “facilitador, já que anexa modelos de

requerimento, relações de leis, decretos e resoluções do CONAMA e do COEMA e os procedimentos necessários ao licenciamento ambiental obrigatório” (CAVALCANTE, 2013).

O Prof. Renato Aragão, a partir de 2001, dedicou-se a continuar a auxiliar, com seu conhecimento à causa ambiental. Em 2002, estabeleceu contrato como consultor independente junto a Cearáportos, de junho a dezembro, para acompanhar as ações de monitoramento e avaliação do Complexo Portuário do Pecém, empreendimento este que havia obtido em 2001, a Licença de Operação (LO nº 167/2001).

Ainda em 2001, continuando sua forte atuação na política ambiental não somente no Ceará e no Brasil, influenciando as perspectivas no mundo, o Prof. Renato Aragão integrou o grupo de trabalho da Confederação Nacional das Indústrias (Figura 18) para elaborar o texto de proposta a ser levado à Conferência Rio+10, que aconteceria em Johannesburgo, na África do Sul, no período de 2 a 11 de setembro de 2002. Mencionado texto trazia propostas para o “Plano de Ação”, que foi o documento final, resultado da Rio+10.

CNI

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA

LISTA DE PRESENÇA
CONSELHO DE MEIO AMBIENTE – COEMA
GRUPO DE TRABALHO PRO R.D +10
II WORKSHOP

Porto Alegre / RS – 11.12.2001

	NOME	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	FAX	EMAIL
1	Susana Kakuta	CNI	21 22049617	21 2204 9619	Skakuta@cni.org.br
2	Karen Oliveira	CNI	21 22049621	21 22049619	Koliveira@cni.org.br
3	Carlos Regazzi	CNI	21 22049620	21 22049619	Cregazzi@cni.org.br
4	Paulo Müller	COEMA / FIERGS	51 3347 8791	51 3347 8791	Marlene@fiergs.org.br
5	Marlene Conte	FIERGS	51 3347 8791	51 3347 8791	Marlene@fiergs.org.br
6	Hugo Springer	CNTIL / SENAI - RS	51 3349 8401	51 3349 8401	Springer@dv.rs.senai.br
7	Mauro Murad	FINDES			Mauro@elbr.com.br
8	Christiane Maroun	FIRJAN	21 2563 4213	2282 9117	Cmaroun@firjan.org.br
9	Renato Aragão	FIEC	85 486 5916	85 486 5426	Presidencia@efiec.com.br
10	Ricardo Machado	SENAI / DN	61 317 9181	61 317 9181	Ricmas@dn.senai.br
11	Ildo Borella	FRASLE	54 209 1585	54 209 1585	ldo@frasle.com.br

Lista Presença Workshop II.doc

Figura 18 – Lista de presença do Grupo de Trabalho para a Rio + 10, da Confederação Nacional da Indústria

Fonte: Arquivo pertencente ao Professor Renato Aragão.

Em um de seus artigos de Opinião, publicados no jornal O Povo, em setembro de 2001, o Prof. Renato Aragão alertava e convocava para que “Cada um faça sua parte”, priorizando a proteção da Caatinga como legado às futuras gerações:

Necessitamos proteger mais áreas da Caatinga. No Ceará há apenas duas áreas deste ecossistema que estão garantidas para posteridade, que são: Estação Ecológica de Aiuaba e a Reserva Particular Serra das Almas da Associação Caatinga, em Crateús. Como vemos temos de ter mais áreas deste ecossistema preservadas.

Renato Aragão

No início do ano de 2002, quando houve a divulgação dos nomes que disputariam o governo estadual, o Prof. Renato Aragão escreveu um artigo de Opinião, publicado no Jornal O Povo, em 24 de janeiro de 2002, sobre o então candidato Dr. Lúcio Alcântara. Novamente, a generosidade do Prof. Renato Aragão e o reconhecimento para com aqueles que deram o suporte e as condições para um caminho de proteção dos recursos ambientais no Ceará devem ser destacados:

O que, talvez, todos não saibam, é que vamos ter no comando do Estado um ecologista. Posso, com vivência que tenho no assunto, afirmar isso com segurança. Ele é o único político no Ceará, que sem alarde, sem a preocupação de querer aparecer, tem se dedicado com seriedade às causas de defesa da natureza.

Independente de pareceres, emendas e projetos apresentados pelo Senador Lúcio, trabalho reconhecido publicamente pela assessoria parlamentar do Ministério do Meio Ambiente, quero lembrar aos que lerem estas linhas, que foram iniciativas suas ou tiveram sua dedicada colaboração os seguintes feitos: implantação do Conselho de Meio Ambiente da prefeitura de Fortaleza, Parque Adahil Barreto (Parque do Cocó), Parque Ecológico de Guaramiranga, Parque Botânico do Ceará (Caucaia), Jardim Botânico

São Gonçalo do Amarante, Associação Caatinga, Área de Proteção Ambiental de Jericoacoara, Estação Ecológica de Aiuaba, Área de Proteção Ambiental de Baturité, Reservas Ecológicas Particulares na Serra da Meruoca, além das contribuições importantes nos projetos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, do Código Florestal e outros.

Renato Aragão

Em novembro de 2002, já eleito o Governador Lúcio Alcântara, o Prof. Renato Aragão recebeu o convite do então Coordenador do Grupo de Transição do Governo, Alex Araújo, para integrar mencionado grupo no tema Meio Ambiente, para elaborar as propostas do Governo. Novamente, a história da política ambiental do Ceará tem como mestre condutor, nessa área específica, essa pessoa que, ao longo dos anos, sempre demonstrou empenho em enfrentar os desafios institucionais necessários para permitir as mudanças que convergissem a consecução do desenvolvimento sustentável.

Em 25 de julho de 2002, foi aprovada a criação da Unidade de Meio Ambiente (UMA) da FIEC, na 19ª reunião da Diretoria Plena da FIEC, que passou a contar com o Prof. Renato Aragão como encarregado daquela Unidade.

Ainda em 2002, em 14 de dezembro, o Prof. Renato Aragão inaugurou o Jardim Botânico de São Gonçalo como um dos Sócios Fundadores; uma área de 19,8 hectares no município de São Gonçalo do Amarante destinada à pesquisa, extensão e lazer. As áreas protegidas, uma das paixões do Prof. Renato Aragão, são vitais e de profundo impacto sobre as possibilidades que as futuras gerações têm para manterem o atendimento de suas necessidades.

Em um dos discursos na FIEC, o Prof. Renato Aragão falou da necessidade de se fazer revisão na política florestal brasileira, no Código Florestal, e de se rever a gestão das Unidades de Conservação. No discurso intitulado “Vamos ocupar nosso espaço”, disse:

... Nós sabemos que aqui mesmo, no Ceará, as unidades de conservação, com áreas infinitamente menores, não cumprem as suas funções por falta de servidores, imaginemos as existentes na Amazônia.

... Isto serve de alerta, também, para as entidades privadas e para o Governo entenderem que necessitamos, urgentemente, de incrementar a pesquisa em nossas universidades, valorizando os professores e pesquisadores, para que não fiquemos, mais uma vez, na dependência científica daquilo que é oriundo dos nossos recursos naturais. Não temos que ficar repetindo sempre que a

prioridade é o conhecimento científico e a pesquisa. Necessitamos é de ocupar nosso espaço nos dois sentidos, fazendo aquilo que os forasteiros fazem, na nossa propriedade.

Renato Aragão

O desafio foi sempre encarar o presente, procurar empreender mudanças necessárias e proteger o interesse das gerações que ainda estão por vir. Nesse aspecto, o Prof. Renato Aragão, atuando de forma proativa, junto a FIEC, no final de 2002, fez uma proposta de criação de um Conselho naquela Casa (Figura 19).

Como resultado da proposta do Prof. Renato Aragão feita em outubro/2002, a FIEC em 11 de novembro de 2002, por meio da Resolução nº 11/2002, criou o Conselho Temático de Meio Ambiente (COTEMA), órgão colegiado deliberativo

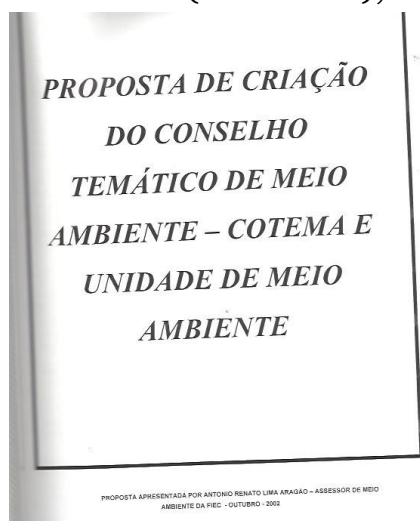


Figura 19 – Proposta de criação do COTEMA e Unidade de Meio Ambiente

Fonte: Arquivo pertencente ao Professor Renato Aragão.

e de assessoria, com a função de propor políticas nas questões de meio ambiente, alicerçadas no desenvolvimento industrial sustentável, objetivando melhor qualidade ambiental.

Nessa época, importante lembrar que o Prof. Renato Aragão (professor adjunto da UECE, cadeira Ecologia Geral) era o representante do Governo do Estado do Ceará no CONAMA, assim como em vários outros momentos anteriores da história, por exemplo, à época que era Superintendente da SEMACE.

Por ideia do Prof. Renato Aragão, a Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC) criou o “Prêmio FIEC por Desempenho Ambiental”, instituído por meio da Resolução nº 13/2003, datada de 04 de setembro de 2003, assinada pelo então presidente Jorge Parente Frota Júnior.

O “Prêmio FIEC por Desempenho Ambiental” tem por objetivo laurear empresas industriais, filiadas aos Sindicatos integrantes do sistema FIEC, cujas atividades implementadas para proteção do meio ambiente tenham resultado em efetiva melhoria da qualidade ambiental, de acordo com os princípios do desenvolvimento sustentável; sendo entregue, anualmente, na primeira semana do mês de junho, por causa das festividades alusivas à Semana Nacional do Meio Ambiente.

Em 2019, o “Prêmio FIEC por Desempenho Ambiental” realizou sua 15ª edição. Pode-se afirmar que o prêmio está consolidado na agenda industrial do Estado do Ceará. A estrutura de avaliação do Prêmio se dá por meio de uma comissão formada por representantes da Universidade Federal do Ceará (UFC), da Secretaria de Meio Ambiente (Sema), da Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará (SEFAZ), da Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente de Fortaleza (SEUMA), do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), de uma Organização Social de Interesse Público (no ano de 2019, o Grupo de Interesse Ambiental – GIA) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

O Ceará, no período do Governo de Lúcio Alcântara, teve significativo avanço nas questões ambientais e no fortalecimento da política ambiental no Estado. É de 2003, a instituição do Programa Selo Município Verde (PSMV). Conforme Ceará (2012) o PSMV é, na verdade, uma política de expansão do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), com ênfase no fortalecimento da gestão ambiental descentralizada em nível municipal. Ceará (2012) relata que o PSMV permite classificar os municípios em três categorias A, B ou C, que se configuram, respectivamente, em forte, médio ou pouco compromisso com a sustentabilidade

ambiental no território. A título de atualização, o PSMV teve uma reformulação no final de 2012, passando a ser bienal; portanto não houve edição em 2013, 2015 e 2017. Considero essa política uma das mais bem elaboradas, pois, temos hoje, no Ceará, avanços significativos, por exemplo, o incremento no número de Conselhos Municipais de Meio Ambiente, dentre outros resultados positivos. Em 2019, apenas oito municípios cearenses, do total de 184, não tinham seus Conselhos Municipais de Meio Ambiente. São eles: Abaiara, Jati, Martinópolis, Mucambo, Penaforte, Pires Ferreira, São Luís do Curu e Senador Sá.

A partir de 2004, o IPECE começou a divulgar o Índice Municipal de Alerta (IMA), que consiste em um importante indicador da vulnerabilidade dos municípios cearenses no que diz respeito às questões agrícolas e climatológicas no Estado do Ceará, tendo em vista que as relações sociedade e natureza se dão na perspectiva de um todo integralizado e ao mesmo tempo dinâmico (CEARÁ, 2012).

Por meio do Decreto Estadual nº 27.434, de 2004, foi criado o Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Caatinga, sendo o Prof. Renato Aragão um de seus membros até a presente data, enquanto representante da FIEC. Anualmente, no Dia Nacional da Caatinga, 28 de abril, é premiado

uma pessoa física, ou jurídica (em anos alternados), que tenha desempenhado importante serviço para proteção deste Bioma único no mundo. Em 2015, o Prof. Renato Aragão recebeu o Prêmio Ambientalista Joaquim Feitosa, após escolha de seu nome pelo Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Caatinga (Fotos 6 e 7).



Foto 6 – Solenidade da entrega da 10^a edição do Prêmio Ambientalista Joaquim Feitosa. À direita: Joaquim Feitosa Neto (Fundação Bernardo Feitosa), Secretário Artur Bruno (Secretaria Estadual de Meio Ambiente – Sema), Prof. Renato Aragão e Deputado Odilon Aguiar

Fonte: Arquivo da FIEC (2015).

Em 2005, foi instituído Grupo de Trabalho



Foto elaborada por **Projeto de Conservação e Gestão Sustentável do Bioma Caatinga**, com recursos financeiros do Banco Mundial, que teve seu início de intervenção em 68 municípios cearenses, a partir de 2007, com fim das ações em outubro de 2013. O Ceará e a Bahia operacionalizaram o chamado Projeto Mata Branca, junto ao *Global Environment Facility* (GEF) Caatinga.

No final do Governo Lúcio Alcântara, em 2006, foram implementadas a Política Estadual de Gerenciamento Costeiro e o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro. Também foi instituído o Grupo de Trabalho para combate às causas e efeitos da desertificação no Ceará, do qual o Prof. Renato Aragão era representante da FIEC.

Com uma proposta, datada de 26 de janeiro de 2006, elaborada pela Unidade de Meio Ambiente da

FIEC, o Prof. Renato Aragão promoveu a discussão de modificação da Resolução nº 1.457/1997, que instituiu o Prêmio Jornalista Morais Né, no sentido de envolver o caráter social além do ambiental e a sugestão de ser uma única empresa a ser premiada, ao invés de duas.

Preocupado com a quantidade de obras realizadas na Serra de Guaramiranga, que é uma Área de Proteção Ambiental, notadamente em áreas muito elevadas, escreveu um artigo de Opinião intitulado “Preservação de Guaramiranga”, no Jornal O Povo, do dia 13 de dezembro de 2006:

A minha opinião é que a natureza é e deve ser utilizada pelo homem, mas sempre dentro do conceito fundamental do desenvolvimento sustentável, quer dizer, utilizar hoje o clima serrano, as cachoeiras, as frutas e, enfim, aquele agradável ecossistema, mas lembrando de que depois de nós virão outros que também deverão continuar usufruindo o que nos foi deixado pelos nossos antepassados.

Renato Aragão

O Ceará elegeu um novo Governador, no período 2007 a 2010, Cid Ferreira Gomes, que realizou uma mudança na estrutura organizacional do Sistema Estadual de Meio Ambiente, com a criação do Conselho de Políticas e Gestão Ambiental (Conpam), enquanto órgão formulador da política

ambiental no Estado, tendo a SEMACE como sua vinculada e cabendo a esta a execução da política.

Houve na época uma reação contrária por parte de parcela de pessoas envolvidas com as questões ambientais, notadamente, pelo desconhecimento destas da real proposição que ali estava sendo posto na pauta de discussão.

O Prof. Renato Aragão publicou, então, em 06 de fevereiro 2007, um artigo de Opinião intitulado “O meio ambiente sem dores”, no jornal O Povo, sobre seu pensamento sobre a instituição do Conpam:

Essas reclamações não têm fundamento. E por que não têm? Porque o Conselho será vinculado ao Gabinete do Governador, ou seja, no mesmo nível de uma Secretaria.

Vejo, portanto, com muito bom senso, a criação do Conselho Gestor, que será o responsável pelo planejamento, elaboração e acompanhamento da política ambiental do estado, que será executada pela SEMACE.

O COEMA, como está claro na proposta da Administração, vai continuar existindo como definido no SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente, isto é, com representação dos órgãos governamentais e sociedade civil, cumprindo sua função de propor normas, resoluções, padrões, enfim, levando para o Governo o pensamento

da sociedade cearense nas questões que envolvam o meio ambiente.

Finalmente, gostaria de dizer que, para os que se dedicam às questões ambientais, como é o meu caso, o Governo está certo com a criação do Conselho Gestor, que inclusive contará com a participação da sociedade civil, como demonstrou o organograma apresentado na última reunião do COEMA.

Renato Aragão

De fato, o Conpam seguia o direcionamento dado pela Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) quando coloca como Órgão Superior do Sistema Nacional do Meio Ambiente, um Conselho de Governo (que nunca existiu em tempo algum). A ideia é que a temática meio ambiente, que é transversal, pudesse ser debatida em um Conselho em que estivessem presentes representantes de todas as áreas que permeiam às questões ambientais. E isso foi feito no Ceará, de maneira pioneira e seguindo a Lei Federal nº 6938/1981, que instituiu a PNMA. O Conpam foi extinto por meio da Lei nº 15.773, de 10 de março de 2015. A mesma lei criou a Secretaria Estadual de Meio Ambiente – Sema.

Ainda no artigo de 2007, o Prof. Renato Aragão falava do COEMA e da SEMACE, bem como das alterações que estes foram sofrendo ao longo do

tempo, colocando seu posicionamento, sempre forte e coerente com a política ambiental vigente no País:

Sempre lutei para que o COEMA e a SEMACE fossem vinculados ao Gabinete do Governador, porém fui vencido. Nunca concordamos com o fato de esses dois órgãos serem vinculados a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e de Infraestrutura, como aconteceu. E a minha discordância tinha como principal justificativa a que segue: como poderia um órgão subordinado licenciar obras que seriam executadas pelos seus superiores?

No nosso entendimento o COEMA vem executando uma tarefa que não é sua: ‘analisar e aprovar Estudos de Impacto Ambiental e Relatórios de Impacto do Meio Ambiente – os chamados EIA/RIMA’. Isto é uma atribuição da SEMACE. Ela, sim, tem capacidade plena, através de seu corpo técnico, de executar esta tarefa. Devo aqui mencionar que durante a nossa gestão nunca propusemos este tipo de atribuição ao Conselho. Isto foi consequência de uma Emenda, proposta pelo então Deputado estadual João Alfredo (representante da Assembleia Legislativa no COEMA), na Constituição Estadual e que, como o Governo à época não tinha maioria na Assembleia, foi aprovada.

Renato Aragão

O Conpam foi instituído por meio do Decreto Estadual nº 13.875, de 7 de fevereiro de 2007, tendo sido modificadas suas competências e atribuições em

2011. Nele, desde o seu início, figurava a presença do Prof. Renato Aragão, nomeado pelo Governador em Diário Oficial como representante da sociedade civil, em virtude do seu notório saber na área ambiental e pelos seus relevantes serviços prestada às questões ambientais no Estado. O Prof. Paulo Nogueira-Neto comenta em seu livro sobre a existência do Conpam e sobre a atuação de seu amigo, Prof. Renato Aragão, como representante da sociedade civil em mencionado Conselho (NOGUEIRA-NETO, 2010).

É também de 2007 a Lei Estadual nº 14.023, de 17 de dezembro de 2007, que instituiu o ICMS Socioambiental no Ceará, por meio da alteração da Lei Estadual nº 12.612, de 07 de agosto de 1996. Mas a história sobre o ICMS Ecológico do Ceará não começa aqui. Suas bases de discussão remontam a época anterior. E já despertava o interesse do Prof. Renato Aragão que, presente no II Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, que se realizou em setembro de 2002, no Centro de Convenções, em Fortaleza/CE, assistiu à palestra proferida pelo Prof. Wilson Loureiro, do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), em que comentava sobre a instituição deste tributo com base em critérios de existência, ou não, de unidades de conservação no território municipal. O Paraná foi o pioneiro em implementar o ICMS Ecológico no Brasil e teve o protagonismo do Prof.

Wilson Loureiro.

Mas, a verdadeira história da implementação do ICMS Ecológico, que no Ceará tem recebido o nome de Socioambiental por suas características sociais e ambientais, tem raízes na Academia. Surgiu de um novo olhar de proposta acadêmica que envolvesse os critérios do Programa Selo Município Verde (PSMV), único e ímpar em todo o País. A proposta, de 2005, incorporava premissas do desenvolvimento sustentável, tinha (e tem) por base o Princípio do Protetor Receptor, que é aquele que premia os agentes socioeconômicos que favorecem ações de conservação, evitando perdas ambientais, econômicas e sociais (CABRAL, 2012).

A partir do Seminário intitulado “ICMS Ecológico do Ceará: a conservação da Natureza nos municípios”, realizado em novembro de 2005, foram criados dois Grupos de Trabalho (GT): GT Técnico Jurídico sob a coordenação da Procuradoria Geral da Justiça/Ministério Público Estadual e GT de Articulação, sob a coordenação da Secretaria da Ouvidoria-Geral e do Meio Ambiente (SOMA).

Cabral (2012) informa que se reuniram ao longo de dois anos, profissionais dos mais diversos ramos do conhecimento, das seguintes instituições: SEMACE, antiga Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional (SDLR), Comissão de

Meio Ambiente da Assembleia Legislativa, Instituto Federal do Ceará (IFCE), Universidade Federal do Ceará (UFC), APRECE, FIEC, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo de Fortaleza (SEMAM, atual SEUMA), SOMA (hoje Sema), Secretaria dos Recursos Hídricos (SRH), Secretaria da Educação do Estado do Ceará (SEDUC), IBGE, IAA, PGE, SEPLAG, SEFAZ, OAB, Fundação Bernardo Feitosa, Associação Caatinga, GIA e representantes das prefeituras cearenses de Acarape, Pacatuba, General Sampaio, Russas, Limoeiro do Norte, Groaíras, Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA) de Crateús, Campos Sales, Pentecoste e Sobral. O Prof. Renato Aragão representava a FIEC no GT de Articulação.

Essa conquista da implementação do ICMS Socioambiental no Ceará é, portanto, fruto da luta de muitas pessoas, que assim como o Prof. Renato Aragão, fizeram, por absoluto desprendimento, todo o trabalho voluntário e também com o compromisso da qualidade ambiental para todos. Dentre os nomes que fizeram parte desta história estão Wilca Hempel (então aluna de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente/UFC, de onde surgiu a ideia acadêmica do ICMS Socioambiental vinculando-se ao PSMV),

Profa. Dra. Maria Irles de Oliveira Mayorga (orientadora da dissertação de Mestrado da Wilca), Rodrigo Castro, Tereza Farias, então Deputado Estadual Lula Morais, Marcela Girão, Nájila Cabral, Sheila Pitombeira, Francisco Farias do Rêgo, Elaine Paiva, Socorro Azevedo, Alexandre Maia, Ana Feitosa, Pragmácio Teles, Cecília Assunção, Hamilzia Borges, Lucivanda Serpa, Carolina Serra, Fátima Feitosa, Dona Dolores Feitosa e tantos outros que acreditaram, construíram junto e levaram o texto para debate às diversas instâncias da sociedade.

Na figura 20 é possível visualizar uma das listas de presenças das muitas reuniões realizadas com fulcro na discussão da potencial implantação de redistribuição de um tributo estadual de maneira mais justa aos municípios, considerando critérios ambientais.

REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO ARTICULAÇÃO PARA A IMPLANTAÇÃO DO ICMS ECOLÓGICO				
NOME	ORGÃO	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA
Felipe Farias de Reis	CMA ALCE	3277.2260	felipe@alce.ce.gov.br	
Silvia Barbosa Hempel	PRODEMA - UFC	9484-5507	silvabarb@terra.com.br	
Rodrigo Castro	ASS. CAATINGA	4006-8079	rodrigo@caatinga.org.br	
Cláudia Wilma Pires	APRECE	4006.4014/00	claudia@aprece.org.br	
HAMILTON DE SOUZA BORGES	ASSEMBLEIA	3277.2645	hamilton@yahoo.com.br	
Luiz Fernando Leite de Oliveira	SEMUR	3101-1251	luizfernando@semur.ce.gov.br	
Carla Daniela Oliveira Assunção	PM Fortaleza	33452300	carla_dnlto@yahoo.com.br	
MARCIA REGIANE A. J. CADICAL	CETOTCE	3208.2666/330	marcia@cetotce.br	
Walter Lúcia Aguiar Sales	SDMA	3101.12.5057	walter@sdma.ce.gov.br	
RODRIGO AZEVEDO	SEMS	3101.1242	rodrigo@sems.ce.gov.br	
MÁRIO FRATEL RIBEIRO PIHO	SEMUR	3101.5524	mariofratel@semur.ce.gov.br	
CAROLINA SERPA	DAB - CMA	3458.1720	carolina@serpa.adv.br	
ALEXANDRE ASSIS NETA	SEM	3101.4001	alexandre@sem.ce.gov.br	
Caroline Cals	PEJ / CAATINGA	34524513	caroline@caatinga.org.br	
Maria Tereza O. Moura	UFC / DEA	9994-8495	mt@ufc.br	
MARY LÍCIA ANDRÉIA CORREIA	JAA	9921.1423	marylicia@jaa.ce.gov.br	
LUCIVANDA SERPA GONÇ	SEFAZ	3255.1427	lucivandaserpa@ucf.ce.gov.br	

Fortaleza, 31 de Janeiro de 2006

COMISSÃO DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO DO SEMI-ÁRIDO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Essa lista de telefones e e-mails do grupo de trabalho articulação para a implantação do ICMS Ecológico do Ceará podemos chamar de *bottom up*, pois nasceu na sociedade; foi discutida exaustivamente em todos os níveis com (e entre) a sociedade e com os poderes públicos (estaduais, municipais e federal). Fonte: Arquivo pertencente a Wilca Hempel.

sociedade; foi discutida exaustivamente em todos os níveis com (e entre) a sociedade e com os poderes públicos (estaduais, municipais e federal). Foram necessários anos para que o Governo Estadual implementasse o ICMS Socioambiental no Ceará; mas os frutos são positivos. Temos hoje municípios que se preocupam mais com a sustentabilidade ambiental dos seus territórios, pois são cômicos de que suas ações ambientais, ao final do ano lhes renderão 2% equivalentes ao Índice de Qualidade do Meio Ambiente (IQM).

Próximo ao final da década de 2010, importantes políticas e programas foram implementadas

no Ceará, a exemplo da Política Estadual de Combate e Prevenção à Desertificação (Lei Estadual nº 14.198, de 05 de agosto de 2008); do Pacto das Águas, em 2009 (pioneiro no país, este compromisso pactuado com a sociedade traz metas e prazos a serem executados nas 11 bacias hidrográficas do Ceará (à época eram 11, hoje são 12) e do Programa de Ação Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAE/CE), lançado em agosto de 2010, durante a realização da 2ª Conferência Internacional: Clima, Sustentabilidade e Desenvolvimento em Regiões Semiáridas (ICID+18), com a participação de 6.072 pessoas de 76 países dos cinco continentes.

Em 2010, o Governador Cid Gomes foi reeleito para mais 4 anos. Uma nova década se iniciava. No mundo, no Brasil e no Ceará, a expectativa desta nova década apontava para desafios muito mais críticos considerando as mudanças climáticas e outras realidades extremamente sérias que precisariam de ser discutidas e equacionadas.

O Brasil, no final da década de 2010, já havia sido aceito para sediar a maior conferência mundial sobre meio ambiente, a Rio+20, no Rio de Janeiro. Mencionada conferência solicitou aos países que realizassem Relatório demonstrando os avanços obtidos nos 20 anos de intervalo entre 1992 e 2012 e

quais desafios a serem enfrentados para os próximos 20 anos. O Ceará, cumprindo seu “dever de casa”, preparou os relatórios considerando os avanços obtidos da Rio 92 até aquela presente data (passados 20 anos) e as lacunas que ainda deveriam ser preenchidas para que o território cearense continuasse na busca pelo desenvolvimento sustentável.

A ICID+18, realizada em agosto de 2010, foi uma das reuniões mundiais que antecederam e que influenciaram a pauta de discussões da Rio+20. O Ceará sempre de vanguarda, se colocando à frente de seu tempo, estimulando à sociedade civil a participar ativamente do processo de discussão e de encontrar soluções para os problemas emergentes, como a questão da desertificação e do combate à seca e mitigação dos seus efeitos.

Em todos esses momentos, em todas as políticas e programas, sem exceção, no Estado do Ceará, esteve presente o Prof. Renato Aragão (fosse enquanto representante da FIEC, como na Foto 8 em evento do INOVA 2010, fosse enquanto representante da sociedade civil, fosse enquanto dirigente); contribuindo de maneira decisiva e ativa sobre os assuntos dos quais ele domina. Durante os quatro anos do primeiro Governo Cid Gomes, o Prof. Renato Aragão esteve representando a sociedade civil junto ao Conpam.

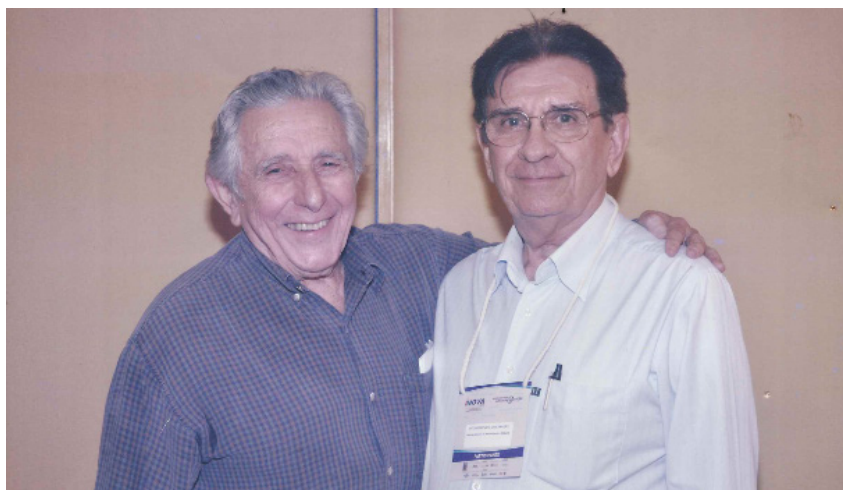


Foto 8 – Professor Renato Aragão e Professor Fernando Mendonça, fundador do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), na FIEC no INOVA 2010, em Fortaleza/CE. Em 2019, Dr. Fernando Mendonça recebeu o troféu Sereia de Ouro. Ceará, é possível se perceber que ele é uma pessoa

Fonte: Arquivo da FIEC.

ímpar que, com espírito de responsabilidade e solidariedade para com os seus contemporâneos e com as gerações futuras, muito cedo compreendeu a necessidade de se trabalhar pelo bem comum; capaz de empreender, nos momentos em que era chamado a atuar, as mudanças necessárias à orientação de curso da história, para o rumo do desenvolvimento que priorizasse a variável ambiental.

Referências

CABRAL, Nájila. ICMS Ecológico: a história do

Ceará: parte 1. **Tribuna do Ceará**. 31 ago. 2012. Disponível em: <<http://tribunadoceara.uol.com.br/blogs/blog-verde/meio-ambiente/icms-ecologico-a-historia-do-ceara-parte-1/>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

_____. Cenário atual do ODM 1: erradicar a pobreza e a fome. **Tribuna do Ceará**. 14 mar. 2013). Disponível em: <<http://tribunadoceara.uol.com.br/blogs/blog-verde/meio-ambiente/cenario-atual-do-odm-1-erradicar-a-extrema-pobreza-e-a-fome/>>. Acesso em: 10 dez. 2014=.

CAVALCANTE, Antônia Ervânia Souto Guerra. **Análise dos procedimentos do licenciamento ambiental no estado do Ceará**. Dissertação (Mestrado em Tecnologia e Gestão Ambiental) - IFCE, Fortaleza, 2013.

CEARÁ. Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente. **Relatório do Ceará**. Fortaleza, 2012. Disponível em: <<http://www.conpam.ce.gov.br/Relatorio%20do%20Ceara.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2012.

NOGUEIRA-NETO, Paulo. **Diário de Paulo Nogueira-Neto: uma trajetória ambientalista**. São Paulo: Empresa das Artes, 2010.

Capítulo 6

Do lado do Verde – Parque do Cocó

Uma das histórias mais interessantes do Ceará, com relação às questões ambientais, especificamente de sua capital, Fortaleza, é do Parque do Cocó. Existe ou não existe? É Parque, categoria de unidade de conservação, ou não é?

Para responder essas perguntas, é preciso retomar o passado e verificar a conjuntura daquela época, década de 1970, em que os movimentos sociais emergiam, como já comentado nos capítulos anteriores, com forte vertente de luta pela preservação do verde, da natureza.

A Sociedade Cearense de Defesa da Cultura e Meio Ambiente (SOCEMA), instituída em 1976, foi a protagonista da defesa de criação efetiva de um Parque, enquanto unidade de conservação, na área de 20 hectares, situada às margens do rio Cocó, em que a Prefeitura de Fortaleza havia instituído como de utilidade pública para fins de desapropriação, por meio do Decreto Municipal nº 4852, de 29 de março de 1977.

O que acontecia à época era o interesse do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) em implementar sua sede administrativa naquela área desapropriada pela Prefeitura. Portanto, algo ilegal. A luta, legítima, da sociedade civil organizada, tendo como protagonista a SOCEMA teve sua vitória quando o BNB recuou da sua intenção e quando os gestores públicos municipais atenderam ao dispositivo de proteger, por meio de um Parque, a área designada, desde seu início, para fins de utilidade pública.

Nottingham (2006) menciona que foi memorável a luta da SOCEMA na defesa da criação do Parque, no entorno do manguezal do Rio Cocó, em que ambientalistas tiveram importante conquista, que foi a criação do Parque Adahil Barreto.

As estratégias de combate à destruição do manguezal e da vegetação do entorno, segundo Nottingham (2006) iniciaram-se em agosto de 1977 e seguiram até abril de 1978, quando a Direção do Banco do Nordeste desistiu da construção de sua sede administrativa naquela área.

O Parque do Cocó, pelos quais os ambientalistas, nas décadas de 1970 e 1980, lutaram é o Parque Adahil Barreto, cuja denominação oficial se deu por intermédio do Decreto Municipal nº 5.754, de 11 de novembro de 1983. Na época, o chefe do poder executivo municipal era o Dr. Lúcio Alcântara,

reconhecido ambientalista, amigo do Prof. Renato Aragão e do Prof. Paulo Nogueira-Neto.

Os ambientalistas, notadamente protagonizados pela SOCEMA, continuaram seu fervoroso trabalho de promover a instituição de mais áreas protegidas na cidade de Fortaleza. O resultado dessa continuação de luta pela preservação das áreas marginais do rio Cocó se traduziu, anos mais tarde, na instituição da Área de Proteção Ambiental (APA) do Vale do Rio Cocó, na época da gestão municipal da Prefeita Maria Luiza Fontenele. Mencionada APA foi criada por meio do Decreto Municipal nº 7.302, de 29 de janeiro de 1986, publicado no Diário Oficial do Município (DOM) nº 8.313, em 30 de janeiro de 1986 (FORTALEZA, 1986).

Conforme o Decreto Municipal nº 7.302/1986 (Figura 21), a APA do Vale do rio Cocó é:

“o perímetro compreendido pela sua Bacia B2, cuja demarcação é a constante do Plano Diretor de Drenagem de Águas Pluviais da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), elaborado no ano de 1978 pela Autarquia da Região Metropolitana de Fortaleza – AUMEF” (Art. 1º, FORTALEZA, 1986).

DECRETO Nº 7.302, DE 29 DE JANEIRO DE 1986.

Declara de relevante interesse público, como Área de Proteção Ambiental, o Vale do Rio Cocó e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE FORTALEZA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50, incisos I, II e XX, da Lei nº 5.930, de 13 de dezembro de 1984 (Lei Orgânica do Município de Fortaleza), e com apoio nas Leis Federais nº 6.902, de 27 de abril de 1981, e nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

CONSIDERANDO que a proteção ambiental constitui fonte de educação da comunidade, em todos os níveis do ensino, além de fator indispensável à proteção da própria vida e dignidade humanas;

CONSIDERANDO o dever de a Administração Municipal promover a manutenção do equilíbrio ecológico, tendo o meio ambiente como um patrimônio público, de maneira a que o uso atenda, acima de tudo, o interesse coletivo;

CONSIDERANDO, por fim, que a racionalização do uso do solo, do subsolo, do ar e das águas do Vale do Rio Cocó, no trecho compreendido pela sua Bacia B2, não apenas se compatibiliza com esses princípios como se mostra imprescindível à preservação de todo o ecossistema do Município de Fortaleza.

DECRETA:

Art. 1º — É declarado de relevante interesse público, como Área de Proteção Ambiental — APA, subordinada ao que dispõem as Leis Federais nº 6.902, de 27 de abril de 1981, e nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e demais leis e regulamentos aplicáveis à espécie, o Vale do Rio Cocó, no perímetro compreendido pela sua Bacia B2, cuja demarcação é a constante do Plano Diretor de Drenagem de Águas Pluviais da Região Metropolitana de Fortaleza, elaborado no ano de 1978, pela Autarquia da Região Metropolitana de Fortaleza — AUMEF.

.....
.....
Maria Luiza Menezes Fontenele
Prefeita Municipal

Figura 21 – Decreto nº 7.302/1986, que cria a APA do Vale do Rio Cocó, em Fortaleza/Ceará.

Fonte: Arquivo pertencente ao Professor Renato Aragão.

Em termos de recursos hídricos (microbacias), e conforme o Plano Diretor de Drenagem de Águas Pluviais da RMF, estão inseridos na B2 - Rio Cocó: canal do Jardim América; riacho da Lagoa Palmirim; riacho do Açude Guarani; riacho do Açude Antônio da Costa; riacho do Açude Jangurussu; Açude Fernando Macedo; Lagoa do Gengibre/Grande; rio Coaçu; riacho da Lagoa do Gengibre/Grande; Lagoa do Palmirim/ Azul; Lagoa da Maria Vieira; Lagoa do Amor e Açude Jangurussu.

Mas, e a questão do Parque; o outro, o que denominam Parque Ecológico do Cocó? Aquele em que, no final de 2013, estudantes da capital cearense acamparam dentro de seus limites para impedir a construção de viadutos (quando da inauguração, em novembro de 2014, intitulados Viaduto Reitor Martins Filho e Viaduto Celina Queiróz), que minimizariam o caos do tráfego urbano em Fortaleza... esse não existe? Não é Parque?

O prof. Renato Aragão menciona a verdadeira história do que se chama hoje Parque Ecológico do Cocó, em artigo publicado no Jornal “O Povo” do dia 10 de novembro de 2001:

A ideia de se preservar o que é hoje chamado Parque do Cocó surgiu em 1989, em área urbana desocupada e bastante arborizada, nas proximidades da garagem da empresa Cialtra. Com

o arquiteto Marrocos Aragão discutimos como aproveitar aquele espaço em benefício da cidade. O arquiteto Marrocos idealizou a implantação de um jardim botânico, principalmente na área de propriedade da CAGECE. A ideia foi levada ao atual deputado Adolfo Marinho, então Secretário (Secretário de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente - SDU) e, por sua sugestão, em 05 de outubro de 1989, o Governador Tasso Jereissati assinou o Decreto Estadual nº 20.253, que declarava de interesse social para fins de desapropriação as áreas ao longo do rio Cocó, situadas no município de Fortaleza. (ARAGÃO, 2001).

Ressalta-se que em 1989, o Prof. Renato Araújo era Superintendente da SEMACE, vinculada à SDU, quando da assinatura do Decreto Estadual nº 20.253/1989. Vale lembrar, também, que o posicionamento do Prof. Renato Aragão sempre foi em prol da proteção do meio ambiente estando ao lado da SOCEMA como um de seus membros fundadores, inclusive com o Dr. Joaquim Feitosa.

Parte da área onde hoje está o Parque Ecológico do Cocó era de propriedade de particulares. O decreto de desapropriação deu início a uma longa disputa judicial. Dessa maneira, teve-se historicamente o conflito instituído: de um lado os proprietários que se negavam a aceitar, pacifica-

mente, a desapropriação e do outro o poder público estadual que, na intenção de atender de alguma maneira os anseios da sociedade, tentava transferir o bem imóvel para o domínio público e, após, criar um Parque, unidade de conservação de proteção integral.

O prof. Renato Aragão mencionava, em 2001, que:

[...] legalmente não existe Parque do Cocó. Aliás, sempre achei que não havia muita lógica em se criar um Parque, ao longo de um rio, já que as matas ciliares e o manguezal são de preservação permanente, o que independe de quem seja o proprietário; já que estão protegidas por lei federal – Código Florestal. Neste caso, ficou claro que não há Parque do Cocó. Há, sim, a APA do Cocó criada pela Prefeitura, e jamais assumida. A população de Fortaleza deve cobrar a execução deste decreto e assim salvar o Cocó.

Cabral (2013) traz informação, de 2011, sobre a APA do Vale do Rio Cocó:

[...] em documento de 2011, intitulado Programa de Transporte Urbano de Fortaleza, da SEINF (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura), consta a licitação de consultoria para elaboração de plano de manejo da APA do Vale do Rio Cocó. Mencionado projeto é parcialmente

financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com recursos do Contrato de Empréstimo n. 1572/OC-BR. (CABRAL, 2013).

Cabral (2013) comenta ainda que no Diário Oficial do Município, de 06 de março de 2013, o de nº 14.990, traz na página 07, a Solicitação para Apresentação de Manifestação de Interesse, concernente aos serviços técnicos especializados de Consultoria Ambiental para elaboração do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) do Vale do Rio Cocó, relativo aos recursos do Contrato de Empréstimo nº 1572/OC-BR do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); devendo os interessados se manifestar até 28 de março de 2013.

A Prefeitura de Fortaleza, após mais de 28 anos da criação da APA do Vale do Rio Cocó, estabeleceu o passo inicial do importante documento denominado Plano de Manejo em que devem constar as ações possíveis para a área protegida, considerando a necessária manutenção da qualidade ambiental, em horizonte temporal.

Em 4 de junho de 2017, o Decreto Estadual nº 32.248 criou o Parque Estadual do Cocó, unidade de conservação de proteção integral, localizado nos municípios de Fortaleza, Maracanaú, Pacatuba e Itaitinga, no Estado do Ceará. O Parque Estadual do

Cocó tem os objetivos de preservar a integridade dos ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica; preservar as espécies de fauna e flora endêmicas da região em face de sua importância e fragilidade; assegurar o aproveitamento sustentável dos recursos naturais e da diversidade biológica da área e promover a educação ambiental da comunidade de entorno propiciando sua sensibilização (CEARÁ, 2017). O Prof. Renato Aragão recebeu a comenda “Amigos do Cocó”, no dia 4 de junho de 2017, por ocasião da solenidade oficial da instituição do Parque Ecológico do Cocó.

Percebe-se, considerando toda a história de luta, que o meio ambiente é um palco de conflito de interesses; muitas vezes os interesses são individuais; pois estamos inseridos em um modo de produção capitalista, cujas características primordiais são: propriedade privada, lucro no menor espaço de tempo, aumento da produção e do consumo.

Neste cenário, cabe ao poder público (em suas três esferas: municipal, estadual e federal) estabelecer a gestão dos conflitos, estabelecer a racionalidade ambiental e por meio dos mecanismos, legítimos e legais dispostos nas diversas políticas públicas, garantir o bem comum (meio ambiente) e, sobretudo, a qualidade desse bem comum.

A reflexão desse conflito de interesses na esfera ambiental passa, ainda, pela dificuldade em garantir os direitos coletivos (meio ambiente) e de se promover a proteção do patrimônio natural e o uso sustentável dos recursos naturais para todos neste espaço-tempo, indistintamente, considerando, também, as gerações futuras.

Ter a certeza de que, de alguma maneira, a providência divina colocou no cenário político, ao longo das décadas de 1970 e 1980, pessoas comprometidas com a ética da sustentabilidade, como o Prof. Renato Aragão, num cenário cearense e nacional, e o Prof. Paulo Nogueira-Neto, num cenário nacional e internacional; isso nos dá tranquilidade para afirmar que temos, hoje, no Brasil e no Ceará, uma política de equidade diferenciada; que pode não ser a ideal; mas é a factível, resultante de uma bonita trajetória de vida dessas pessoas que fizeram a História.

Referências

ARAGÃO, Antônio Renato Lima. Quem salva o Parque do Cocó? **O Povo**, Fortaleza, 10 nov. 2001. No olhar – Opinião. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/opovo/opiniaio/69841.html>>. Acesso em 20 nov. 2014.

CABRAL, Nájila. Parque do Cocó ou APA do Vale do Rio Cocó? **Tribuna do Ceará**, 2 abr. 2013. Disponível em: <<http://www.tribunadoceara.uol.com.br/blogs/blog-verde/meio-ambiente/parque-do-coco-ou-apa-do-vale-do-rio-coco-parte-2-final/>>. Acesso em 20 nov. 2014.

CEARÁ. Decreto nº 32.248, de 07 de junho de 2017. Dispõe sobre a criação da unidade de conservação estadual do grupo de proteção integral denominada Parque Estadual do Cocó. **Diário Oficial do Estado**. Fortaleza, 8 jun. 2017.

FORTALEZA. Decreto Municipal nº 7.302, de 29 de janeiro de 1986. Declara de relevante interesse público, a Área de Proteção Ambiental do Vale do Rio Cocó, e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**. Fortaleza, 1986.

NOTTINGHAM, Patrícia Carvalho. **Tempos Verdes em Fortaleza**: experiências do movimento ambientalista (1976-1992). 2006. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

Capítulo 7

Década de 2010: manutenção da qualidade do meio ambiente e promover o desenvolvimento: desafio contínuo e primordial

Na presente década, que se iniciou em 2010, é possível constatar os avanços do Estado do Ceará em matéria ambiental, uma vez que na história da prática política as questões ambientais não foram esquecidas; pode ser que estas não tenham sido prioridade absoluta, mas foram consideradas no processo de tomada de decisão em muitos momentos.

Dados do Relatório do Ceará (CEARÁ, 2012) mostram esses avanços com relação, por exemplo, à redução da pobreza que se constitui em um dos mais importantes desafios postos para o mundo (prioritariamente para os países em desenvolvimento) desde a Conferência de Estocolmo até a Conferência do Clima, a Conferência das Partes 20 (COP 20), realizada no período de 01^o a 13 de dezembro de 2014.

Medeiros e Pinho Neto (2011) destacam três resultados da análise realizada nos municípios cearenses quanto à redução da pobreza e da miséria

no Estado:

- 1) existem grandes disparidades municipais relacionadas à miséria;
- 2) há uma dependência espacial no tocante à proporção de pessoas em situação de extrema pobreza, ou seja, municípios com altas taxas de miséria são cercados por municípios com altos valores desse índice e municípios com baixas taxas encontram-se circunvizinhos a outros municípios na mesma situação;
- 3) os modelos econométricos evidenciaram que variações positivas na renda per capita, na infraestrutura domiciliar e no nível de empregos formais tendem a resultar em variações negativas na taxa de extrema pobreza, enquanto que variações positivas da taxa de analfabetismo e da taxa de dependência podem aumentar o contingente populacional de miseráveis dos municípios.

Outra informação, em relação aos resíduos sólidos, importante e que deve ser registrada: no Estado do Ceará, em 2012, todos os 184 municípios possuíam seus Planos de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos Urbanos (PGIRSU); cumprindo

os dispositivos legais da Política Estadual de Resíduos Sólidos (que datava de 2001, revogada pela atual legislação de resíduos sólidos, de 2016) e da Política Nacional de Resíduos Sólidos, de 2010 (CEARÁ, 2012). Ceará (2012) afirma ainda que o cumprimento deste dispositivo legal pela totalidade dos municípios cearenses tem relação direta com o atrelamento da redistribuição de parcela do ICMS com a variável ‘resíduos sólidos’, atendendo ao denominado Índice de Qualidade do Meio Ambiente (IQM).

No segundo período do Governador Cid Gomes (2011-2014) foi instituída a Política Estadual de Educação Ambiental (Lei Estadual nº 14.892, de 31 de março de 2011), regulamentada pelo Decreto Estadual nº 31.405, de 27 de janeiro de 2014. Esse importante instrumento de gestão e política ambiental, a partir dessa legislação, teve seu marco legal. Mas, é relevante mencionar que, mesmo antes da existência dessa política estadual, o Ceará tem realizado de maneira continuada a Educação Ambiental em todo o Estado, sendo esta uma das prioridades desde a década de 1980, quando da instituição da Política Estadual do Meio Ambiente, tendo estado o Prof. Renato Aragão sempre à frente desses desafios.

Em 2011, foi publicado o Pacto do Semiárido, pela Assembleia Legislativa do Ceará, sendo o Prof. Renato Aragão um dos seus contribuintes, enquanto representante da FIEC.

Com seu protagonismo, em 2011, o Prof. Renato Aragão propôs ao COEMA, na qualidade de representante da FIEC em mencionado Conselho, que analisasse a possibilidade de ampliação dos prazos das licenças ambientais emitidos pela SEMACE, que até então eram anuais. Em maio de 2011, formou-se a Câmara Técnica com Conselheiros representantes das seguintes instituições: FIEC (coordenadoria), IAB (relatoria), OAB, APRECE, ONG Germinare, SEMACE, Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará (FAEC), IBAMA e Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico (CEDE). Na 202^a Reunião do COEMA, a proposta apresentada pela Câmara Técnica foi aprovada.

Em junho de 2012, aconteceu, no Rio de Janeiro, a mais importante reunião mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento, a Rio+20, quando, no seu documento final intitulado “O Futuro que queremos”, foram desenhados os desafios para as próximas duas décadas.

O Ceará participou ativamente de todo o processo, promovendo discussões com a sociedade

civil, com a Academia, com o Terceiro Setor e com o poder público, no sentido de enviar à Conferência as sugestões mais próximas da nossa realidade. O Ceará protagonizou a discussão do Bioma Caatinga para os Estados da Região Nordeste mais o Estado de Minas Gerais, denominado “A Caatinga na Rio+20” (capiteado pela Assembleia Legislativa e pelo Banco do Nordeste), tendo em todo esse trajeto a participação ativa do prof. Renato Aragão em todos os fóruns e encontros de discussão.

Em 2013, iniciou-se no Estado a necessária revisão da Política Estadual de Resíduos Sólidos, uma vez que após a instituição, em 2010, da Política Nacional de Resíduos Sólidos, alguns artigos e incisos deveriam ser readequados. Neste cenário, esteve presente o Prof. Renato Aragão sempre apresentando suas sugestões com abordagem que favorecesse a proteção ao meio ambiente.

No final de 2014, venceu a disputa do governo do Estado o então Deputado Estadual Camilo Santana. Em novembro de 2014, o candidato eleito promoveu no Centro de Eventos do Ceará a discussão de seu Plano de Governo (2015-2018) estando presente o Prof. Renato Aragão, no propósito de contribuir, mais uma vez, e incansavelmente, para o processo de formação de política pública no Estado que incorporasse o viés ambiental.

Na pauta de discussões importantes projetos de intervenção hídrica, necessários para a manutenção do abastecimento e distribuição de água para o Estado: a exemplo do Cinturão das Águas.

Um novo governador de Estado assumiu o Ceará em 2015 e, consoante o que havia sido discutido pela sociedade civil em seu plano de governo, o Governador Camilo Santana alterou o arranjo institucional do Sistema Estadual de Meio Ambiente, com a extinção do Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente (Conpam) e a criação da Secretaria de Meio Ambiente (Sema), por meio da Lei Estadual nº 15.733, de 10 de março de 2015. A SEMACE, a partir de então, passou a ser vinculada da Sema, tendo por finalidade as seguintes atividades de gestão: licenciamento ambiental, monitoramento e fiscalização. A formulação de política ambiental, bem como a execução dos demais instrumentos de gestão, a exemplo da educação ambiental, de proteção de biodiversidade, da criação e gestão de unidades de conservação, dentre outros, ficaram a cargo da Sema, comandada desde o seu início até a presente data pelo Professor Artur Bruno.

O ano de 2015, em termos internacionais, representou um importante marco com relação à agenda de desenvolvimento, pois citado ano era a data limite para a consecução dos Objetivos do

Desenvolvimento do Milênio (ODM). A partir de setembro de 2015, Cabral (2018) informa que novo compromisso foi firmando estabelecendo-se a Agenda de Desenvolvimento Sustentável de 2010, com 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas.

O Prof. Renato Aragão recebeu, em 30 de outubro de 2015, o título de Personalidade Ambiental 2015 na entrega do Prêmio O Estado Verde de Responsabilidade Ambiental (Foto 9), em virtude da sua importância estratégica, à frente da Gerência do Núcleo de Meio Ambiente da FIEC, em conectar os aspectos ambientais ao setor industrial.



Foto 9 – Professor Renato Aragão na entrega do Prêmio O Estado Verde de Responsabilidade Ambiental, outubro de 2015, em Fortaleza/CE
Fonte: Arquivo da FIEC.

O Prof. Renato Aragão, incansável na tentativa de alinhamento entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental, como representante da FIEC junto ao Conselho Estadual de Meio Ambiente, sempre demonstrou que a opinião do setor industrial também é importante nas discussões das questões ambientais. Em 4 de fevereiro de 2016, na 239^a Reunião Ordinária do COEMA, os conselheiros aprovaram a Resolução COEMA no 1, que definia impacto ambiental local e regulamentava o cumprimento ao disposto no art. 9º da Lei Complementar no 140, de 8 de dezembro de 2011. A referida Resolução COEMA estabelecia critérios à implementação da descentralização da gestão ambiental, com foco no licenciamento, controle, monitoramento e fiscalização das atividades de impacto ambiental local. A Resolução COEMA nº 7, de 12 de setembro de 2019, revogou a Resolução COEMA nº 1/2016, trouxe conceitos, critérios e classificações de porte e de Potencial Poluidor Degradador (PPD) de atividades humanas.

Em 19 maio de 2016, o Professor Renato Aragão foi homenageado na Semana de Biodiversidade 2019, da Sema, tendo seu nome na Biblioteca do Parque Botânico do Ceará; unidade de conservação a qual foi idealizador. No dia 13 de novembro de 2016, por ocasião das festividades de 20 anos da

criação do Parque Botânico do Ceará, o Prof. Renato Aragão recebeu mais uma merecida homenagem da Secretaria de Meio Ambiente (Sema), pela dedicação a sua implantação.

Em 2016, são estabelecidas importantes políticas afeitas à área ambiental, a exemplo da Política Estadual de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Ceará, por meio da Lei Complementar nº 162, de 20 de junho de 2016, e da Política de Reúso de Água não Potável, por meio da Lei nº 16.033, de 20 de junho de 2016. Na mesma data, a Lei nº 16.032 estabeleceu a nova Política Estadual de Resíduos Sólidos, revogando a anterior (Lei nº 13.103, de 24 de janeiro de 2011). Como gerente do Núcleo de Meio Ambiente, da FIEC, o Prof. Renato Aragão sempre promoveu o aprimoramento da gestão ambiental nas organizações, incluindo o cumprimento das obrigações ambientais presentes nas diferentes legislações.

Em reconhecimento ao seu trabalho na FIEC e por sua destacada atuação na área ambiental, o Prof. Renato Aragão recebeu, no dia 29 de novembro de 2016, em São Paulo, a Medalha Chico Mendes, entregue pelo Instituto Internacional de Pesquisa e Responsabilidade Socioambiental Chico Mendes (Foto 10).



Foto 10 – Professor Renato Aragão na entrega da Medalha Chico Mendes, novembro de 2016, em São Paulo/SP.

Fonte: Arquivo da FIEC.

O comprometimento e a sensibilidade do Prof. Renato Aragão com as futuras gerações podem, ainda, serem observados no seu desempenho junto a planejamentos estratégicos que têm interveniência direta na implementação de práticas mais sustentáveis, a exemplo de sua participação nas Rotas Estratégicas Setoriais, especificamente a de Meio Ambiente, publicada em 2017. Em sua visão de futuro, do Ceará ser referência no Nordeste no uso sustentável dos recursos ambientais, em convivência harmônica com o meio ambiente e em gestão ambiental industrial, orientada ao desenvolvimento sustentável, a Rota Estratégica Setorial estabeleceu 340 ações a serem implementadas no curto (2017-2018), no médio (2019-2021) e no longo prazo

(2022-2025).

Em 25 de fevereiro de 2019, o Brasil ficou órfão do Prof. Paulo Nogueira-Neto. Não há palavras para descrever o sentimento de perda desse ilustre homem, pois o Professor Renato Aragão perdeu seu amigo, seu companheiro de lutas em favor da conservação dos recursos ambientais. Aos 96 anos, o Prof. Paulo Nogueira-Neto deixou para sempre sua impressão digital marcada na política ambiental brasileira. Em 27 de fevereiro de 1987, o Dr. Paulo escreveu em seu diário:

Esse mundo novo e sustentado será o resultado, a meu ver, do efetivo cumprimento do mandamento do amor ao próximo, por todos os povos, culturas e religiões. Levará algum tempo, mas chegaremos lá. (Paulo Nogueira-Neto, 2010).

O Prof. Renato Aragão pôs em prática, durante toda a sua vida profissional, as premissas do desenvolvimento sustentável, a saber: prudência ecológica, viabilidade econômica e equidade social. Nos últimos tempos, dedicou-se com mais afinco a auxiliar na necessária readequação da regulamentação ambiental para os procedimentos, critérios, parâmetros e custos aplicados aos processos de licenciamento ambiental no âmbito do Estado do Ceará, valendo-se do seu conhecimento e de sua

posição como conselheiro do COEMA para integrar grupo de trabalho de discussão ampla com técnicos e sociedade civil na elaboração da Resolução COEMA nº 2/2019. A Resolução COEMA nº 2, de 11 de abril de 2019, disciplinou critérios parâmetros e custos operacionais de concessão de licença/autorização e de análise de estudos ambientais, referentes ao licenciamento ambiental de obras e de atividades modificadoras do meio ambiente no Estado do Ceará (Foto 11). Esta resolução trouxe a inovação da Licença Ambiental por Adesão e Compromisso (LAC), a qual, durante o processo de discussão com a sociedade civil, gerou bastante polêmica, notadamente pela preocupação com a demasiada flexibilização do processo de licenciamento ambiental. No entanto, há de perceber que as regulamentações ambientais, ao longo do tempo, devem atender o reconhecimento da necessidade de se caminhar na direção da sustentabilidade sem perder o importante aspecto do desenvolvimento econômico e da justa distribuição de bônus à sociedade presente e futura.



Foto 11 – Professor Artur Bruno, Secretário de Meio Ambiente do Ceará, Dr. Ricardo Cavalcante, Sr. Carlos Alberto, Superintendente da SEMACE, e Professor Renato Aragão, no evento “SEMACE em cena: modernização do Licenciamento Ambiental do Ceará”, em 24 de julho de 2019, na FIEC.

Fonte: Arquivo da FIEC.

No ano de 2019, em 13 de junho, o Prof. Renato Aragão recebeu mais uma justa homenagem, durante a Exporecicla 2019, evento promovido pelo Sindiverde, filiado à FIEC, no qual recebeu o Troféu Mérito Ambiental. Outros homenageados também receberam a comenda no ano de 2019, a saber: Jurandir Picanço, Alcir Porto, Carlos Martins, Fernando Cirino Gurgel e Rosemiro Gonçalves.

O Prof. Renato Aragão, na posição de Gerente do Núcleo de Meio Ambiente (NUMA), da FIEC, participa como representante desta instituição em diferentes conselhos, câmaras e grupos de trabalho.

A seguir, está a relação de diversos colegiados, de ordem governamental, dos quais participa ativamente em âmbito estadual:

- Conselho Estadual do Meio Ambiente (COEMA);
- Conselho de recursos Hídricos do Ceará (CONERH);
- Câmara Técnica de Outorga;
- Câmara Técnica de Classificação de Efluente;
- Comitê de Bacia Hidrográfica da Região Metropolitana de Fortaleza (CBH/RMF);
- Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CTAS);
- Grupo de Trabalho de Águas Envasadas;
- Comissão Técnica Estadual do Projeto Orla e Certificação Praia Limpa;
- Fórum Estadual de Mudanças Climáticas, de Biodiversidade e de Combate à Desertificação;
- Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Caatinga;
- Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado do Ceará (CIEA);
- Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Reciclagem de Resíduos Sólidos Industriais;
- Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do

Setor Mineral;

- Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Carnaúba; e
- Grupo de Trabalho Meio Ambiente (no âmbito da Câmara Setorial de Energias Renováveis do Estado do Ceará).
- Em âmbito local, do município de Fortaleza, o Prof. Renato Aragão atua nos seguintes colegiados:
 - Conselho Municipal de Meio Ambiente de Fortaleza (COMAM);
 - Fórum da Agenda 21 do Município de Fortaleza;
 - Fórum Permanente para Requalificação da Praia do Futuro;
 - Fórum de Mudanças Climáticas de Fortaleza (FORCLIMA).

Além de sua participação em colegiados governamentais, o Prof. Renato Aragão atua em instâncias colegiadas de âmbito não governamental, a saber:

- Conselho Temático de Meio Ambiente e Sustentabilidade da Confederação Nacional da Indústria (COEMAS/CNI);
- Conselho Regional de Meio Ambiente da CNI (Nordeste);
- Rede de Recursos Hídricos da Indústria;

- Rede de Resíduos da Indústria;
- Rede Clima da Indústria Brasileira; e
- Conselho Temático de Meio Ambiente da FIEC – COTEMA.

A participação da sociedade civil no processo de tomada de decisão se constitui em um dos princípios estabelecidos na Declaração de Estocolmo, em 1972, e na Declaração do Rio, em 1992. Esse princípio está, também, instituído na política ambiental brasileira. A presença do Prof. Renato Aragão em colegiados agrega ao conjunto do debate a colaboração de um profissional cômico de seu dever para com a proteção dos recursos ambientais e para com a necessidade de desenvolvimento econômico. Cabe observar que a sociedade é composta por diferentes atores sociais, cada um deles com sua importância dentro das relações sociais e da natureza na promoção do desenvolvimento sustentável.

As instâncias colegiadas são uma condição imprescindível à abordagem integrada que o cenário de sustentabilidade requer, pois pressupõe o respeito ao ser humano, em suas diferentes atuações sociais, e o respeito ao debate plural para a implementação de políticas públicas e de uma gestão ambiental eficiente, eficaz e efetiva.

Este livro procurou fazer uma retrospectiva dos fatos históricos ambientais e a correlação da atuação profissional do Prof. Renato Aragão, considerando as questões de água, áreas protegidas, implementação de políticas e de regulamentos, estruturação organizacional de gestão ambiental, conservação de biodiversidade, educação ambiental, dentre tantas questões, as quais o Prof. Renato se dedicou com afincos, amor e apreço ao longo de sua vida. Os cearenses que nasceram nesta década (2010) vão apenas ouvir falar de um tempo remoto em que eram muitos (milhares) os cearenses que migravam de suas terras, por falta d'água e com fome, em busca de oportunidades de conservação de sua vida. Não que hoje não existam migrações ou que não haja escassez hídrica; mas temos uma realidade melhor do que há quarenta, cinquenta anos, indubitavelmente.

As medidas adotadas pelo Ceará não resolveram os problemas ambientais, eles continuam a existir, pois persiste o clima semiárido; estamos em um período crítico da História da Humanidade, com relação às mudanças climáticas e tudo isso afeta, sobremaneira, a forma como o clima e os recursos naturais se comportam diante das atividades humanas, dentro do modo de produção capitalismo em que estamos inseridos.

Para piorar ainda mais a situação, existe no imaginário coletivo de que é dever do outro cuidar e proteger o meio ambiente e um direito seu usufruir dos recursos naturais para o seu bel prazer. E não é verdade! Cada um traga para si o peso de sua responsabilidade diante desse mundo que nos suporta. Cada um que seja capaz de alterar seu percurso e escrever uma história pessoal que se aproxime, ao máximo, dos desafios de manutenção da qualidade ambiental.

Olhar para trás e encontrar na história do Ceará e do Brasil pessoas como o Prof. Renato Aragão que fizeram desse desafio seu modo de vida, ultrapassa a compreensão do óbvio, pois nem todas as pessoas têm o compromisso e o desprendimento demonstrado por ele ao longo de sua trajetória de vida.

A contribuição do Prof. Renato Aragão não se encerra nesta edição. Este livro serve apenas como reflexão para esta e para as futuras gerações sobre as questões ambientais do Estado do Ceará, para que os novos cearenses se espelhem nos bons exemplos e possam construir um lugar mais equilibrado e justo para todos.

Referências

CABRAL, Nájila Rejanne Alencar Julião. **Professor Suetônio Mota: pioneirismo e legado ambiental para o Brasil**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2018.

CEARÁ. Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente. **Relatório do Ceará**. Fortaleza, 2012. Disponível em: <<http://www.conpam.ce.gov.br/Relatorio%20do%20Ceara.pdf>>. Acesso em 05 jan. 2012.

NOGUEIRA-NETO, Paulo. **Diário de Paulo Nogueira-Neto: uma trajetória ambientalista**. São Paulo: Empresa das Artes, 2010.

MEDEIROS, Cleyber Nascimento de; PINHO NETO, Valdemar Rodrigues. **Os determinantes espaciais da extrema pobreza no estado do Ceará: 2010**. Fortaleza: IPECE, 2011. (Textos para Discussão, n. 97).

Capítulo 8

Esse capítulo traz alguns depoimentos de pessoas que conviveram e que trabalharam com o Prof. Renato Aragão, os quais gentilmente autorizaram a sua publicação nessa edição como homenagem a sua pessoa.

Falar do Professor Renato Aragão é falar de um cidadão obstinado, preocupado com o próximo, com nosso presente, com nosso futuro. Conservacionista, defensor do meio ambiente, Renato Aragão é exemplo de luta por nossos recursos naturais.

Com sua atuação na área, o geógrafo de formação passou a ser referência no Estado quando o assunto era a natureza e os desafios da convivência com o desenvolvimento.

O primeiro superintendente da SEMACE, Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Ceará, liderou a criação de várias Áreas de Proteção

Ambiental em nosso Estado, além de Parques, do Corredor Ecológico do Rio Pacoti e da Estação Ecológica do Pecém.

Falar de Renato Aragão é também falar da coordenação do Núcleo de Meio Ambiente da FIEC, mais uma importante vitória em sua carreira marcada pelo ideal da defesa do meio ambiente.

Esta obra relata um pouco da história, da luta e dos desafios enfrentados por meu amigo Renato Aragão. Tenho muita honra de, aqui, deixar meu testemunho de profunda admiração. Para quem o conhece, diante de tanta determinação, durante toda vida, na luta pela preservação da natureza, temos ainda muito o que escrever para tentar retratar a magnitude de seu trabalho.

José Ricardo Montenegro Cavalcante

Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Ceará

A trajetória do ambientalista Antônio Renato Lima Aragão está ligada à história da luta pela preservação do meio ambiente no Ceará. Desde a década de 1960, quando poucos “militavam” na área, Renato Aragão, como gosta de ser chamado, já atuava fortemente em defesa dos territórios verdes do Estado. O geógrafo e ex-professor da Universidade Estadual do Ceará (UECE), nascido em Ibiapaba, além de ser o grande responsável pela elaboração da proposta de criação da Política Estadual do Meio Ambiente (1987), foi o primeiro titular da Superintendência Estadual do Meio Ambiente (SEMACE).

Quando o tema é unidade de conservação (UC), o nome de Aragão também aparece com destaque. Seja na Serra do Pacoti, seja na Caatinga ou na zona costeira, a iniciativa ou o incentivo para a criação de inúmeras áreas protegidas no nosso Estado, partia de Aragão. Além do Parque Estadual Botânico, ele está por trás da criação da Área de Proteção Ambiental (APA) do Lagamar do Cauípe, em Caucaia; Estação Ecológica do Pecém, nos municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante; Parque Estadual Marinho Pedra da Risca do Meio, em Fortaleza; APA do Pecém, no município de São Gonçalo do Amarante; APA do Estuário do Rio Mundaú, nos municípios de Itapipoca e Trairi; APA das Dunas da Lagoinha, em Paraipaba e o Corredor

Ecológico do Rio Pacoti, nos municípios de Aquiraz, Itaitinga, Pacatuba, Horizonte, Pacajus, Acarape e Redenção.

Em 2015, Renato Aragão foi agraciado com o Prêmio Ambientalista Joaquim Feitosa. O nome dele foi escolhido pelo trabalho estratégico de conectar o setor industrial à questão da responsabilidade ambiental. Justo reconhecimento! Para muitos, Renato Aragão é o grande consultor informal da área de meio ambiente, no Ceará. Quem não busca a orientação dele?

Vou mais além: ele é um dos responsáveis pela construção e modernização da legislação ambiental do Ceará, haja vista ser o mais antigo membro do Conselho Estadual de Meio Ambiente (COEMA) e nunca ter faltado a uma reunião do colegiado.

Artur José Vieira Bruno

Secretário da Secretaria Estadual de Meio Ambiente/CE

Mantenho com o meu amigo Renato Aragão relação de carinho e afeto que se aliam ao respeito e o reconhecimento por sua capacidade profissional. Ligação que vem de algum tempo, desde quando era proprietário da Agripec. Naquela época, Renato, como especialista na área de meio ambiente, nos ajudou com seu conhecimento, orientando e tirando dúvidas sobre a legislação, permitindo a Agripec chegar onde chegou adotando padrões de qualidade internacionais.

Por essa proximidade surgida no tempo da Agripec, senti-me presenteado quando ao assumir a presidência da FIEC, o encontrei coordenando a área ambiental. Ali, exercendo aquela função, vem dando contribuição valiosíssima à indústria cearense, através de trabalho metuculoso e determinado de acompanhamento das nossas demandas, realizando verdadeiro trabalho de formiguinha.

Destaco como de suas características fundamentais a sempre prestimosa disposição em ajudar, colocando em primeiro lugar o desejo de orientar. Essa atenção me fez dele um admirador que se tornou amigo, pois Renato é daquelas pessoas que usam o conhecimento para o bem, jamais se valendo disso para exercitar a soberba.

Saber entender a necessidade da disseminação do conhecimento como instrumento de melhoria

da sociedade é uma forma de sabedoria. E Renato sabe muito bem disso. Tanto que nunca se valeu da biografia para vangloriar-se de seus feitos, nem se mostrar superior a ninguém. O seu currículo exemplar é a prova disso.

Professor da UECE, foi o primeiro Superintendente da SEMACE e o responsável pela elaboração da proposta de criação da Política Estadual do Meio Ambiente. Também coube a ele a criação de diversas Áreas de Proteção Ambiental no Ceará. Mas quem o conhece de perto sabe que ele gosta de se definir mesmo é como um humilde professor.

O resultado do esforço na FIEC pôde ser sentido no respeito angariado pela Federação com relação a questão ambiental, passando a ter atuação constante em fóruns e discussões que nos dizem respeito. Partiu dele também a criação do Prêmio FIEC por Desempenho Ambiental, com a intenção de disseminar a divulgação de ações da indústria nesse campo.

Renato, por sua valorosa trajetória profissional, é mais do que merecedor dessa obra que já está em sua segunda edição e imagino que ainda não se esgota pela quantidade de feitos em prol do meio ambiente e do Ceará.

De minha parte, agradeço pela colaboração quando proprietário da Agripec e mais recente-

mente na FIEC, mas principalmente por continuar privando de sua amizade e companheirismo.

Jorge Alberto Vieira Studart Gomes

Ex-Presidente da Federação das Indústrias
do Estado do Ceará (2014-2019)
Presidente do Grupo BSPAR

Renato,

Você é uma pessoa diferenciada. Tive a oportunidade de contar com a sua colaboração, quando eu estive à frente da Presidência da FIEC, que foi de 1992 a 1999. Você, amigo, sempre se destacou pela pessoa que você é, pela sua competência, pela sua seriedade, credibilidade, comprometimento e por sua humildade.

Ninguém imagina o tamanho do seu conhecimento. São poucas as pessoas que têm, realmente, a percepção do quanto você domina essa área em que você atua, com tanto amor, com tanta dedicação.

Amigo, o meio ambiente do Estado do Ceará tem que agradecer-lo, permanentemente. Você vai deixar um legado de um valor que fica difícil de se aferido, por conta da sua visão, de como você consegue coordenar para que as coisas aconteçam sem que isso comprometa o meio em que vivemos.

Você possui um conhecimento privilegiado. A sua competência, a sua maneira de fazer com que as coisas aconteçam, sem atropelar nada, sem ser por vias tortuosas; isso faz com que eu te veja como uma pessoa altamente diferenciada. Meu amigo, onde você está, as pessoas o reverenciam, principalmente aqueles que o conhecem, pois sabem a pessoa que você é e o conhecimento que você tem.

Amigo Renato, eu desejo que você continue, ainda, por muito tempo dando essa contribuição magnífica que você tem dado, na FIEC, nessa área ambiental. Que as pessoas que te rodeiam tirem o proveito disso! Realmente, você é um exemplo a ser seguido.

Acho que as pessoas que conseguem desfrutar do seu convívio são pessoas privilegiadas. Acima de tudo, Renato, eu o considero aquele amigo sincero, honesto, uma amizade sincera. Você consegue reunir todos esses predicados que acabei de relatar.

Vamos em frente, Renato. Tem muita coisa a ser feita, ainda. O desconhecimento na área ambiental é muito grande e você tem muito a colaborar. Tem colaborado bastante e tem muito, ainda, a colaborar. Conte comigo para o que você precisar. Eu tenho contado sempre com você e nunca você falhou, sempre foi uma pessoa disponível.

A nossa FIEC, o nosso setor produtivo e a sociedade cearense muito te deve. Você é um grande credor da sociedade cearense.

Um abraço do coração, do amigo,

Fernando Cirino Gurgel

Presidente do Grupo FCGPar
Ex-Presidente da Federação das Indústrias do Estado
do Ceará (1992-1999)

Apesar de as décadas de 1960 e 1970 terem sido marcadas pelo despertar mundial para a insustentabilidade do nosso modelo de desenvolvimento, a questão ambiental ainda não estava sendo discutida/abordada nas disciplinas ministradas nos cursos de engenharia.

Formada em Engenharia Química em 1975, iniciei minha vida profissional em 1976, integrando a equipe técnica do Laboratório de Análises de Princípio Ativo e de Resíduos de Pesticidas em Alimentos, onde era responsável pela área de análises de resíduos. O laboratório operava no Departamento de Recursos Naturais (DRN), da antiga Superintendência do Desenvolvimento do Estado do Ceará (SUDEC), sob a direção do Dr. Renato Aragão.

Foi o primeiro alerta para uma realidade até então pouco conhecida por mim: os impactos dos resíduos de pesticidas no meio ambiente. O treinamento adquirido para trabalhos de laboratório, através de cursos e estágios, naquela época, nos principais centros de referência do Brasil, contou sempre com o total apoio e incentivo do nosso diretor.

Com seu olhar nato de percepção da “Primavera Silenciosa” e dos “Limites do Crescimento”, o Dr. Renato sempre encontrava uma maneira de divulgar

os resultados dos estudos realizados pela sua equipe. Na área de resíduos de pesticidas em alimentos, tivemos, por iniciativa dele, um trabalho divulgado em caderno especial do jornal O Povo, com ênfase nos impactos do uso de agrotóxicos.

Infelizmente, por questões políticas, nosso laboratório não teve continuidade. Em meados da década de 1980, as atividades foram encerradas.

No final da década de 1990, sentindo a demanda da SEMACE por reais conhecimentos específicos, parti para outro curso de mestrado em Saneamento Ambiental. Foi mais uma oportunidade em que pude vivenciar a generosidade e o compromisso profissional por parte do Dr. Renato. O curso gerou uma dissertação de mestrado sobre reúso de águas. Ao ler o trabalho, de pronto ele buscou apoio financeiro e transformou a dissertação em livro.

Em 2006, através de concurso, iniciei minha vida acadêmica no IFCE, ministrando disciplinas em cursos da área ambiental. Nessa fase, já na Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC), como coordenador de meio ambiente, ele sempre me atendeu de forma muito atenciosa quando procurado para viabilizar, para os alunos, palestras e visitas técnicas em indústrias locais.

Hoje, só tenho a agradecer ao Dr. Renato pelo apoio amigo e pelo grande exemplo de responsabi-

lidade e atenção com as questões ambientais.

M. Sc. Lúcia de Fátima Pereira Araújo

Ex-Técnica do Departamento de Recursos Naturais da SUDEC

Ex-Técnica da Gerência de Controle e Proteção Ambiental, na

SEMACE

Professora do Instituto Federal do Ceará, campus Fortaleza,

Departamento de Química e Meio Ambiente

Falar do Prof. Renato é falar da luta pela preservação ambiental. No Ceará, ele foi o precursor, o batalhador incansável em defesa do meio ambiente, onde até hoje, mantém a sua postura de ambientalista dentro da racionalidade, sem exageros e exibicionismos.

Trabalhei com o Prof. Renato a partir de quando ingressei na SUDEC, como estagiária, até aposentar-me pela SEMACE, o tive como chefe. Com ele, aprendi muitas coisas que aplico em minha vida, diariamente. Ensinos técnicos e outros, como a organização para trabalhar melhor, devo ao Prof. Renato, a quem agradeço pelo apreço que sempre teve comigo.

Cleonice Almeida Pinto

Ex-estagiária e ex-secretária do Prof. Renato Aragão
na SUDEC e na SEMACE

Ao Professor Renato Aragão,

A construção da gestão ambiental no Estado do Ceará foi possível graças a determinação e espírito destemido do professor Renato Aragão.

Posso afirmar que suas características são peculiares. Eu o conheci como estagiária em um Projeto de pesquisa na Estação Ecológica de Aiuaba em 1981 e foi possível compreender seu nível de exigência, a responsabilidade, o cumprimento de horários, que nos fazia entender que meio ambiente era essencial e que servidor público tinha que se qualificar e receber bem todo cidadão que precisasse de informações ambientais.

Agradeço as oportunidades e a confiança a mim depositada em atividades estratégicas no início de minha carreira, como coordenar a implantação da Área de Proteção Ambiental (APA) da Serra de Baturité, funções gerenciais na SEMACE e treinamentos em nível nacional. Apesar de parecer tão exigente, ao se acostumar, era divertido e espirituoso. Desejo que a cada dia continue inovando e buscando parcerias para promover o desenvolvimento sustentável no Estado do Ceará.

M. Sc. Maria Tereza Bezerra Farias Sales

Ex-Presidente do Conselho de Políticas e Gestão do Meio
Ambiente do Ceará
Coordenadora da Unidade Gerencial de Projeto (UGP) do
Cadastro Ambiental Rural (CAR)/SEMACE

Como me orgulho de ser casada com este homem honesto, íntegro. Ele tem deixado um legado exemplar para o nosso Estado e para outras pessoas que souberam reconhecer seu trabalho, em benefício da população, não só do Ceará, mas do Brasil também.

Betty Costa Aragão

Conheci o Professor Renato Aragão em 1994, quando tive a oportunidade de trabalhar no Componente Educação Ambiental do Projeto SANEAR, cuja coordenação era da SEMACE. Eu era uma das “meninas da educação ambiental”, juntamente com Maria José Holanda, Evaneide Peixoto, Ângela Bessa, Voneide Ramalho e tantas outras, com as quais tive a honra e a alegria de dar os primeiros passos de educação ambiental no Estado do Ceará, entre 1994 e 1995. Sei que o Prof. Renato não se recorda de mim dessa época, mas é desde esse tempo que o admiro por saber e reconhecer sua constante batalha em prol da proteção dos recursos ambientais do Estado do Ceará.

Lembro demais, com boas memórias, do tempo maravilhoso que vivenciei na SEMACE, em seu anexo, na Rua Silva Jardim, 510, onde hoje está o Centro de Ensino Tecnológico (CENTEC). Aprendi muito, o que sou imensamente grata. Ali tive a certeza absoluta de que estava no caminho certo ao optar por seguir meus estudos na área ambiental (saneamento, instrumentos de política e gestão ambiental).

A vida me levou para bem distante para estudar, pois o “meu Ceará” (como costumo chamar meu querido Estado) não oferecia cursos de pós-graduação em nível de doutorado na área

ambiental. Regressei em 2003 para Fortaleza.

Eu havia retornado, de São Carlos/SP, do meu pós-doutoramento e eu era um dos poucos professores com título de doutorado na minha instituição de origem (IFCE), o que acredito ser o motivo que, a pedido dos dirigentes, eu a representava em diferentes comitês, conselhos e grupos de trabalho voltados à área ambiental. Foi a partir daí que meu caminho reencontrou o Professor Renato Aragão, como colega de conselhos, comitês ou grupos de trabalho.

Como disse na introdução desse livro acalentei por muitos anos o sonho de escrever sua história de vida e a história ambiental do Ceará, pois sei que o Professor Renato é uma pessoa que todos os brasileiros deveriam conhecer, uma pessoa muito querida e que ajudou, não apenas o Ceará, mas o Brasil, a preservar seus recursos naturais e promover ações em direção à sustentabilidade.

O Professor Renato Aragão tem sempre palavras de incentivo a todos que o cercam. Seu conhecimento e retidão naquilo que se propõe a realizar são posturas que marcam seu caminho nos mais de quarenta e cinco anos de vida profissional. Pessoas assim me incentivam a permanecer firme no propósito de dar continuidade a seu legado e, também, na tarefa de transmitir às futuras gerações

aquilo que foi realizado, em matéria ambiental, em nosso Estado e em nosso País.

Termino o meu depoimento, com emoção nos olhos e no coração, por ter conseguido realizar o sonho de escrever a segunda edição deste livro, motivada pela necessidade de atualizar as informações da história ambiental do Ceará e de vida do Prof. Renato Aragão e, também, pela demanda de universidades e centros de pesquisa em requererem este livro para as suas bibliotecas.

Profa. Titular Nájila Rejanne Alencar Julião Cabral

Instituto Federal do Ceará – campus Fortaleza

ANEXO A - Iconografia



Foto 1A – Na Estação Ecológica de Aiuaba, em 29 de março de 1978, no Ceará

Fonte: Arquivo pertencente ao Professor Renato Aragão.



Foto 2A – No Ministério de Meio Ambiente, em Brasília, por ocasião do lançamento do livro do Dr. Paulo Nogueira-Neto
Fonte: Arquivo pertencente ao Professor Renato Aragão.



Foto 3A – Reunião do Fórum “O Município e o Meio Ambiente”, em Fortaleza
Fonte: Arquivo pertencente ao Professor Renato Aragão.



Foto 4A – 52ª Reunião do Conselho Estadual do Meio Ambiente, em 30 de maio de 1997, em Fortaleza. Ao centro, o então Secretário de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Dr. Adolfo Marinho
Fonte: Arquivo pertencente ao Professor Renato Aragão.



Foto 5A – 22ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), em 06 de agosto de 1998, em Maceió/Alagoas. Ao lado de Tereza Collor e do Secretário de Meio Ambiente de Alagoas
Fonte: Arquivo pertencente ao Professor Renato Aragão.



Foto 6A – Professor Renato Aragão com o Dr. Ozires Silva, fundador da EMBRAER, em Fortaleza
Fonte: Arquivo pertencente ao Professor Renato Aragão.



Foto 7A – Professor Renato Aragão na assinatura do Convênio FIEC e Parque Botânico do Ceará, em 28 de março de 2008, em Caucaia
Fonte: Arquivo da FIEC.



Foto 8A – Professor Renato Aragão com o Sr. André Montenegro, do SINDUSCON, na entrega do Prêmio FIEC por Desempenho Ambiental, em 12 de junho de 2010, em Fortaleza
Fonte: Arquivo da FIEC.



Foto 9A – Professor Renato Aragão com o Professor Paulo Nogueira-Neto (à esquerda), na inauguração do meliponário do Parque Botânico de Caucaia. À direita do Prof. Renato Aragão, Dra. Tereza Farias e Cleonice Almeida, em maio de 2005, em Caucaia
Fonte: Arquivo da FIEC.



Figura 1A – Menção honrosa outorgada ao Professor Renato Aragão na reinauguração do Parque Botânico de Caucaia, em junho de 2015, em Caucaia

Fonte: Arquivo pertencente ao Professor Renato Aragão.



Foto 10A – Evento do NUMA/FIEC com Professor Renato Aragão, em 2009, em Fortaleza

Fonte: Arquivo da FIEC.



Foto 11A – Professor Renato Aragão com o Dr. Beto Studart, na eleição da diretoria da FIEC, em 14 de março de 2014, em Fortaleza
Fonte: Arquivo da FIEC.



Foto 12A – Professor Renato Aragão, Dr. Ricardo Cavalcante, Dr. Beto Studart, Dr. Roberto Proença, de Macedo, Dona Dolores Feitosa, Secretário Artur Bruno e Roseane Medeiros, na entrega da medalha Ambientalista Joaquim Feitosa ao Dr. Roberto Macedo, em 10 de julho de 2019, na FIEC
Fonte: Arquivo da FIEC.



Foto 13A – Professor Renato Aragão com Dr. Fernando Gurgel, em julho de 2019, na FIEC
Fonte: Arquivo da FIEC.



Foto 14A - Prêmio FIEC, em 14 de março de 2014, em Fortaleza
Fonte: Arquivo da FIEC.

ANEXO B – Fotos da família



Foto 1B – Professor Renato Aragão (da direita para a esquerda, o segundo sentado) com pais e irmãos, em Ibiapina/CE

Fonte: Arquivo pertencente ao Professor Renato Aragão.



Foto 2B – Professor Renato Aragão com os pais, Maria Eulália Lima Aragão e Pedro Aragão Ximenes, em 03 de outubro de 1975, em Fortaleza/CE

Fonte: Arquivo pertencente ao Professor Renato Aragão.



Foto 3B – Professor Renato Aragão, D. Betty e os filhos Raphael e Eulália, em 24 de dezembro de 1997

Fonte: Arquivo pertencente ao Professor Renato Aragão.



Foto 4B – Eulália Aragão na ocasião da entrega da Medalha Chico Mendes da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, considerando os relevantes serviços prestados à Ecologia e ao Meio Ambiente do Estado do Ceará. Medalha outorgada ao Prof. Renato Aragão, em 01 de junho de 2011.

Fonte: Arquivo da FIEC.



Foto 5B – Professor Renato Aragão, D. Betty, Eulália Aragão e Washington Aguiar Soares, em Nova York, em 02 de maio de 2015
Fonte: Arquivo pertencente ao Professor Renato Aragão.



Foto 6B – Eduardo Aragão Quintella, filho da Eulália, neto do Prof. Renato Aragão, em 2015

Fonte: Arquivo pertencente ao Professor Renato Aragão.



Foto 7B – Gabriel Aragão, filho da Raphael, neto do Prof. Renato Aragão, em 2015

Fonte: Arquivo pertencente ao Professor Renato Aragão.



Foto 8B – O casal, Professor Renato Aragão e D. Betty, ao lado dos filhos Raphael e Eulália, em 31 de dezembro de 2018
Fonte: Arquivo pertencente à Eulália Aragão.



Foto 9B – Prof. Renato Aragão, D. Betty, Raphael, Ronara, Gabriel e Eulália (da direita para esquerda), em dezembro de 2018.
Fonte: Arquivo pertencente à Eulália Aragão.



Foto 10B – Eduardo Aragão Quintella e Carina Guida Graça Quintella, no dia de seu casamento com o casal, Professor Renato Aragão e D. Betty, em 06 de abril de 2019.

Fonte: Arquivo pertencente à Eulália Aragão.



Foto 11B – Prof. Renato Aragão, D. Betty e Eulália, em 22 de agosto de 2019.

Fonte: Arquivo pertencente à Eulália Aragão.



Foto 12B – Prof. Renato Aragão, em outubro de 2019.

Fonte: Arquivo pertencente à Eulália Aragão.

Sobre a autora



Nájila Cabral é Arquiteta e Urbanista; mestre em Engenharia Civil, com área de concentração em Saneamento Ambiental e Doutora em Ciências da Engenharia Ambiental. Possui pós-doutorado em Engenharia Civil. É Professora Titular do Departamento da Construção Civil, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), campus Fortaleza, há mais de 26 anos. Atua, também, no Programa de Pós-graduação em Tecnologia e Gestão Ambiental do IFCE campus Fortaleza. Em 2019, recebeu em primeiro lugar o Prêmio “Mulheres na Ciência” do IFCE, por sua contribuição relevante ao desenvolvimento da pesquisa, extensão e ensino, no âmbito dos 34 campi daquela instituição.

Entre os livros já publicados citam-se: “Área de Proteção Ambiental: planejamento e gestão de paisagens protegidas” (duas edições), “*Planeamiento de Unidades de Conservación Brasileñas de cara al establecimiento de límites geográficos*”, na Espanha, “Professor Renato Aragão: o Ceará sob o olhar ambiental” (primeira edição, em 2015), “Professor Suetônio Mota: pioneirismo e legado ambiental para o Brasil” e “Fiscalização ambiental na Semace: 10 anos de história”. Possui, ainda, dezenas de capítulos de livros e artigos científicos publicados no Brasil.

COLEÇÃO MULHERES NA CIÊNCIA VOLUME 1



INSTITUTO FEDERAL
Ceará

alias



9 786586 800104